

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ÍTALO VINÍCIUS GONÇALVES

“UMA EUTANÁSIA DE PRESENTE”:
ETNOGRAFANDO A MORTE DE ANIMAIS COMPANHEIROS

Belo Horizonte

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ÍTALO VINÍCIUS GONÇALVES

“UMA EUTANÁSIA DE PRESENTE”:
ETNOGRAFANDO A MORTE DE ANIMAIS COMPANHEIROS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Karenina Vieira Andrade

Belo Horizonte

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ÍTALO VINÍCIUS GONÇALVES

**“UMA EUTANÁSIA DE PRESENTE”:
ETNOGRAFANDO A MORTE DE ANIMAIS COMPANHEIROS**

Profa. Dra. Karenina Vieira Andrade (Orientadora) – DAA/UFMG

Profa. Dra. Sabrina Deise Finamori - DAA/UFMG

Me. Brisa Catão Totti – PPGAN/UFMG

Belo Horizonte

2018

AGRADECIMENTOS

É de fato impossível agradecer a todos que, de alguma forma, me ajudaram ou me ofereceram a possibilidade de construir aquilo que “sou” hoje e a chegar na posição em que me encontro, de graduado. Explicitar todas essas relações seria revelar um mundo de potencialidades, inerentes à nossa existência. Na tentativa de agradecer, quero conferir algumas palavras.

À todos que ouviram sobre minha pesquisa, se entusiasmaram com minhas confusões e me apoiaram da forma que puderam.

À todos os meus amigos que, ao longo desses anos nunca deixaram de estar presentes. Se “estar também é dar” (se Clarice disse...), o presente da permanência é fundamental. Ingrid, André Pedrosa, Ana Luiza, Ivan, obrigado por toda troca, companhia e afeto.

Ao André, que é uma inspiração de dedicação, realização, ternura e reciprocidade.

Ao Will, que se esforça para me tornar uma pessoa melhor. Você é muito mais do que pode imaginar.

À minha avó, pela vida.

À Jesinho, uma das primeiras pessoas a saber dos meus planos e a me apoiar. Despret é maravilhosa!

À Marconi, Laura, Thaís e Chile por me incentivarem e acreditarem tanto em mim.

Ao Gustavo, se não fosse por ele eu jamais teria conseguido enfrentar tantos obstáculos do curso. Além de um exemplo de determinação, você também me tornou uma pessoa melhor.

À Deka, Juliana, Aiano, Mariana, Natália. Vocês são incríveis.

À Érica e Karenina, exemplos de professoras. Esse curso não teria me inspirado tanto se não fosse a presença e companhia de vocês. Obrigado pelas oportunidades, pelas palavras de incentivo, de me ajudarem a ter mais confiança nas coisas que eu faço. A academia seria um lugar muito melhor se fosse repleta de pessoas como vocês.

À Sabrina por me estimular muitas das reflexões aqui presentes.

À Brisa, pois, escutar sobre sua pesquisa foi uma pequena fagulha que se alastrou em mim.

À todas as veterinárias e demais profissionais presentes na clínica que me auxiliaram no meu trabalho de campo. Todas, sem exceção, foram pessoas que me tocaram nessa trajetória. O período em campo foi um dos momentos mais marcantes que eu pude viver. Acreditem, o mundo é um lugar muito melhor com vocês. Obrigado pela experiência e por me acolherem. Desculpe-me a timidez em excesso que não deixou com que soubessem do quanto foi gratificante conhecê-las.

À Márcia e Lilly, por toda ajuda.

Àqueles que me deixaram conhecer suas vidas em diferentes níveis e que também deixaram esse mundo. Todos agradecemos a vocês por nos concederem a singularidade da partilha oferecida. Obrigado por remexerem com a nossa “humanidade”, porque “desistir de nossa animalidade é um sacrifício” (Clarice, mais uma vez)

RESUMO

A partir do trabalho de campo realizado entre abril de 2017 a abril de 2018 numa clínica veterinária da região central do município de Belo Horizonte, essa etnografia tem por objetivo discutir a prática da eutanásia em animais de estimação. Considerando-se o morrer enquanto um fenômeno cultural, faz-se necessário pensar o lugar social ocupado pela morte dos animais de companhia, de forma a compreender o modo como as relações humanos-animais são experienciadas em contexto ocidental. Assim, essa pesquisa se debruçará sobre a maneira com que tutores (e veterinárias) lidam com a decisão de se fazer uma eutanásia, tal como a forma com que as fronteiras de humanidade e animalidade estão presentes nas práticas, discursos e relações intersubjetivas entre tutores, animais e veterinárias. Se o tema da pesquisa foi construído com base na ideia da “humanização dos animais”, processo cultural que vem sendo estudado dentro da área de animalidade, o trabalho aqui entregue extrapola tal narrativa. Com isso, pensando-se no quanto a morte pode nos informar sobre o mundo dos vivos (CARNEIRO DA CUNHA, 1978), os capítulos apresentam discussões referentes às negociações das fronteiras entre espécies, à desvalorização ressaltada pelas profissionais da área veterinária, aos processos de individuação, à desestabilização da noção de espécie e, principalmente, ao que a prática da eutanásia traz enquanto reflexão para o modo com que lidamos com a morte em contexto mais amplo.

Palavras-chave: Eutanásia; Antropologia da Morte; Animalidade; Animais de Estimação; Prática Veterinária.

ABSTRACT

Based on the fieldwork that took place in a veterinary clinic near Belo Horizonte city center (Brazil) from April 2017 to April 2018, this ethnography discusses, as its main goal, the practice of euthanasia in pets. Considering the death as a cultural phenomenon, it is necessary to think about the social place attributed to the companion animal's death, making it possible to understand how the human-animal relations are experienced in a western context. Therefore, this research will explore the way pet tutors (and veterinarians) deal with the decision to do euthanasia, as well as the borders between humanity and animality present in the practice, speech and intersubjective relations among tutors, animals and vets. If the subject of this research was built on the idea of "animal humanization", cultural process that has been studied in the animality field, this written work transpasses such narrative. Thus, thinking on how much death can tell us about the living world (CARNEIRO DA CUNHA, 1978), the chapters discuss the border negotiations among species, the depreciation of animal care professionals shown by themselves, the individuation processes, the destabilization of the concept of species and, above all, what the euthanasia practice brings to the reflexion about the way we deal with death, in a broader sense.

Keywords: Euthanasia; Anthropology of Death; Animality; Pets; Veterinary Practice.

“A barata e eu somos infernalmente livres porque a nossa matéria viva é maior que nós, somos infernalmente livres porque minha própria vida é tão pouco cabível dentro de meu corpo que não consigo usá-la.” (Clarice Lispector - A Paixão Segundo G.H)

SUMÁRIO

Introdução: “Esoterismo”	10
I. A produção da morte	16
II. Desenterrando laços	27
III. Fronteiras em negociação	42
IV. “Uma eutanásia de presente”	62
Conclusões	89
Referências Bibliográficas	94

INTRODUÇÃO

“Esoterismo”

A etnografia aqui apresentada tem por objetivo discutir a prática da eutanásia em animais de estimação. Por meio do trabalho de campo realizado numa clínica veterinária da região central de Belo Horizonte, com duração de um ano, a pesquisa se debruça sobre as relações que tutores e veterinárias estabelecem com as práticas de morte dos ditos “animais de estimação”. Assim, entendendo-se a morte enquanto um fenômeno capaz de nos dizer sobre a constituição do mundo dos vivos (CARNEIRO DA CUNHA, 1978), os capítulos a seguir são elaborados a partir das seguintes temáticas: O capítulo I introduzirá o tema da morte evidenciando as práticas veterinárias responsáveis pelo procedimento da eutanásia. Também será discutido neste capítulo a noção de “qualidade de vida” enquanto um dos princípios norteadores para a tomada dessas decisões e a mediação realizada pelo dinheiro nas relações entre humanos e não-humanos. O capítulo II apresentará dados relativos a uma visita ao cemitério A reviver no feriado de finados de 2017, onde será discutido: individualização de animais domésticos através dos ritos de morte e práticas de coexistência, a marginalização da dor relativa à morte desses animais e a maneira como tutores compreendem a comunicação de seus companheiros. O capítulo III se destinará a abordar esquemas de classificação e categorização do mundo a partir de práticas compartilhadas entre humanos e animais, como comensalidade e uso de medicamentos, nos levando a refletir sobre a noção de espécie e das fronteiras de humanidade e animalidade. Por fim, ao capítulo IV será reservado a temática da “individação”, tal como o mapeamento de controvérsias entre veterinárias acerca da prática veterinária relativa aos procedimentos de eutanásia.

“A gente é formado para lidar com os animais, não com os seus tutores”. As veterinárias reiteravam essa afirmação durante toda a minha permanência em campo. Ao longo de um ano pude ouvir inúmeras queixas relativas à falta de preparo profissional oferecido pelos cursos de graduação em medicina veterinária. As estagiárias acompanhavam esse processo. Ao lado das instruções de como manusear equipamentos, dosar medicações e “interagir” corporalmente com os pacientes, a questão da relação com os tutores era parte

importante do que era passado às veterinárias em processo de aprendizado no tempo em que permaneciam na clínica.

A afirmação de que o curso de medicina veterinária pouco ou inutilmente preparava as profissionais para mediar conflitos com os humanos me foi apresentada logo em minha reunião inicial com a dona da clínica. Ao chegar pela manhã para uma conversa de apresentação com Carla, que além de dona também era a responsável pelas consultas de cardiologia, ela logo me situou sobre as frustrações que sentia sobre sua profissão. Desvalorização profissional e falta de preparo acadêmico durante a graduação para lidar com os humanos foram logo citados e colocados como questões centrais. Segundo ela, muitos dos tutores que procuravam a clínica viam-se indispostos a pagar pelos tratamentos, porém não mediam esforços para pagar altos valores referentes à destinação final de seus companheiros, seja pela opção do crematório ou cemitério. Encontrava-se desmotivada com a situação presente, *“cada vez mais uma legitimidade da medicina veterinária e cada vez menos valorização do profissional”*.

Carla elucidou o quão inusitado era pensar sobre a pesquisa que eu estava lhe propondo: compreender de que formas os tutores lidam com a morte de seus animais, partindo de um estudante de humanas cuja metodologia consistia em acompanhar consultas e práticas clínicas. Ao lado da proposta incomum, a mesma se via surpresa diante de minha resposta ao seu questionamento *“E quais instrumentos técnicos você vai usar para realizar sua pesquisa?”*. Talvez ela esperasse que eu lhe apresentasse um conjunto de técnicas inovadoras vindas da área de humanas, cujos recursos lhe surpreendessem, mas falei desconcertadamente apenas um *“meu diário de campo”*. A pesquisa seria então adjetivada por Carla como *“esotérica”*. Não soube muito bem o que isso significava, mas tomei de bom grado, afinal, fui acolhido de forma surpreendentemente positiva.

Para uma clínica cujo contato inicial foi realizado via e-mail, esperava que trâmites burocráticos e quaisquer outras dúvidas relativas a mim e à minha pesquisa fossem maiores empecilhos, haja vista que é bastante comum que pesquisas antropológicas que se debruçam sobre práticas médicas sejam barradas ou passem por uma série de questionamentos sobre suas “reais” intenções por parte das autoridades médicas. “[...] aqui tem de tudo, tem até mestranda de num sei de quê, que é o FBI...”. Essa fala, advinda de um médico durante o trabalho de campo de Menezes (2006), antropóloga que se propusera a acompanhar a rotina de uma unidade de tratamento intensivo [humana], mostra o teor que a prática etnográfica

assume para aqueles cuja posição de saber/poder está sendo analisada. Antes que se possa alegar que a dificuldade da pesquisadora foi resultante do tipo de prática médica que ela se propôs a investigar: aquela voltada a humanos, Segata (2012) também evidencia o quão difícil foi a inserção em campo para realizar sua pesquisa de doutorado, cujo interesse se debruçava sobre a medicina veterinária. Mas, apesar de minha preocupação, me vi diante de um “pode começar quando quiser”. O único “porém” dito por Carla foi que o “assunto” seria discutido na próxima reunião. Segundo ela *“Eu conheço gente que vai estranhar a ideia e eu aposto que outras vão amar enlouquecidamente o seu projeto”*.

Também fui questionado sobre o modo como a pesquisa poderia ser direcionada, tendo em vista que a frequência dos casos de óbitos oscilava bastante, segundo Carla. Ao lhe explicar um pouco mais sobre a prática etnográfica e a perspectiva assumida em campo pelo antropólogo, que muitas vezes se deixa levar pelos interesses de seus interlocutores, Carla voltava a adjetivar enquanto “esotérica” a pesquisa etnográfica. Ficou combinado que acompanharia os atendimentos clínicos enquanto estivesse em campo e que, ao me apresentar para os tutores, situaria minha pesquisa enquanto “uma pesquisa sobre a relação entre humanos e animais”. Nos casos cujo estado de saúde do paciente me chamasse atenção, tentativas de aproximação e permissão para acompanhar o caso poderiam ser feitas. Porém, como fui percebendo em campo, minha temática de pesquisa poderia se desdobrar não somente àqueles casos de animais que se encontravam em um estado de fragilidade, mas também a muitos outros cuja relação com seus tutores me direcionava a modos particularmente interessantes de coexistência. Assim, muito do que aprendi sobre os modos com que tutores lidam com a morte de seus animais de companhia vem da observação de “práticas de existência” expressas por ambos ao realçarem formas específicas de coabitação. Compreender a vida se mostrou fundamental para poder olhar para a morte.

Carla revelou, por fim, que ter uma pessoa da área de humanas sempre foi uma demanda da clínica, justamente pela falta de preparo acadêmico que as profissionais da área têm em lidar com as relações estabelecidas com os tutores. Minha presença seria encarada por boa parte das profissionais como uma espécie de *“aquele que entende de gente e que pode nos auxiliar”*. *“Sua pesquisa é um tanto psicológica, né!?”*, já perguntava Carla desde nossa conversa inicial (pergunta que seria frequente durante meu campo, tanto pelas veterinárias quanto por tutores).

Fui apresentado a Paula, que cumpria funções administrativas da clínica e também era a responsável pelo marketing do local. Ela tanto me levou para conhecer o espaço físico, como também me apresentou às veterinárias, estagiárias e demais funcionárias presentes. O uso do artigo feminino não é mera coincidência. Dentre todas daquela equipe composta pelas recepcionistas, auxiliares de limpeza, veterinárias, estagiárias, funcionárias do pet shop e encarregadas pela administração, somente três das vinte e cinco pessoas eram homens, João, o anestesiista, Fábio, o auxiliar de limpeza e Alan, encarregado do transporte dos pets (além de dois veterinários gêmeos que eram “volantes”, e por isso não permaneciam na clínica¹).

Ao subir uma escada central inicial, à minha direita estava o pet shop, uma salinha administrativa e um consultório aos fundos, à esquerda, ao subir mais uma escadinha, estava o restante da clínica: recepção, sala de espera ao lado. Em frente à recepção uma porta de vidro, em seu interior: banheiro à esquerda, dois consultórios à direita. Mais uma porta de vidro, entrávamos no canil, contendo à direita onze compartimentos para abrigar animais em tratamento e/ou recuperação e à esquerda uma mini-cozinha, seguida de uma mini-sala de raio x. Mais uma porta que dava para a área de convivência e cozinha dos funcionários à esquerda e para uma área de procedimentos veterinários à direita, seguido pela sala de cirurgia. A parte externa da clínica, localizada nesse “miolo” nos levava a um laboratório de exames físico-químicos, sala de dissecação e a mais uma sala que se tornaria posteriormente o novo consultório da Dr. Carla (a clínica passava por uma série de reformas). A área externa também era utilizada para passeio/banho de sol dos pacientes internados.

Elegi dois critérios para a escolha da clínica de pesquisa: a) qualidade do atendimento, segundo a avaliação e comentários de clientes através do Google b) facilidade de acesso. Como a clínica apresentava uma ótima avaliação (estava entre as melhores) e o deslocamento era facilitado por uma linha de ônibus, realizei contato via e-mail. Carla me respondeu calorosamente pedindo para marcar um horário em sua agenda. Realizei contato em outras clínicas, mas nenhuma respondeu com tamanha facilidade e hospitalidade. A clínica tem mais de 20 anos de funcionamento e se localiza próxima à região central da cidade de Belo Horizonte.

Estabeleci que iria à clínica na parte da manhã nos dias que não tivesse aula, sendo assim, duas vezes por semana, uma frequência insuficiente em relação a quantidade de

¹ Os veterinários volantes são aqueles que não fazem parte da equipe permanente, mas se utilizam do espaço físico da clínica para realizar atendimentos a pacientes internos ou externos.

peessoas das quais queria me aproximar e estabelecer maiores relações. Por vezes, alguns períodos de maior ausência tornavam isso ainda mais difícil. Tanto a configuração espacial da clínica quanto a sua grande equipe veterinária seriam os principais fatores de desconforto inicial. Muitas pessoas realizando diversos tipos de procedimentos, diferentes graus de aproximação foram estabelecidos comigo. Eu não sabia muito bem o meu lugar. Por vezes eu ficava sentado na sala de espera interagindo com os tutores, mas, sobretudo, porque ainda não me sentia à vontade dentre a rotina das veterinárias, por medo de atrapalhá-las, por medo que não se sentissem à vontade comigo. E assim foi o começo da pesquisa de campo de alguém cuja timidez era um fator a mais para se preocupar frente a tantas veterinárias que a clínica dispunha. Ser um pesquisador do sexo masculino em meio a uma equipe de mulheres exigia um certo tempo de acomodação. Dividindo meu tempo entre a sala de espera e a recepção, no qual podia conversar com as recepcionistas, fui estabelecendo relações com todas as pessoas ali, até me sentir à vontade para permanecer na parte de dentro, seja com as veterinárias em seus consultórios ou no canil acompanhando o trabalho da intensivista². Sem falar que, ao estar em um dos cantos da clínica, era impossível acompanhar o que acontecia nos outros espaços e por isso eu precisava sempre tentar acompanhar simultaneamente quais pacientes chegavam e quais os motivos de suas consultas, realizando uma “triagem” do que seria mais interessante de se acompanhar: uma visita dos tutores a algum paciente? Uma consulta clínica de cardiologia com a Dra. Carla? Uma consulta devido a alguma suspeita no comportamento do animal? Só o tempo em campo pôde me ajudar nessas escolhas e possibilitar minha facilidade em focar quais pacientes mereciam maior atenção. Novos acessos em campo me impulsionaram a permanecer e prolongar meu tempo de pesquisa.

*“Mas por que você tem interesse nesse tema se você não possui animais?”*³. Eu não tinha um certo “passaporte” exigido para esse campo ao ser questionado tanto pelas veterinárias quanto por tutores ao contar que não era também um tutor. Reviver diversas vezes as histórias que minha avó me contava sobre a trágica morte de seu papagaio que caíra de uma árvore durante uma tempestade, seguida pelo relato da morte traumática da cachorra de minha mãe que fora atropelada logo depois do meu nascimento, foi uma saída bastante eficaz (e de

² A intensivista é a responsável pelo acompanhamento dos pacientes no canil, em especial àqueles cujo estado de saúde era mais frágil, assim como receber os tutores em horários de visita e explicar o quadro clínico de seus animais.

³ Segata (2012) também relata ter sido indagado por essa questão ao ir em busca de clínicas para realizar sua pesquisa.

fato esses eram os reais motivos para eu nunca ter tido um animal de companhia, o impedimento de minha avó face ao trauma sofrido pelo evento da morte do papagaio e da cadela). Até hoje o tema é motivo de remorso na minha casa. Quando converso com minha avó (responsável pela minha criação e com quem vivo desde que nasci) sobre a pesquisa, preciso fazer algumas demarcações, sabendo-se que reviver histórias é sua especialidade.

I

A produção da morte

“*É atendimento humano?*”. O tutor que estava ao telefone com Raquel informa que queria levar seu cãozinho para um atendimento, porém, ao saber do preço da consulta, afirmou que o valor não era compatível com a espécie do paciente e desliga o telefone. Segundo as veterinárias esse tipo de situação é bastante comum. Também é bastante recorrente que o preço de demais exames cause espanto, não que seus valores possam ser considerados acessíveis, mas as reclamações advêm do fato de que os preços muitas vezes sejam os mesmos ou ultrapassem àqueles correspondentes aos procedimentos médicos humanos.

Seria irresponsabilidade não localizar as informações aqui presentes, afinal, isso irá dizer muito sobre os dados coletados e sobre quais tipos de relações estamos falando. Assim, é importante saber que a clínica onde o trabalho foi desenvolvido tem como perfil majoritário pessoas/animais de companhia pertencentes à classe média baixa/alta. Segundo Paula, de acordo com as informações fornecidas pelo página da clínica no Facebook, 60% das curtidas são do público feminino e a grande maioria dos seguidores são residentes da região centro-sul. Mais um fato importante para a condução da leitura: em um ano de pesquisa pude conhecer apenas nove tutores negros. Eu estava ciente de tudo que ocorria na clínica enquanto estava lá? Não. Conseguia monitorar os clientes que acessavam somente a parte inferior do espaço? Não. Minha permanência durante os primeiros meses de pesquisa era maior que 4 hrs/diárias? Não. Ainda assim, considerar o fato de que vi apenas nove tutores negros ao longo de todo esse tempo em campo⁴ me deixou bastante desconfortável.

Entretanto, determinismos devem ser negados ao pressupor que a mediação estabelecida pelo dinheiro conforma modos prescritos de coexistência. Assim, para entender um pouco melhor como o dinheiro atuava (ou não) dentro das práticas, discursos e relações entre tutores, animais de companhia e veterinárias, trago alguns exemplos do campo.

Nunca tendo tido o prazer de compartilhar a vida com algum animal doméstico, eu não fazia ideia de como o cuidado com esses animais era demasiadamente marcado pela condição financeira de tê-los. Obviamente devemos considerar que outros modos de coexistência estão

⁴ Em relação à proporção desse número, deve-se considerar que o movimento da clínica, na maior parte das vezes, era bastante intenso. Nessa circulação, sempre havia novos tutores no dia a dia do local.

aí nos ensinando que o dinheiro não delimita as relações intersubjetivas entre humanos e animais de companhia. Porém, ao pensarmos que o Brasil ocupa o 4º lugar em população total de animais de estimação do mundo e 2º lugar em população de cães, gatos e aves canoras e ornamentais do mundo, segundo dados de 2018 da Abinpet (Associação brasileira de indústria de produtos para animais de estimação), boa parte do discurso acerca das relações entre humanos e seus animais de estimação perpassam o viés do consumo. Isso ficava bastante explícito não somente pela variedade de produtos encontrados na *pet shop*, mas enquanto elemento fortemente demarcado nos discursos de veterinárias e tutores acerca do cuidado despendido com seus companheiros. Ainda segundo a associação, o Brasil obteve crescimento de 7% no faturamento em medicamentos veterinários, 5,5% em *pet care* (equipamentos, acessórios, produtos de higiene e beleza animal) e 9,9% em alimentação animal, comparado ao ano anterior. O Brasil, assim, tem o 3º maior faturamento com produtos e serviços destinados aos animais de estimação do mundo.

Apesar de “resistências” a esse sistema de serviços e consumo (como o crescimento da alimentação natural⁵ e formas alternativas de tratamento [espirituais, principalmente]), tanto as práticas quanto os discursos de médicos veterinários e tutores são, em grande maioria, atravessados por uma noção de cuidado associada aos bens e aos serviços oferecidos pelo mercado pet. Com isso, o consumo “muitas vezes determina a percepção da qualidade do afeto oferecido aos chamados pets” (ABONIZIO; BAPTISTELLA, 2016, p.1). Assim, considerando-se o capitalismo enquanto uma cosmologia (CAMPBELL, 2006; DOUGLAS, 2004; SAHLINS, 2004), no qual o dinheiro atua como mediador das relações humanas, tal como os bens demarcam certas fronteiras da individualidade, a inserção dos animais nesse sistema simbólico não deve ser desconsiderada. Como pensar a morte, enquanto um serviço “oferecido”, e como pensar a posição ocupada por esse serviço dentro das relações intersubjetivas entre animais, tutores e veterinárias, atravessadas pelo dinheiro?

Presunto comparecia à clínica semanalmente para drenagem de um líquido retido em seu abdômen. Segundo as veterinárias que olhavam o caso com extrema frustração, seus tutores eram extremamente imprudentes e o caso era motivo de revolta para a maioria das funcionárias da clínica, que trocavam olhares nas vezes que a tutora se pronunciava sobre o que fazer com o animal. O buldogue com 7 anos de idade desenvolvera um tumor nos órgãos

⁵ Medida não somente praticada por tutores, como também recomendada pelas veterinárias. A prática consiste na inserção de alimentos como frutas, leguminosas, vegetais, sementes oleaginosas e temperos de modo balanceado para cada animal.

internos que o levou a um quadro clínico delicado, porém “*pouco preciso*”, nas palavras de Carla. De acordo com ela e com outras veterinárias que estavam acompanhando o caso, o quadro atual de Presunto foi resultante da negligência de seus tutores, que não realizaram os exames necessários para investigar a causa de seu estado clínico. Portanto, era incerto determinar a causa e o diagnóstico já não era mais possível de ser alcançado, devido à gravidade do estado de saúde do cão naquele momento.

Ao chegar toda quarta-feira para realizar o procedimento, as veterinárias levavam Presuntinho para a sala de procedimentos médicos e com uma sonda, induziam a saída do líquido até um balde. “*A tendência daqui pra frente é o agravamento geral. Vocês precisam avaliar se o cachorro está tendo qualidade de vida, se ele sente prazer. O prazer é que indica a vontade dele, a vontade de vida, se ele come, se ele gosta quando vocês chegam em casa, se demonstra felicidade*”, informa a veterinária Laís ao casal. Também era sempre um momento de comparação. Semanalmente, de dois a três litros de líquido se acumulavam e causavam remorso na equipe. O casal era informado sobre a quantidade de líquido acumulado na semana e saía sem deixar evidente qualquer posicionamento relativo ao estado de saúde do cão, que, a cada semana, se encontrava mais debilitado. “*Não há qualquer possibilidade de diálogo, ela ouve o nosso parecer, começa a chorar, leva o cão embora e não resolve nada*”, pronuncia Carla em tom de indignação.

O cão, ao ser encaminhado à sala que visitava semanalmente, já não mais demonstrava quaisquer sinais de ânimo. O estado, segundo as veterinárias, era de apatia, tal qual demonstrado na hora da saída, situação bem contrastante com os demais animais que ali frequentavam. Na semana seguinte, o ritual é repetido: Presunto chega, entra para a drenagem, o casal é informado sobre a quantidade de líquido retirado, Laís adverte que o paciente “*já caminha pro fim*”, os tutores saem calados e levam Presunto para casa. Carla se revolta: “*Isso que eles estão fazendo é uma morte branca!*”

Morte branca, Ítalo, é um conceito de gente mais velha na veterinária, como eu, hoje em dia esse termo nem é muito mais usado não. É quando o animal está em fase terminal, porém o tutor não quer ter o peso da decisão de sacrificá-lo, então o deixa por conta da clínica, mantendo ele sedado até morrer. As pessoas muitas vezes fazem isso por motivos religiosos, por não querer ter esse poder de decisão, também pode acontecer por alguma variação cultural.

O descaso narrado pelas veterinárias, juntamente com as tentativas frustradas de cobrar posicionamento dos tutores, levavam a um sentimento coletivo de desaprovação do casal, visto com maus olhos, uma vez que a falta de vontade de viver (palavras de muitas veterinárias) demonstrada por Presunto não estava sendo respeitada. Entretanto, durante uma conversa com Paula, responsável pela recepção no momento, enquanto Fabíola (também recepcionista da clínica nos dias de folga de Raquel) almoçava, a mesma desabafa para mim: *“Esse casal está convivente com essa situação porque o procedimento não está pesando no bolso deles, o custo está muito acessível! Eu aposto que se subisse o preço, eles iriam repensar melhor a situação!”*. Paula relembra vagamente alguns outros casos cuja decisão fora guiada pelo preço resultante do tratamento, situação que levou os tutores a optarem pela eutanásia.

Algumas semanas antes, eu já havia presenciado a reação de uma tutora ao receber o custo final de uma cirurgia realizada em seu cão, cuja soma total das despesas resultaram num montante de R\$6.000,00. Ao receber o orçamento final em mãos por Fabíola, Soraya (que, segundo Fabíola, era uma pessoa com boa condição financeira) disse que, se soubesse, teria feito eutanásia. Assim, casos como esse, em que a escolha pela eutanásia se dava pela recusa do pagamento de algum tratamento, não eram incomuns. Porém, é importante ressaltar sobre a existência de um código ético entre as veterinárias da clínica.

Segundo Laís, não há nenhuma norma ou regra do ponto de vista legal que proíba a prática indiscriminada da eutanásia, porém, de acordo com a veterinária, a clínica adota um código interno que proíbe o procedimento em animais cujo estado de saúde se verifique incompatível com tal exigência, caso seja solicitada pelo tutor. Assim, por mais que o valor de um tratamento possa pesar sobre a decisão do tutor, eutanásias só são feitas caso a condição clínica do paciente indique uma má qualidade de vida do mesmo. Entretanto, aquilo que é entendido enquanto “condição” da qualidade de vida, pode assumir diferentes posições dentro de contextos mais gerais. De acordo com algumas das veterinárias, a qualidade de vida do animal pode ser comprovada mediante ao funcionamento de suas necessidades básicas (comer, urinar, defecar, latir/miar). Entretanto, para outras veterinárias, tais sinais não são indicativos comprobatórios de bem-estar, sendo assim, se faz necessário verificar a alegria, o ânimo e o desejo de viver demonstrado pelo animal.

Maria chega à clínica com seu Sheik em seus braços. O poodle de quase 14 anos de idade estava enrolado em um cobertor e sua aparência era motivo de comentários entre as funcionárias. Seu pêlo se encontrava demasiadamente sujo, as narinas estavam com bicheira⁶ e o peso do animal era preocupante, na margem dos 3 kg. Após a espera pelo atendimento, Sheik é atendido por Laís, que me pede⁷ para pegar uma cuba⁸ na cozinha para retirada da bicheira. Maria começa a lhe contar a história de Sheik. O cão de companhia foi adquirido por Maria e seu companheiro na época de casados, mas, após a separação, seu ex-marido assumiu a responsabilidade do animal. Sem contato suficiente com ele, descobrira que o cão estava com um estado de saúde debilitado, culpando assim o seu ex pelo desleixo. Ao ver o cão naquele estado, Maria ligou para seu ex-companheiro e falou que iria levar o cão para atendimento veterinário, recebendo o seu aval. Laís lhe esclarece que o estado de saúde do cão é extremamente preocupante, pelo baixo peso do animal, estado do pelo, bicheiras e falta de apetite citado pela co-tutora. Após algum tempo de reflexão por conta do custo, Maria autoriza a realização do exame físico-químico do sangue de Sheik e Laís verifica, com base nos resultados, que será necessário um tratamento a médio prazo para tratar sua baixa imunidade, além de cuidados relativos à alimentação e bem-estar do animal em casa. Portanto, apesar de sua fragilidade, Sheik conseguiria sobreviver se todos os cuidados fossem realizados de forma adequada, sem maiores riscos de vida.

Entretanto, com lágrimas nos olhos, Maria relata que, por se tratar de um animal que não está sob seus cuidados, não pode garantir que ele será tratado da forma adequada e que, possivelmente, seu ex não cuidará de Sheik da forma correta. O custeio do tratamento também era inviável por conta da condição financeira de ambos. Maria liga para o ex e relata sobre a avaliação. De acordo com o que ouvimos da conversa, ele indica a impossibilidade no custeio do tratamento. Laís explica que o quadro geral de Sheik não é bom no momento e com a impossibilidade de um tratamento e cuidado adequado, seu estado o levará a morte. Pede para que pense no que fazer e pergunta se quer algum tempo, Maria sinaliza que sim.

⁶ A bicheira é provocada pelo acúmulo de larvas de moscas que se alojam em ferimentos expostos do animal. A afecção parasitária decorrente da infestação dos tecidos ou cavidades do corpo por larvas de insetos é chamada de miíase.

⁷ Esse tipo de favor era constante durante a realização do trabalho de campo. Após algumas semanas na clínica, as veterinárias começaram a me solicitar pequenos favores, como pegar algum instrumento, material ou medicamento, tendo em vista o tamanho da clínica e a distância entre os consultórios e demais espaços. Assim, com esses pequenos favores, as consultas poderiam ter uma dinâmica mais eficiente.

⁸ Bandeja utilizada para depósito de material biológico e/ou infectante

Eu e Laís saímos do consultório por alguns minutos, algo que sempre fazemos quando o tutor é levado a considerar uma eutanásia e após a realização do procedimento, sendo comum que a expressão da dor seja entendida como inapropriada pelo tutor, revelando um certo constrangimento em visibilizá-la. “Owners may fear that those around them will consider their pet’s death trivial and the expression of grief on their part inappropriate. Veterinarians thus have a crucial role in enabling them to express their feelings.” (FOGLE; ABRAHAMSON, 1990,p.147). Como exemplo, ao acompanhar uma consulta com Isadora, que sinalizava sobre a grave condição do animal, a mesma gesticula para que eu e Fernanda (estagiária também presente no consultório) saíssemos da sala no momento em que acabara de “sugerir” a necessidade de se realizar uma eutanásia aos tutores presentes. *“Eu só tenho medo de estar tomando uma decisão equivocada, de ser EU quem está decidindo o que fazer”*, esclarece Sérgio, *“... mas esse é o parecer de três veterinários!”*, rebate Gabriela, sua mulher. Completando, Isadora concorda com a tutora *“... exatamente! Você não pode se culpar, a decisão não será sua!”*. Brevemente após a nossa saída, a veterinária vem ao nosso encontro e nos explica que *“Eu quis deixar eles a sós porque eu vi que ele queria chorar. Quando é tutor homem eles ficam intimidados em expôr isso muitas vezes”*.

Aqui, no caso de Sheik, a opção da eutanásia é justificada pela noção de “condição de qualidade de vida” em contexto. Apesar das chances de sobrevivência serem altas com a realização do tratamento, Laís esclarece que *“Não posso impedir uma eutanásia desse tipo, porque não posso exigir um cuidado posterior que a tutora não tenha condições de oferecer. A qualidade de vida seria decorrente de um tratamento a longo prazo, não imediato, por isso eu pedi para que pensasse no que fazer... [deixando implicitamente a eutanásia enquanto opção]”*

Maria chora, liga novamente para o ex, esclarece que gostaria de autorizar a eutanásia de Sheik, acha que é o melhor, considerando-se o quadro geral, considerando-se a falta de tempo dele em cuidar de Sheik, a falta de dinheiro de ambos em garantir um tratamento para o cão. Ela desliga o telefone e autoriza que Laís o faça. Uma série de procedimentos são realizados quando a morte de um animal em caso de eutanásia é produzida, revelando assim um caráter processual da morte. Estes, são descritos a seguir.

Talvez a categoria mais apropriada para descrever o sentimento compartilhado entre as veterinárias em situações como essa seja a de cautela. Muitas vezes em campo tentei observar até que ponto essas profissionais podem ir ao tentar sugerir uma eutanásia, nos casos em que

tal opção se julga como a mais adequada (de acordo com suas definições e sentimentos). O que me parece mais oportuno dizer é que, mesmo em situações graves, a recomendação dessa opção por parte da equipe veterinária é de alguma forma, interdita. Salvos os casos nos quais o próprio tutor atua enquanto aquele que solicita o procedimento, cabe às veterinárias um trabalho de “instigar” tal reflexão ao responsável do animal (o primeiro “procedimento”) Não seria correto afirmar que essa ação fosse traduzida enquanto um trabalho de convencimento ou de persuasão, porque não se trata de uma ação direta com esse propósito, mas de provocar no tutor um certo trabalho emocional (HOCHSCHILD, 2012) de aceitação do quadro do animal e da posição que a eutanásia ocupa entre as demais alternativas possíveis. *“O estado de saúde tem se agravado e estamos ficando sem alternativas”*; *“Já não há mais o que fazer”*; *“Vocês que conhecem o animal e são capazes de avaliar qual a vontade de viver que ele apresenta”*. Embora todas essas frases fossem comuns, Laura (veterinária intensivista) revela *“eu não posso incitar uma eutanásia para ele [referindo-se ao tutor]”*, mesmo estando frustrada pelo prolongamento da dor de seus pacientes cuja chance de cura era praticamente nula. Assim, pensando no bem-estar dos companheiros não-humanos, as veterinárias assumem o papel de guiar o tutor a uma decisão, sem fazer com que a responsabilidade pela escolha recaia sobre seus ombros. *“The owner of the animal makes the final decision regarding euthanasia, as veterinarians should never make the decision regarding euthanasia (Malmierca 2007), yet the veterinarian plays a pivotal role in an advisory capacity.”* (DICKINSON, ROOF & ROOF, 2011, p.171-172). Boa parte dos dados tratados nessa monografia recairão sobre esse momento, tal como pelo mapeamento dos conflitos entre tutores e veterinárias ao se refletir sobre a condição de existência do animal.

O segundo momento (ou procedimento) é aquele cuja decisão já está tomada e cabe à veterinária explicar sobre o procedimento. É necessária uma autorização assinada. Em seguida, o animal é sedado, anestesiado e conduzido à parada cardíaca pela administração de uma substância própria para o processo. Apesar da última substância ser aquela encarregada de dar fim à vida do paciente, também pode acontecer da própria anestesia induzir uma parada cardíaca, dependendo do grau de vulnerabilidade do animal. É importante ressaltar que, em qualquer uma das situações, o animal não sofre qualquer tipo de dor. É aqui que a profissional exerce um papel substancialmente autônomo.

“Você quer estudar morte?” Me perguntou Paloma, uma das veterinárias com mais tempo na clínica, que tem por volta de 35 anos. “Sim”, respondi. “Então primeiramente você precisa saber como é feita uma eutanásia, a gente induz a morte a partir dessas três substâncias: o sedativo, que leva o animal a um sono profundo, o anestésico que vai bloquear qualquer tipo de dor e o último é o T-61, que é a substância usada pela medicina veterinária para induzir uma parada cardíaca no paciente.”

Laís aplica o sedativo, explica que o animal cairá em sono profundo, seguido pelo anestésico e, por último, o Cloreto de Potássio (KCl). Diferentemente da minha “aula inicial de como se matar um animal” no meu primeiro dia em campo, Laís opta excepcionalmente por não utilizar a substância mais indicada à medicina veterinária para prática de eutanásia. Na verdade, não há qualquer objeção ao uso do cloreto de potássio pelas veterinária, porém há pelo menos duas razões para que o T-61 seja a substância preferencial. A primeira é da ordem da tradição, por ser estimulado durante as aulas nos cursos de medicina veterinária, o T-61 é reconhecido enquanto “o” medicamento para esse fim. O segundo refere-se ao efeito que o Cloreto de Potássio pode causar nos pacientes: contração muscular. Segundo o Guia brasileiro de boas práticas para a eutanásia em animais do Conselho Federal de Medicina Veterinária, o KCl:

O cloreto de potássio (KCl) é um íon cardiotoxico. O uso do KCl em um animal consciente causa a excitação das fibras nervosas do tipo C, o que promove extrema dor antes que ocorra a morte. Portanto, o KCl só pode ser utilizado após anestesia geral do animal, sendo a sua aplicação exclusiva por via IV. Nesses casos, podem ser utilizadas soluções saturadas de cloreto de potássio. Esse agente produz fibrilação ventricular cardíaca e morte, entre um e dois minutos. O uso de KCl por via IV em animais previamente anestesiados é rápido e tem baixo custo. Além disso, como não é um medicamento controlado, pode ser adquirido facilmente. Por outro lado, como desvantagem, relatam-se espasmos clônicos que podem ser observados no animal logo após uma injeção rápida. (Guia Brasileiro de Boas Práticas em Eutanásia em Animais - Conceitos e Procedimentos Recomendados, 2012, p. 32-33)

Ainda se poderia falar que a aplicação do KCl é de baixo custo em relação ao T-61, principal motivo de Laís em optar pelo seu uso, considerando-se a evidente falta de recursos financeiros dos tutores em questão. A dosagem de T-61 é feita da seguinte forma: 0,3ml/kg, com custo de R\$ 27,00/ml. Em contraposição, a dosagem de KCl tem custo de R\$ 0,80.

Apesar de não ter perguntado exatamente a todas as veterinárias, algumas delas me sinalizaram que não usavam de forma alguma o cloreto de potássio, *“Não uso de jeito*

nenhum”, diz Natália, enquanto Isadora sinaliza que *“Se o tutor é economicamente mais vulnerável e quer ver a eutanásia, eu já explico antes que pode haver contrações DEPOIS que o animal morreu, ainda que eu prefira o T-61”*⁹ e ainda complementa: *“Tem uns cachorros que demoram mais para ter parada, mas isso a gente nunca diz, é proibido!”*¹⁰ O tutor fica achando que se ele demora é porque não era a hora ainda de partir, que o animal não queria ir embora”. Isadora também argúi que: *“Por mais que o cachorro tenha morrido, eu sempre espero uns minutos, eu sei que já morreu e que não dá nada, nunca deu errado, mas eu ainda espero”*, admitindo a extrapolação de um caráter mais ‘racional’ ao lidar com a morte.

Laís me informa que não gosta muito de usar, *“morro de medo de usar”*. Questionada do porquê, a mesma relata que *“Já aconteceu de eu eutanasiar um animal com Cloreto de Potássio e ele ter contração muscular após a aplicação. Por mais que o animal não tenha sofrido qualquer tipo de dor e a contração ter ocorrido segundos após o falecimento do animal, a tutora me acusou de irresponsabilidade com o animal, disse que eu não havia tido cuidado com ele. Mesmo após eu lhe explicar que esses efeitos podem ocorrer com o cloreto ela não quis acreditar. E isso aconteceu algumas outras vezes, por isso eu não gosto de usá-lo, só em raras exceções”*. Tal relato se repetiu ao abordar o tema com outras veterinárias, ficando claro que o procedimento é naturalizado pela equipe veterinária diante do medo de sofrer tais repreensões.

Há tutores que acompanham a eutanásia, outros que só aceitam participar após palavras de encorajamento pela veterinária que lhe esclarece o quão importante é a presença do tutor nesse momento para o animal, e aqueles que se recusam a participar do processo. Esses últimos podem tanto esperar notícias na sala de espera ou vão embora, cujo papel da clínica é entrar em contato só para acertar a destinação do animal. É concedido ao tutor alguns dias para decidir o que fazer enquanto o corpo do animal é mantido refrigerado no freezer da clínica, envolto por uma sacola plástica apropriada para acomodação dos cadáveres.

Nos momentos em que o tutor decide acompanhar o processo, tal como acalantar o seu companheiro não-humano, sua decisão é sempre seguida por um pedido de conforto. *“Eu fiz a*

⁹ Apesar da fala apresentada, Isadora me esclarece em um momento mais posterior do campo que tal informação acerca do KCl é sempre realizada por ela.

¹⁰ Num outro momento em campo a veterinária situa que tal prática não é obrigatória, mas uma postura própria do seu atendimento. Com relação à diferença entre o tempo da parada cardíaca de alguns animais, Isadora me esclarece que *“[...] o cloreto provoca a parada entre 1 e 2 minutos. Nunca chegou a demorar 2 minutos comigo, mas 1 minuto já é isso que eu considero mais tempo se comparado a cães que param em 10 segundos.”*

escolha certa, não fiz?”. “*Eles sempre querem ouvir que fizeram a coisa certa*” (Natália/veterinária).

A culpa é performada no momento em que o tutor demanda a aprovação de sua decisão, recaindo sobre a veterinária a responsabilidade de lhe assegurar sua falta de escolha. Portanto, entre os momentos de autorização e absolvição, culpa e vergonha são acionadas pelos tutores enquanto sentimentos justapostos e correspondentes, diferentemente da oposição formulada por Benedict (2002) entre o caráter internalista da culpa *versus* o externalista da vergonha.

Assim, dentre os casos analisados, presenciam-se duas posturas relativas à condição da qualidade de vida do animal. No primeiro, Presunto é percebido enquanto um animal apático devido à negligência de sua família, instaurando um desejo coletivo para que o animal fosse eutanasiado, postura contrária à dos tutores. De acordo com Paula, o aumento das despesas tornaria-se um bom “incentivo” para isso. Em relação à Sheik, desde o momento de sua entrada, Maria mostra-se disposta a realizar o procedimento, não porque gostaria, mas porque acha a solução mais adequada dentro do contexto geral, cujo tratamento é inviabilizado por conta da situação financeira em que se encontra. Essa decisão é contrária ao posicionamento inicial de Laís, que me revela não se sentir muito confortável em realizar uma eutanásia nessas condições, cuja situação do paciente é resultante de negligência, além da existência de um tratamento eficaz ao mesmo. Porém, assume que a eutanásia se faz necessária pela circunstância *a posteriori*, em que o seu desmazelo acarretaria retornos constantes de Sheik ao hospital. Portanto, o modo como a preocupação com a qualidade de vida, o cuidado e a situação financeira estão articulados, evidenciam o caráter processual de “fabricação” dessas mortes, no qual também deva ser considerado a forma como a interiorização da aceitação é acionada por esses sujeitos. Assim, sucessivos atos simbólicos, práticos e discursivos agem a fim de circunscrever a morte enquanto ritualizada e processual.

Presunto fora eutanasiado na mesma semana em que acompanhei sua última drenagem abdominal. Segundo as veterinárias, a decisão foi tomada diante do agravamento de seu quadro clínico, tendo o animal chegado às pressas à clínica e não restando muitas outras opções aos seus tutores. Decidiu-se por cremar o corpo do animal, serviço oferecido pelos cemitérios de animais¹¹ presentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Em

¹¹ Existem quatro cemitérios na região metropolitana de Belo Horizonte que são exclusivos para enterro, velório e cremação de animais domésticos, todos cujo serviço é particular e oferecem diferentes tipos de rituais funerários.

contrapartida, Sheik saiu enrolado em sua manta, no fundo de uma caixa de papelão fornecido por Laís à Maria. Devido aos custos do enterro e/ou cremação, Maria decide levar Sheik para ser enterrado no quintal de sua casa, algo que também já tinha feito com outros animais de companhia.

II

Desenterrando laços

“Nunca pensamos que aquilo que os cães conhecem de nós são outras cousas de que não fazemos a menor ideia.” (José Saramago)

Com o óbito do animal, são oferecidos três tipos de serviços relativos à destinação do cadáver: enterro em cemitérios específicos para animais, cremação e “descarte” do corpo pela prefeitura. Embora haja diferenças significativas nos valores para cada um desses serviços, todos são onerosos, cabe ao tutor escolher aquele que mais lhe atende. As escolhas estão longe de seguir determinados padrões, não deve-se pressupor, por exemplo, que haja uma relação direta entre a classe social ocupada pelo tutor e o tipo de serviço contratado por ele. Considerando-se que a clientela da clínica é composta majoritariamente por pessoas pertencentes a classes sociais mais abastadas, as pessoas com quem converso sempre se mostram surpresas diante do fato de que a coleta pela prefeitura é a opção mais comum entre os tutores que passam pela clínica. Também é importante considerar que ainda não há cemitérios públicos para acolher esse tipo de demanda em solo brasileiro, com exceção de Florianópolis que, em novembro de 2017, sancionou uma lei que estabelece o direito ao enterro de animais em jazigos familiares. A lei complementar 1.685/2017 de autoria do vereador Tiago Silva (PMDB) autoriza que cães e gatos de estimação sejam sepultados em campos e jazigos concessionados à família tutora, no caso dos cemitérios públicos.¹²

Após acompanhar várias destas escolhas, não posso dizer com total clareza a razão acerca desse dado, mas algumas pistas são importantes: a) muitos dos tutores, ao justificarem sua escolha, argumentavam o apreço pela vida de seus companheiros, mas minimizavam a importância dada ao cadáver; b) boa parte das pessoas que minimizavam a importância dada sobre o corpo, justificavam-se com base em premissas explicitamente ligadas à doutrina espírita¹³; c) raramente o dinheiro era citado enquanto um fator decisivo. Assim como a culpa,

¹² Prefeitura de Florianópolis sanciona lei que permite que cães e gatos sejam enterrados em cemitérios. Disponível em

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/prefeitura-de-florianopolis-sanciona-lei-para-que-caes-e-gatos-seja-m-enterrados-em-cemiterios.ghtml> Acesso em: dezembro de 2018

¹³ É bastante curioso o número significativo de tutores que seguem a doutrina espírita e a visibilizam em discursos sobre suas relações com seus animais de companhia. Era frequente que tutores comentassem acerca de

os motivos dessas escolhas eram acentuadamente visibilizados pelos tutores. Não havia necessariamente uma expectativa de respaldo por parte das veterinárias, mas a preocupação dos tutores consistia em destacar a consideração pelo animal, que, diante de sua escolha pelo “descarte”, poderia ser erroneamente interpretada como descaso ou insensibilidade.

Além dessas alternativas, alguns tutores optavam por enterrar seus animais em terrenos de sua propriedade. Também já soube de alguns casos, apesar de raros, cujos cadáveres foram abandonados na clínica pelos tutores, uma vez que a mesma oferece alguns dias para que o tutor possa decidir sobre o destino do animal. Após um longo período tentando estabelecer contato, o corpo do animal fora descartado via prefeitura, tendo a clínica se responsabilizado pelo custeio do procedimento.

Ao todo, são quatro cemitérios destinados a enterros e cremação de animais na região metropolitana de Belo Horizonte. A mais antiga delas se localiza em Betim. Fundada em 1998, “A Reviver” conta com 4000 jazigos e mais de 5.000 animais enterrados em sua área, contando com espécies que vão além de cães e gatos, como peixes, tartarugas, galinhas, ouriços e ovelhas, todos esses animais enterrados pelo estatuto de “animais de companhia” que adquiriram de seus tutores (segundo a dona). Segundo Kênia, atual proprietária do “Cemitério e Crematório de Animais A Reviver”, após a perda de Max, o cãozinho da família que morrera em 1993, seu pai idealizou a abertura de um cemitério para aqueles que optassem por “manter guardada” a memória de seus companheiros. A família, proveniente do Estado do Rio de Janeiro, mudou-se para Belo Horizonte a fim de abrir o negócio.

Para o feriado de Finados em 2017, Kênia ofereceu uma palestra que tinha por objetivo discutir a superação da perda de animais domésticos. Divulgada nas redes sociais, as inscrições eram gratuitas e podiam ser feitas via telefone e não era exclusiva a associados, mas aberto ao público em geral. As chamadas contavam com os seguintes textos:

Não é vergonhoso sofrer pela perda de um animal. Só assim a morte deixará de ser dolorosa e poderá se transformar em boas lembranças e no sentimento de saudade. A Funeral Pet MG juntamente com o Cemitério dos animais A Reviver e Kênia Camargo Coach

um centro espírita que realizava procedimentos de curas espirituais com animais de estimação. Dra. Carla afirmava que vários tutores já lhe relataram sobre animais que conseguiram resultados surpreendentes após essas sessões, mas não soube me dizer a localização deste centro.

desenvolveu uma palestra especial para vocês que sofrem com a perda do animal de estimação.

Parece impossível acreditar que alguém que amamos não estará mais presente fisicamente em nossos dias, e o baque é tão forte que quase sempre nos faz cair em períodos prolongados de tristeza e depressão. A Funeral Pet MG juntamente com o Cemitério dos animais A Reviver e Kênia Camargo Coach desenvolveu uma palestra especial para vocês que sofrem com a perda do animal de estimação.

Assim, lá estava o antropólogo com seu caderninho de campo. O tamanho do cemitério é muito reduzido se comparado aos nossos cemitérios humanos, mas as sutilezas impressionam. Nas lápides, além das usuais fotos, descrições bastante cuidadosas sobre a personalidade dos animais. Ali, espécies têm suas fronteiras borradas, o famoso “temperamento” de cada raça, cede lugar à “identidade” de cada animal enterrado. Sem o intuito de realizar um estudo arqueológico, é interessante salientar alguns dos elementos presentes nessas lápides, não somente enquanto exercício de descrição, mas em relação a questões fundamentais desta pesquisa: as fronteiras entre humanidade e animalidade.

Nessas mensagens, tutores nos oferecem a possibilidade de compreensão dos meios pelos quais concebem modos específicos de categorização do mundo. Opto por “conceber” ao invés de outros termos porque acredito que suas práticas ultrapassem a questão da percepção subjetiva, mas levam à construção de outras realidades, de outras formas de existência e habitação. Portanto, essas mensagens, além de nos revelarem acerca das percepções sobre aquilo que se chama de “humanidade”, também nos situa sobre processos de construção do “eu”. De modo que, ao relatarmos o quão transformadora é a presença de um animal de companhia, oferecem relatos que evidenciam processos de individuação, no qual animais e humanos, ao coabitarem o mundo, são seres que se permitem construir uns aos outros.

A materialização da chamada “família multiespécie” a partir dos sobrenomes presentes nas lápides, tal como pela evocação das relações de parentesco contidas nas mensagens, nos fazem pensar sobre a produção teórica desse objeto de estudo pela disciplina antropológica. Se animais foram suprimidos da história (enquanto sujeitos agentes), devemos repensá-los a

partir de uma lógica do suplemento¹⁴ (SCOTT, 2011), ou seja, repensar como a inserção desses entes provocariam mudanças na forma como compreendemos nossa história e nossa episteme “ocidental” (sempre tendo em vista que, quando falamos de Ocidente, devemos pensá-lo como uma categoria de análise e não enquanto contexto delimitadamente etnográfico). Se “Talvez o principal desafio para a antropologia contemporânea, depois de muitas transformações pelas quais atravessou desde seus inícios, seja exatamente captar e formular a realidade como relação” (GIUMBELLI, 2013, p.13), refletir como os animais estão sendo inseridos enquanto membros da família tem a potencialidade de trazer novas considerações sobre modos de existência, produção do “eu”, produção do ‘parentesco’ e de produção daquilo que chamamos por “social/sociedade”.

De acordo com tais descrições, esses animais são, assim como nós, portadores de uma individualidade, demonstram a sua maneira sua personalidade, são chamados de “filho querido”, recebem recados de seus pais, mães e avós (às vezes também da babá), ensinam a real condição humana e forma mais verdadeira de se agir enquanto um. Todos esses exemplos são verificáveis a partir da leitura das lápides. Pedidos de perdão, ênfase nas categorias de parentesco, animais cujos nomes são herdados em cadeia sucessória (NETZACH I ★93 † 01, NETZACH II ★04 † 04...), jazigos familiares que preservam o corpo de todos os animais da família.

Levando em conta todos os aspectos já descritos acima, as lápides se apresentam enquanto local em que “identidades” são sedimentadas e o individualismo se revela enquanto valor importante para esses tutores. Assim, frases de despedida, categorias de parentesco, fotos, descrições detalhadas de personalidade “namoradeira, meigo, brincalhão, passeador com chuva ou com sol, esperta, inteligente, ‘verdadeira dama’, fiel, comportada, velhinha mal humorada”, brinquedos sob as lápides... se mostram como formas de marcar o animal enquanto único e dotado de características que o diferem de outros membros da família (humanos ou não-humanos) e dos demais de sua espécie. Lembro-me do labrador Ozzy, ao enrolar simetricamente sua guia, ser motivo de orgulho ao seu tutor durante as consultas na clínica “*Nunca vi outro cachorro dobrar a guia*”, exclamava Afonso. Nesse processo, nos vemos diante do fenômeno da singularização do indivíduo (aqui caberia uma reflexão se

¹⁴ Scott (2011) traz o conceito de “suplemento” para pensar como a supressão das mulheres na História levou à construção de um saber epistêmico mais que incompleto, mas brutalmente impreciso ao desvalidar as mulheres enquanto sujeitos ativos na produção histórica. Assim, a lógica do suplemento advoga para que a História seja reformulada considerando-se a agência produzida pelas mulheres no saber ocidental.

animais, como vêm sendo tratados, estão se encaixando no processo de individualização) através da morte, no qual seus rituais fúnebres são marcados pelos gostos e/ou características singulares daquele que se foi desses animais¹⁵; a morte atuando enquanto elemento de diferenciação (GOMES; MENEZES, 2011)

Considerando-se que para a palestra tinham sido oferecidas 50 vagas e até o momento de minha chegada, o espaço contava com um baixo número de visitantes, deduzi que, diferentemente dos demais cemitérios da cidade, esse não teria um grande movimento. Era interessante notar que, ao passar pela cidade, os cemitérios urbanos contavam com uma grande movimentação de pessoas, não somente àquelas que se deslocavam para visitar entes que se foram, como também um intenso número de comerciantes oferecendo variados tipos de serviços nas entradas desses locais. Foram-nos oferecidos diversos serviços (eu tinha ido de carro até o local, acompanhado por dois amigos), desde planos funerários até modelos de caixões, lembrancinhas para o morto, flores e todo tipo de artigos que pudessem ser usados para ornamentação dos túmulos. Em contraste com a efervescência presente nos arredores dos cemitérios humanos, o cemitério “A Reviver” contava com uma entrada discreta, sem nenhuma movimentação comercial destinada à data específica.

Enquanto a palestra era convenientemente retardada por um (maravilhoso) lanche servido aos convidados, o número de pessoas ia aumentando pouco a pouco. Por fim, ao se iniciar o evento, um número consideravelmente grande de pessoas se encontrava no local, superando facilmente as 50 vagas divulgadas a princípio. Eram pessoas das mais variadas idades, desde crianças até idosos, estando uma parcela significativa acompanhada por seus animais de estimação.

Segundo Kênia, o cemitério tem por finalidade oferecer ao tutor “*vivenciar o seu luto de maneira mais tranquila*”. E pergunta: “*Alguém poderia me dar alguma definição do que é luto?*”. Uma das senhoras sentadas à frente responde: “*Luto pra mim é um vazio e não tem nada que consiga preencher, é uma saudade, é uma dor, e só quem tá passando por aquilo sabe que aquilo é luto. É um sentimento que você não tem como se defender de tudo aquilo que te atinge*” e complementa “*Eu estou destruída*”. Kênia esclarece que a senhora tinha perdido seu companheiro não-humano naquela semana.

¹⁵ Porém, é necessário apontar que essa singularização não devE ser considerada um fenômeno necessariamente recente, para uma maior contextualização sobre essa temática, ver THOMAS (2010).

“O processo de luto é seu, não é de mais ninguém, é o seu momento”, alerta Kênia. Assim, ter um local “digno” [palavra frequentemente usada por Kênia para definir a qualidade de um local de enterro desses animais] para guardar o corpo do animal seria também parte do processo de superação e de aprendizado. *“Cuide do destino do seu animal, finalizar essa relação de amizade e companheirismo, dar um destino digno ao corpo que recebeu e correspondeu ao seu amor e carinho é reconfortante, e ajuda a amenizar o sofrimento.”* Portanto, a fala inicial de Kênia, relativa ao processo de luto, ganha respaldo nas palavras de Freud (2011) ao teorizar sobre o processo enquanto operação legítima para superação da perda através da experiência da dor.

Após contar a história de idealização do cemitério, Kênia realiza uma dinâmica e pede para que cada pessoa retire um laço contido na cesta que estava sob cuidados de uma das funcionárias. Os laços acompanhavam uma mensagem à qual eu já havia sido apresentado na clínica no dia de minha apresentação. De origem desconhecida, o texto conhecido como “Ponte do Arco-Íris” é apresentado aos tutores no momento da morte de seus animais, como forma de amenizar a dor da perda, como revela Carla.

Bem do ladinho do céu tem um lugar chamado Ponte do Arco Íris. Quando morre um animal que foi especial para alguém daqui, esse animal vai para Ponte do Arco Íris. Lá existem riachos e colinas para que todos os nossos amigos possam correr e brincar juntos. Tem muita comida, água e sol, e nossos amigos estão quentinhos e confortáveis. Todos os animais que estavam velhos e doentes voltaram a ter vigor e saúde; aqueles que estavam machucados ou aleijados estão inteiros e fortes novamente, exatamente como nas nossas lembranças dos tempos que já se foram. Os animais estão felizes e contentes, exceto por uma coisinha: cada um deles sente falta de alguém muito especial, que teve que ficar para trás. Todos correm e brincam juntos, mas chega o dia quando um subitamente para e olha para longe. Seus olhos brilhantes estão atentos; seu corpo treme de ansiedade. De repente ele começa a correr para longe do grupo, voando sobre o gramado verde, suas pernas indo mais e mais rápido. Você foi avistado, e quando você e o seu amigo finalmente se encontrarem, vocês se abraçam numa reunião feliz, para nunca serem separados novamente. Os beijos alegres chovem sobre o seu rosto; suas mãos afagam de novo a cabeça amada, e você pode olhar mais uma vez nos olhos confiantes do seu amigo, ausentes há tanto tempo da sua vida mas nunca longe do seu coração. Aí vocês cruzam juntos a Ponte do Arco Íris...

Portanto, a diferença de cor de cada um dos laços tinha como finalidade representar cada cor do arco-íris. Kênia pede para que algumas pessoas se manifestem acerca do motivo da cor escolhida. *“Verde porque representa a esperança de reencontrar Dorothea algum dia”.* *“Azul porque tenho a certeza de que ela está no céu”.* *“Azul porque tenho esperança que*

meus cachorros vivam muito tempo”. “Azul pela serenidade da minha poodle que viveu comigo por 20 anos”. “Vermelho pelo amor incondicional que eu tenho por eles”.

Com alguma frequência a crença que animais de companhia também desfrutasse de uma vida após a morte era reafirmada. De fato, segundo concluíram David et al. (2003), a crença numa vida após a morte de animais de estimação se revela enquanto um fator relevante para os humanos, proporcionando-lhes alívio diante da perda. Tais dados são corroborados em meio ao processo de eutanásia, onde humanos expõem a certeza do reencontro. Segundo uma pesquisa australiana, 56% dos entrevistados afirmaram que acreditavam que a alma de seus animais estava no ‘paraíso’ e, para a grande maioria dessas pessoas, acreditar nessa ideia era de grande ajuda no momento da perda.

Natália, jovem que aparentava ter cerca de 30 anos, branca, acompanhada de sua mãe e seu namorado, explica que escolhera a cor lilás porque simboliza, para ela, a saudade. Também havia perdido sua companheira naquela semana. *“Muita gente julga, a minha chefe, por exemplo, ela não tem amor, e é o que eu digo, se não tem nada pra falar, que cale!”*. Relata a angústia pela incompreensão das pessoas com a sua dor, desmerecida por se referir à morte de um animal. Diz que sua chefe a humilha, no dia que Bubu se fora, a mesma lhe falou: *“Para com isso, é animal, joga pra prefeitura!”*. Enquanto chorava, escutava de sua gerente que era doente por conta do comportamento supostamente incompatível com o acontecimento sofrido. Kênia diz ser frequente a falta de apoio que tutores recebem ao perder seus animais *“Ahhh, minha mãe diz que eu sou louca, levando flores pra cemitério de animais”*, recorda da frase dita por algumas de suas clientes. Nesse sentido, através da incompreensão do processo de luto, revela-se uma marginalização da dor pela perda de animais domésticos (DAVIS; et. al. 2003; p.58; DICKINSON; ROOF & ROOF, 2011, p.168; LAING; MAYLEA, 2018, p.223). Outras histórias são compartilhadas:

“Escolhi o laço dourado porque era a cor dela”. Amanda, dando seu testemunho entre lágrimas e soluços, expõe que também perdera sua companheira naquela semana, depois de 20 anos de convívio. Revela que, por conta de seu estado mental, resolveu procurar ajuda psicológica e conta que está fazendo tratamento, conduta compartilhada por outros tutores da

clínica, havendo serviços específicos para essa demanda¹⁶¹⁷. Sobre a despedida de sua companheira, Amanda relata que:

“Eu peguei ela no colo, eu não queria desapegar, mas eu lhe disse “Se você está cansadinha, pode ir pro papai do céu, mamãe te libera, filha!”. “Na noite anterior eu coloquei os joelhos no chão e pedi muito a Deus para que eu não tivesse que eutanasiar ela, você sabe [diz à Kênia]”, “Deus, não me deixa essa culpa! Mas ela foi tão perfeita que a veterinária me ligou e falou “Sua filha é tão perfeita que nem com culpa ela quis te deixar!”. “Parecia que ela dormia tão serena, me contou a veterinária. Então, enquanto eu não liberei ela, ela não se foi com serenidade”.

O alívio da culpa não é somente um aconchego para a maior parte dos tutores que se encontra diante da iminência da morte, mas também algo cobiçado. *“Se serve de consolo, nós, pelo menos, não tivemos que sacrificar ele, ele teve o tempo certo dele, foi na hora que devia ir”*, conta a tutora de Akira, que, após internado alguns dias na clínica, foi-se de morte natural, apesar do sofrimento vivido pelo cão em seus últimos dias de vida, diante da recusa pela eutanásia por parte de sua companheira [humana].

A “intervenção divina” é uma benção para aqueles que procuram se esquivar da decisão e uma forma de benevolência aos pedidos realizados face à tarefa mais “inadmissível” de ser executada. Associadamente, esses animais recebem “permissões” para sua partida. Tutores expõem a dor e a inconcebibilidade da tarefa a seus companheiros, que são motivados a prestar seu último gesto de cuidado aos seus humanos, insentando-os da culpa de sua morte. É o ato final, o maior gesto possível de gratidão. Ao atender esse pedido, o animal dá seu golpe de misericórdia. Ao invés de se reconfortar os moribundos, são os moribundos que poupam os vivos, seus humanos.

¹⁶ A empresa Funeral Pet oferece o serviço de “Terapia do luto” para tutores que não conseguem superar a morte de seus animais de companhia. Segundo informado no site da empresa, o serviço é descrito como: “Modalidade individual e ou grupo que usa técnicas específicas para ajudar o enlutado com reações de luto anormais e ou complicadas com o objetivo de promover o bem-estar e superar a dor da perda.” (ver em <http://www.funeralpetmg.com.br/>)

¹⁷ Para atender essa demanda, existem sites de apoio nos EUA onde os tutores podem desabafar e encaminhar questões mais específicas. Dentre os conhecidos estão o < <http://www.petloss.com/> >, disponível há 25 anos e o < <http://www.vetmed.ucdavis.edu/ccah/petloss.cfm> > em que clínicas veterinárias oferecem apoio psicológico para tutores em fase de luto ou até mesmo para alunos em período de treinamento.

“Coragem a gente não vai ter nunca, mas a decisão a gente tem que ter”, me revela Rosa, acompanhada de sua cachorrinha de 16 anos, enquanto aguarda a consulta na clínica. Estava lhe contando sobre minha pesquisa quando a mesma me esclarece sobre a situação delicada de sua *filha*. De acordo com a tutora, a cachorrinha apresenta tumores no fígado e complicações generalizadas, mas, mesmo sabendo da gravidade de sua situação e dos aconselhamentos veterinários que já recebera, afirma que ainda não tem coragem de decidir antecipar o momento de sua partida. *“Nem minha filha e nem a família estão tendo qualidade de vida. Ontem eu estava falando para a minha filha “Ôh filhinha, pede pro papai do céu te levar porque eu não quero ter que fazer isso”. “Eu nunca achei que iria ter que fazer isso”, desabafa.*

Sistematicamente, é interessante notar a articulação de três pontos decorrentes das informações até então apresentadas: a) a percepção que tutores têm sobre sua atuação ao longo do processo de morte e b) o desejo **do animal** enquanto valor máximo a ser respeitado por tutores e veterinárias c) a visibilização do cumprimento para com a vontade do animal. De um lado, tutores de certa forma almejam ser inocentados pela morte de seus companheiros e, se possível, fugir da condenação ao lhe concederem a sua “permissão de partida”. De outro, tutores que optam pelo procedimento de eutanásia, deixam à mostra a falta de alternativa que lhes restava, solicitando o amparo e a aprovação da veterinária responsável. Ambos compreendem de formas distintas o seu grau de atuação ao longo do processo, porém, acionam analogamente o desejo do animal enquanto o motivo por excelência que orienta suas ações. Portanto, a responsabilidade é experienciada de formas distintas entre aqueles que concedem permissão e aqueles que assumem o papel de protagonismo ao interromper a vida de seus companheiros.

De tal modo, a indignação compartilhada entre as funcionárias da clínica ao ver Presunto [cap. II] retornar semanalmente para sua sessão de drenagem fundamentava-se na desconsideração do casal diante da falta de vontade expressa pelo animal em continuar realizando o procedimento. Aqui, se a ciência ainda se encontra numa posição ambígua sobre as aptidões animais (considerando-se a relação entre os avanços científicos e as zonas “opacas” ainda existentes no campo dos estudos animais), as pessoas que partilham suas vidas ao lado de seus companheiros já não tem dúvidas sobre algumas dessas questões que ainda poderiam existir.

Estou dizendo que essa gata sabia contar e, mesmo que não estivesse pensando um, dois, três, quatro, cinco, pelo menos entendia a diferença entre cinco e sete. Tenho quase certeza de que a maioria dos cientistas discordaria. Quer dizer, discordariam como cientistas, mas, como donos de gato, provavelmente não. (LESSING, 2017, p.171)

Ao nos debruçar sobre o campo de estudos das relações humanos e animais, podemos encontrar considerações bastante interessantes e diversas acerca aquilo que estamos tratando pelo “querer” do animal, sua capacidade de agência e comunicação. Não somente devemos considerar como diferentes tradições filosóficas se debruçaram acerca do estatuto do animal, como exposto por Ingold (2007), Marras (2014) e pelo historiador Keith Thomas (2010), mas também é central pensar o quanto a questão da animalidade foi primordial para a fundamentação da disciplina antropológica ao explorar as dimensões da alteridade, fortemente arraigadas a concepções evolucionistas em seus primórdios. O animal talvez poderia ser considerado o nosso primeiro “outro antropológico” (MARRAS, 2014, p. 220), e assim sendo, “os animais foram sempre um operador na definição dos humanos” (ib, p.219). Portanto, a “máquina antropológica do humanismo” (AGAMBEN, 2013, p.42), onde a condição de humanidade se coloca numa relação de oposição à animalidade, fez com que a disciplina antropológica (entre outras) operassem a partir da negação de quaisquer traços associados ao animal. Porém, é necessário salientar que, mesmo em um mundo onde a cisão humano/animal é reafirmada, a prática e os modos de convívio contemporâneos ultrapassam tais fundamentos.

Não precisamos nos ancorar em relatos medievais de condenação de animais (THOMAS, 2010), cuja moralidade era levada a julgamento em caso de crimes cometidos pelos mesmos. Bevilaqua (2014) realizou um estudo comparativo sobre ataques de cães à pessoas na capital paranaense, cujo objetivo era compreender o modo como animais não apenas são vistos pelo campo do direito, mas como também atuam e provocam mudanças no ordenamento jurídico ao se firmarem enquanto agentes. Assim, ao se ter que considerar as ações desses animais como passíveis de julgamento e penalização, a autora nos aponta para as controvérsias existentes entre as considerações acerca da vontade e da autonomia do animal enquanto sujeito. Para isso, analisa-se o que juízes dizem sobre a individualidade do animal, a motivação do ataque e a parcela de responsabilidade do animal sobre seus atos, considerando-se o “querer” do animal para que o ataque tivesse acontecido.

Além do “querer”, outro ponto que está em jogo quando nos deparamos com as práticas e relatos de veterinárias e tutores acerca da decisão ou concessão à morte, se refere à

capacidade de comunicação do animal, reconhecida por ambos os atores. Aqui, como bem pontuado por Bateson, comportamento é visto enquanto comunicação, sobretudo quando nos referimos a mamíferos (BATESON, 2000, P.365). Ao desenvolver uma série de pesquisas com golfinhos, Bateson busca compreender qual o conjunto de regras que governam seus relacionamentos, uma vez que, para o autor, o cerne da questão é o modo com que os animais estão sempre (re)afirmando o tipo de relações estabelecidas com seus pares. Com um olhar batesoniano, Lessing (2017), que não é antropóloga, mas uma exímia observadora, se permite compreender a “linguagem” de seus gatos a partir do comportamento que eles mantêm entre si e com a autora, trazendo à tona a importância ocupada pelo corpo na manutenção dessas relações. Além desse fator, a sensibilidade da autora ao observar a associação entre o “ser” do gato e o ambiente a que se relaciona, é mais um ponto de intersecção entre ambos. Ademais, ao vivenciarmos o corpo (seus movimentos, posturas e toda sua ordem de gestualidade) enquanto comunicação, humanos e animais não-humanos experienciam modos de ser-afetados (FAVRET-SAADA, 2005), pois “ter um corpo é aprender a ser afetado” (DESPRET, 2011, P.56).

[...] a leitura por contraste não é tanto uma maneira de investigar os outros, mas de investigar de que é capaz a nossa cultura quando se encontra com outros, e a que pode dar lugar como invenção esse encontro. (...) não espero que as versões de outros constituam uma reserva de conhecimento a se somar passivamente à nossa. Espero que mobilizem, que as reativem... (DESPRET, 2004 *apud* VIANNA; SÁNCHEZ-CRIADO & GOMEZ-SORIANO, 2008 p. 7)

Portanto, de algum modo, mesmo que levemos em conta as diferenças morfológicas, o corpo ainda atua enquanto um denominador comum entre animais e seus humanos porque, como sugerem tutores, veterinárias e os seus próprios companheiros, compartilhamos maneiras de ser afetados.

Butchkin gosta de ser escovado com calma e cuidado, pois o pelo da região onde a pata da frente foi amputada fica áspero e emaranhado. Gosta de ser acariciado e massageado e que eu lhe esfregue a espinha do pescoço até a cauda, com a mão firme. Eu lavo as orelhas e os olhos dele, pois uma pata não é tão eficiente quanto duas. E ele lambe minha mão que, por alguns momentos, se transforma numa pata, de modo que eu possa esfregá-la no olho e na lateral que não alcança, diversas vezes (...). (LESSING, 2017, p. 185)

Todavia, ao debater sobre as experiências de comunicação e, por conseguinte, de afetação, empreendidas por tutores e animais, estou interessado em suas relações de

coconstituição, seus modos de “tornar-se com” (Haraway, 2011, p. 393), tentando ir além da premissa simplista de “humanização dos animais”. Logo, o empreendimento desta pesquisa consiste em extrapolar uma certa tendência presente nas áreas de estudos sobre animalidade (levando em conta a multidisciplinaridade desses estudos): a busca pelo que há de humano em animais não-humanos, sobretudo quando as capacidades cognitivas assumem a centralidade dessas discussões. Não é esse o caso. Aqui, me vejo diante de outra questão ao longo desta pesquisa: de que maneira esses animais afetam e são afetados.

Despret (2004, 2011) discute como Hans, um cavalo alemão, em 1904, gerou grandes controvérsias ao se tornar conhecido por suas habilidades matemáticas. Segundo seu criador, o cavalo sabia contar e fazer operações matemáticas e, ao se apresentar para a população local, era sempre ovacionado. Ao ser analisado por treze avaliadores de diferentes áreas de saber, o júri foi unânime, o cavalo sabia mesmo contar! Porém, não convencidos, o psicólogo Oskar Pfungst foi convocado para analisar o caso. Após minuciosas observações do mesmo à apresentações posteriores do cavalo, o acadêmico concluiu que, ao invés de ser um habilidoso matemático, o animal tinha como verdadeira habilidade a leitura dos corpos humanos. Conforme observou o pesquisador, Hans sabia o momento certo de sinalizar o resultado da operação matemática com as patas à medida em que aqueles que o avaliavam transmitiam pequenos gestos corporais, ao vibrar pela capacidade do animal “not only could he read bodies, but he could make human bodies be moved and be affected, and move and affect other beings and perform things without their owners’ knowledge.” (DESPRET, 2004, p.113). Assim, ao continuar estudando Hans, Pfungst também foi levado a refletir sobre a capacidade com que cavalos e humanos apreendem os corpos uns dos outros em competições de corrida, por exemplo, de tal modo que “talented riders behave and move like horses (...) Human bodies have been transformed by and into a horse’s body.” (ibidem, p.115). As habilidades de Hans, portanto, iriam muito além do cálculo matemático, portanto “Essa história demonstra que, ao humanizar animais, usualmente subestimamos a cognição animal e ignoramos as aptidões únicas de outras criaturas.” (HARARI, 2016, p.136).

A utilização do termo “animal de companhia” no lugar de “animal de estimação” neste trabalho não é mera coincidência, ambos se afetam e agem sobre o mundo. Ambos partilham processos de construção de um “eu”, e se “todo ser é relação” (MARRAS, 2014, p.228), interesse-me pelo modo compartilhado de ser-no-mundo. Portanto, por mais que “domestication could be defined as the transformation of what was the proper world of one

being by another, or, to put it more accurately, the transformation of a being-with-its-world by another being-in-its-world.” (DESPRET, 2016, p.165), faço a escolha de “animais de companhia” pelo seu caráter explicitamente relacional (“animal de estimação ainda pode manter uma ideia de domesticidade unilateral que pretendo evitar).

“O quarto está grande, a cama está grande, eu não tenho lugar”, finaliza Amanda, trazendo à tona algo já presente nos textos de Freud (2011): a morte enquanto a perda de um lugar ocupado por outrem. E pelo esvaziamento do lugar ocupado por aquele que morreu, a pessoa enlutada também se vê arrancada de sua posição. Assim, Freud (2011) delineia um dos limites entre a pessoa acometida pela melancolia e aquela em processo de luto. Enquanto a primeira não obtém recursos para nomear o estado e/ou o lugar de sua perda, aquilo que se perde pode ser localizado pelo enlutado.

“Eu escolhi a cor rosa por conta da minha Pétala”, revela Lourdes, uma senhora na faixa dos 70 anos sentada na primeira fileira que, ao falar de sua *filha* que morrera há dez meses atrás, carrega a voz de saudade. Lourdes também apresenta a narrativa em que pede a Deus para levar Pétala, quando seu estado de saúde já indicava a sua partida e complementa que jurou não arrumar mais nenhum animal de companhia, algo muito compartilhado entre tutores ao perderem seus animais. Porém, algo acontece depois de 10 meses:

“Eu resolvi não ter mais por 10 meses e então eu pedi a Deus que ela viesse falar pra mim o que eu deveria fazer, ela apareceu para mim no meu sonho e brincou a noite toda comigo. No outro dia eu era uma outra pessoa, eu resolvi comprar a Emily. Você lembra, Kênia, de 73 kg eu cheguei a 65 depois da morte dela.”

Kênia pede permissão para complementar, já que acompanhava a trajetória da tutora desde a perda de Pétala:

“Ela fez uma promessa que eu achei muito complicado pra mim entender e pra ela conseguir, que era não arrumar mais nenhum animalzinho, ela prometeu não arrumar mais um, mas cuidar de vários. Falei, ela não vai conseguir. Ela não quebrou essa promessa, eu não entendo dessa maneira, porque ela pediu pra conversar com a Pétala e teve um sonho com ela autorizando ela a ter outro animalzinho e dando sequência à vida dela nesse quesito.”

Dessa maneira, Lourdes compartilha a experiência de vários tutores com os quais pude conversar durante a pesquisa e que não se limitam a esse percurso de pesquisa: a posição suprimida pela perda de um animal de companhia ser restabelecida com a inserção de um novo animal na vida desses tutores. Obviamente, novos animais não entram como substituição daquele que morreu, nenhum tutor colocaria nesses termos, mas do lugar ocupado por ele. Do lugar em que um animal ocupa no modo como tutores constituem suas experiências no mundo enquanto sujeitos que se fazem companhia de animais não-humanos. Assim, Rafael (jovem, branco, 25 anos), cliente da clínica há anos, desde quando acompanhava as consultas de seus animais quando seu pai os levava à clínica, durante a espera pela consulta ao lado de sua cachorrinha, Luna, me esclarece:

“Quando morre você sofre, mas quando você deixa um espaço vazio você sofre muito mais. Tem que ter logo outro quando morre. Duas coisas que você não pode deixar: ausência e ficar relembando com objetos, eu, por exemplo, não deixo as fotos no porta-retrato.”

Logo, faz parte do discurso geral que arranjar outro animal de companhia e se desvencilhar de objetos que lembrem aquele que morreu (algo também sugerido por Kênia, que complementa que a doação é uma boa opção ao ajudar outros animais que não tem a mesma condição, cabendo ao tutor guardar apenas um objeto mais significativo) são procedimentos relativos a um ritual pós-morte que têm a função de sedimentar a ideia da morte.

Num outro dia, algumas semanas depois, peguei mais sacolas vazias e fui até o escritório do John, onde ele guardava suas roupas. Ainda não me sentia preparada para encarar os ternos, as camisas e as jaquetas, mas achei que poderia dar uma olhada no que restava dos sapatos. Isso já era um começo. Parei na porta do escritório. Eu não podia doar o resto dos sapatos dele. Fiquei ali parada por um momento, e depois compreendi por quê: se ele fosse voltar, precisaria dos sapatos. Ter consciência desse pensamento não o afastou de modo nenhum. Ainda não tentei determinar (digamos, passando adiante os sapatos) se esse pensamento já perdeu a força (DIDION, 2006, p.27).

Explorar o tema da morte é também ser levado a considerar processos mais amplos daquilo que chamamos de “pessoa”. Quais os limites para se pensar a individualização desses animais e a sua condição fronteira de animalidade? E, mais submerso dentro das práticas e

informações concedidas pelos meus informantes: como podemos pensar as formas de individuação a partir das relações de coabitação estabelecidas entre tutores e animais?

III

Fronteiras em negociação

“Mas se seus olhos não me viam, a existência dela me existia - no mundo primário onde eu entrara, os seres existem para os outros como modo de se verem.”
(Clarice Lispector)

Ao me apresentar como estudante de antropologia, uma série de perguntas eram sempre dirigidas a mim e com relação à minha pesquisa. Além da frequente curiosidade sobre o curso, a profissão, como eu conheci a área... a maior dúvida despertada se fazia em relação à temática escolhida como projeto de monografia. Dentro e fora do campo de pesquisa eu voltava a responder sobre esse questionamento, uma vez que trabalhos sobre a questão não eram muito conhecidos/divulgados. Apesar da procura contínua por bibliografias relativas ao assunto dentro da psicologia, sociologia, antropologia ou até mesmo em artigos na área da medicina veterinária, as informações eram bastante escassas em solo brasileiro, cabendo-lhes apenas o espaço de notas de rodapé. Embora haja uma bibliografia emergente sobre o assunto, o tema geralmente apresentava-se a partir de outros recortes: indústria agropecuária (geralmente associada à práticas de comensalidade), abandono de animais domésticos ou sacrifício de animais em práticas religiosas de matriz africana, mas nada que se ocupasse a discutir a morte de animais de companhia enquanto prática e fenômeno cultural. Assim, instigado pelas reflexões da disciplina de “Antropologia da morte” e já em alguma medida familiarizado com a bibliografia de animalidade, o tema da pesquisa foi construído com base nas seguintes intenções: a) me inserir numa nova área temática, considerando minha total dedicação, até então, com discussões sobre gênero e sexualidade b) pesquisar algo cujo tratamento era ainda incipiente dentro da minha área de conhecimento c) ter a experiência de ir à campo (da forma mais “tradicional”), deslocamento que considerava importante, mas que só havia praticado em contexto de internet.

Como dito no início desse trabalho, somado à peculiaridade da pesquisa, o fato de eu não possuir nenhum pet também era motivo de dúvidas sobre meus reais interesses de

pesquisa, pois, uma vez dentre as veterinárias, era notável a articulação da profissão exercida por essas mulheres e de um certo “*estilo de vida*” (palavras de um tutor ao definir o caráter das relações produzidas entre humanos e animais de estimação) vivenciado pelas profissionais. Além delas usufruírem da companhia de animais domésticos, todas exibiam uma biografia em que tais relações se revelavam como um elemento imprescindível nas suas trajetórias pessoais/profissionais. Por esses motivos, o interesse acadêmico/profissional em animais só era visto enquanto algo possível ao ser encadeado a tramas biográficas cuja participação de animais era preponderante.

Ao me ingressar em campo, meu “objeto” de pesquisa, pensado com base em leituras que me levavam a refletir sobre a dita “humanização dos animais”, foi ressignificado. Tendo em vista que o deslocamento antropológico é marcado pelas idiossincrasias de seus “nativos”, aquilo que eu me propus a estudar foi tomando contornos específicos desde a minha primeira participação. Se, no início, a aspiração da pesquisa era entender mais sobre a “morte de animais” e o luto dos tutores, desde o meu primeiro dia em campo eu me vi diante de mortes produzidas pela “tarefa” da eutanásia. Alguns motivos me levam a pensar sobre tal particularidade: a) o perfil das pessoas/animais atendidos pela clínica, majoritariamente pertencentes à classe média e b) em decorrência do tipo de público atendido, esses animais tinham a oportunidade de se submeter a tratamentos e intervenções, cuja maioria dos animais domésticos não dispunha, sendo assim, fazem parte das estatísticas que apresentam o aumento da expectativa de vida de animais domésticos. De tal modo, a eutanásia consiste numa prática intervencionista direcionada àqueles animais que, mediante razões muitas vezes econômicas, tiveram seu tempo de vida prolongado e agora também têm a “oportunidade” de terem a “gestão” de sua morte. Nesse sentido, quando me deparava com tutores que se recusavam a executar a eutanásia em seus companheiros, mas sentiam-se aliviados de sua morte “natural” na clínica, após postergar a vida desses animais por meio de inúmeras intervenções, ficava me questionando até que ponto tais mortes podiam ser consideradas realmente “naturais”.

Pensando a eutanásia enquanto uma prática intervencionista cuja responsabilidade é assumida pelo tutor, lembro-me dos escritos de Ariès sobre os modelos de morte presentes no ocidente ao longo de sua história. Ariès (1977), historiador que se debruça sobre o tema da morte, evoca uma série de elementos que atuam como uma estratégia ao terem o papel de reconstruir o modo de se pensar a morte no “Ocidente”. Em seu livro intitulado *História da morte no Ocidente*, o autor aponta para o processo de individualização da morte e do morrer,

tal como o de sua interdição. Segundo o autor, tal fenômeno seria decorrente do afastamento da ideia (e das práticas relativas à) da morte da cena pública para uma acomodação à esfera do privado e, com isso, de um sistema em que a morte é encarada como parte natural da vida para uma interdição de sua existência, ou seja, a evitação máxima da ideia do morrer.

Não lhe reservando mais espaço em meio à vida, à morte também é negado o seu direito enquanto dilema futuro. Essa variação da presença da morte no âmbito social é evidenciada pelo historiador, que nos situa como ela foi e tem sido apagada discursiva e materialmente. Assim, a própria questão dos cemitérios, cuja história de criação nos evidencia um certo grau de aproximação com a esfera pública social, se transforma num elemento investigativo na construção argumentativa de Ariès. Com a intenção de assegurar a proteção divina a esses corpos, compreendidos como posses do Criador, os cemitérios eram espaços anexos às igrejas, que foram, ao longo dos anos, se transformando em locais propícios a se cultuar os entes que se foram. Assim, de acordo consta a história, corpos jogados em valas sob poder da igreja foram sendo gradualmente identificados e personalizados, a fim de assegurar a sua memória. Dessa forma, coube ao cemitério tanto a função de manter protegido o caráter individual do ser humano, quanto o de construir a ideia de coletivo social, uma vez que sua idealização seria também estratégia encontrada para a solidificação dos valores nacionais num período de valorização dos valores positivistas. Sua visitação, inicialmente conciliável com a prática de lazer, foi restrita à prática de recordação e homenagem aos mesmos, sendo vedado qualquer outro uso em tom de festejo ou coisa similar. Os escritos de Ariès trazem notáveis passagens sobre esse tipo de proibição:

Em 1231, o Concílio de Ruão proíbe que se dance no cemitério e na Igreja, sob pena de excomunhão. Um outro concílio, de 1405, proibiu que se dance no cemitério, que se jogasse fosse o que fosse, e proibiu aos actores, aos malabaristas, aos músicos e aos charlatães o exercício da sua actividade suspeita (ARIÈS, 1977, p.29)

Discursivamente, a morte também foi sendo eliminada da esfera pública, tal qual o tom compassivo de sua existência, à medida em que novos campos do saber passariam a ditar as normas adequadas ao seu processo ritualístico e de enlutamento. Com isso, cada vez mais a ideia de uma morte domesticada, lúcida, em que o enfermo estivesse consciente de seu caso e de seu vir-a-morrer (chegando ao ponto de ser o responsável pelo evento que se celebraria a sua partida), foi se transformando em algo com caráter interdito. O enfermo torna-se alienado

de sua condição; a responsabilidade pelos rituais fúnebres são imputados à família do moribundo; o processo do luto transforma-se numa preocupação médica, sob o risco de ser compreendido dentro de um viés patologizado. Nesse segundo momento, a partir de meados do século XIX, a morte adquire um caráter medicalizado/hospitalizado, ou seja, não mais o enfermo tem a legitimidade sobre o seu caso, mas sim o médico, que irá ditar o que deve ser feito. Porém, também devemos ter em mente que os escritos de Ariès são culturalmente localizados. Considerando a estratégia utilizada pelo autor, a de pontuar uma série de elementos que se transformaram ao longo dos séculos, faz-se necessário observar que os mesmos são pertencentes à uma França circunscrita temporalmente. Assim, esse “Ocidente” a qual Ariès se refere, deve ser entendido enquanto um esquema operatório de análise e não enquanto área etnográfica.

Assim, considerando-se a responsabilidade exercida pela família ao “administrar” a morte do animal, tal como a gestão da morte pelas profissionais veterinárias, por meio ou não da eutanásia, presenciamos aqui um paralelo relativo à medicamentalização da morte apontada por Ariès. Apesar das conclusões do autor terem sido formuladas com base nas práticas entre humanos, suas análises servem de orientações/reflexões para as relações aqui observadas.

Segundo a reportagem de 2014 da Revista Folha de São Paulo, a expectativa de vida de cães e gatos aumentou 100% em 30 anos, ao passo que, em humanos, foi preciso quase um século para atingirmos o mesmo patamar. Cães que viviam em média 9 anos, hoje conseguem chegar aos 18, gatos aos 20 anos. Esse aumento, proporcionado em grande medida pelo desenvolvimento da medicina veterinária em decorrência de avanços tecnológicos, também foi (e é) acompanhado pelas mudanças nas relações domésticas entre humanos e animais. Como nos relata Godinho (2010 *apud* Lima, 2016):

Em 1978, estiveram no topo as raças dobermann (1.342 cães registrados), cocker spaniel inglês (1.325); boxer (1.151) e fila brasileiro (1.029). Em 1988, uma raça de companhia alcançou o topo dos registros pela primeira vez (7.402 poodle registrados), mas, somados, os cães de guarda superavam facilmente esse número (6.072 cães pastor alemão; 4.787 filas brasileiros e 4.310 dobermanns). Apenas em 1998, o quantitativo dos registros se inverteu, expressando a expansão da tendência de adquirir cães para companhia. Embora a raça rottweiler tenha ocupado o topo da lista (21.400 cães registrados), as três posições seguintes foram ocupadas por raças de companhia, que, somadas, superam a primeira posição (12.700 poodles, 7.092 cães yorkshire terrier e 5.560 cocker spaniel inglês). Por fim, em 2009, a mudança ficou mais clara. Do total de 98.800 cães, as três raças que mais se destacam são de cães de pequeno porte, destinados a servir de companhia, já indicando uma mudança nas raças preferidas, com a saída de poodles e Cocker Spaniels. Desta vez os

shih-tzu estiveram no topo, com 14.500 animais registrados, seguidos de 13.100 cães yorkshire terrier e 6.473 malteses (GODINHO, 2010 *apud* LIMA, 2016, p.7-8).

Esses animais, ao serem realocados (e modificados! Lembremos da prática da cinofilia, responsável pelo estudo e produção de ‘novas’ raças ‘puras’¹⁸ caninas¹⁹) com finalidade de se readequar aos novos modelos de vida humana, passam a figurar outras agências possíveis naquilo que entendemos como o “social”, entendendo-se o conceito a partir de seu caráter performativo (MARRAS, 2014, p.236). Assim, guardas de animais de estimação em casos de divórcio estão se tornando disputas comuns entre casais, animais já se apresentam em audiências em casos de discordância (um cão da raça *yorkshire* foi intimado a comparecer numa audiência no TJ-RJ para determinar sua situação legal após a negativa da devolução do animal sob os cuidados temporários de uma família²⁰).

A dissolução de fronteiras entre espécies, argumento presente em bibliografias mais recentes sobre o fenômeno da “domesticação animal”, fundamenta-se a partir de exemplos que colocam em xeque um certo distanciamento das práticas e experiências entre humanos e animais não-humanos. A exemplo disso, temos os modos de comensalidade, cuja partilha vai além daquilo que se come (era surpreendente encontrar ovos de páscoa para animais de companhia em grandes pets shops na cidade de Belo Horizonte, revelando a superação dos fins alimentícios do produto, mas uma incorporação nas esferas simbólicas humanas), mas também como se come (a exemplo dos tutores que mudavam os seus horários de alimentação para acompanhar seus companheiros não-humanos). Ademais, encontramos outros exemplos relativos à categorias médicas (a obesidade enquanto “patologia” compartilhada entre humanos e animais ao se verem diante dos mesmos padrões de vida), estados compartilhados

¹⁸ Em relação a um sistema hierárquico de raças, um adendo. Numa conversa com Raquel, ao informar sobre o meu total desconhecimento sobre raças, a mesma me explicava sobre a sua rotina ao lidar com as raças informadas pelos tutores. Segundo a recepcionista, que necessita de perguntar várias informações sobre o animal quando o mesmo chega à clínica, procedimento feito para a abertura da ficha, esclarece que lida com três coisas em sua tarefa de levar em consideração somente as informações enunciadas pelos tutores: a) tutores que informam raças superiores à raça do animal observado por ela b) tutores que enfatizam que o animal tem uma mistura genética, cuja raça fenotipicamente “predominante” é sempre inferior à outra supostamente presente e c) popularização do termo “SRD” (sem raça definida), utilizada muitas vezes para se afirmar uma certa “individualidade” do animal ou elevar sua raça a algo não passível de classificação.

¹⁹ No Brasil, temos a Associação Cinológica do Brasil (ACB), Sociedade Brasileira de Cinofilia (Sobraci) e a Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), esta última filiada à Federal Cinológica Internacional (FCI). Para ver a respeito da CBKC, acessar: < <http://cbkc.org/> >

²⁰ Matéria divulgada pelo G1 “Cão é ‘testemunha’ em audiência de disputa da própria guarda no TJ-RJ”, acessar < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/cao-e-testemunha-em-audiencia-de-disputa-da-propria-guarda-no-tj-rj.html>

de saúde mental (síndrome do pânico, depressão, úlceras decorrentes de quadros de ansiedade), e também quanto ao uso de medicamentos.

Portanto, os dados que apontam para o emprego cada vez mais recorrente do termo “compartilhamento” para evidenciar práticas e experiências entre humanos e animais, tem nos levado com frequência à ideia de uma humanização irrestrita, porém, uma vez inserido ao campo, fui exposto à práticas de uma outra ordem. Sim, animais e humanos compartilham muitas vezes hábitos, experiências, “perspectivas”, “bens”... porém, as fronteiras de humanidade e animalidade presentes nas práticas, discursos e relações intersubjetivas²¹ entre humanos, animais e veterinárias me levavam a ponderar sobre essa perspectiva “projecionista”. O que eu encontrava era a constante negociação de tais fronteiras, de modo que, tanto humanos quanto animais partilhavam de trocas, aprendizados e modos de experienciar o mundo. Dessa maneira, talvez o ponto nevrálgico ao longo dessa pesquisa no que se refere ao caráter das relações humanos e animais, seja o de tentar compreender como tais negociações ocorrem frente a um discurso contemporâneo de “igualdade entre espécies”, ou seja, aquele que nos fala de um suposto apagamento das fronteiras. Analisando a prática de morte enquanto tema central nessa pesquisa (especificamente a eutanásia), tomemos algumas considerações.

De acordo com as veterinárias, o tradicional “sacrifício”, termo muito em voga pela medicina veterinária ao longo de sua história, deu lugar ao técnico e suavizado “eutanásia”. Segundo a Dra. Carla, *“de uns tempos pra cá começou a ser utilizado o termo eutanásia, tanto por parte dos veterinários, quanto por parte dos tutores”,* porém, *“nós, veterinários de mais tempo, fomos ensinados a falar ‘sacrifício’, mas agora eutanásia pegou e nós falamos também”*. Semelhantemente, Segata, antropólogo que realizou sua etnografia de doutorado numa petshop, também é advertido pela veterinária que o acompanhava: *“É por isso que eu te disse outro dia que nós não sacrificamos os animais, mas praticamos a eutanásia, entende?”*, (SEGATA, 2013, p.59) ao pronunciar que um animal fora “incinerado”, quando “cremado” seria o termo mais adequado. A partir da ressignificação sofrida pelos termos com o propósito de “diluição” da carga dada às práticas destinadas aos animais, até então seres localizados numa outra ordem à dos humanos, pensemos então como a participação desses nossos outros fazem performar aquilo que entendemos como o social, considerando-se que a relação entre

²¹ Por intersubjetividade entende-se “um fluxo mútuo de mudanças e transformações nos termos que compõem a relação” (SÁ, 2014, p.128)

cultura e prática. Se “toda espécie é um ponto de vista sobre as outras” (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), analisemos então como tais associações entre humanos e animais são produtoras de novas formas de coexistência e coabitação, pois, “[...] se hoje quisermos realmente compreender melhor o humano, em sua versão moderna, isso não será feito afundando-se em seu especismo, mas sim considerando-o em redes constituídas de uma multiplicidade de agenciamentos heterogêneos” (MARRAS, 2014, p.216).

Assim, o propósito deste capítulo, fugindo um pouco da forma com que os anteriores foram construídos, é compreender como a prática e o convívio com animais não-humanos podem nos informar sobre processos culturais e significados simbólicos relativos ao enredamento das experiências desses sujeitos, considerando-se as tensões e aproximações frente à ideia de humanização dos animais de companhia.

Frida

Era meu segundo dia em campo, eu havia acabado de sair do consultório da Dra. Carla ao acompanhar um exame de rotina e, quando me dirijo à recepção, Paula pega minha mão e me fala “*É disso aqui que você precisa!*”. Abre a porta do segundo consultório, pede licença e informa “*O Ítalo está fazendo uma pesquisa aqui na clínica, ele vai acompanhar vocês, tudo bem?*” A tutora sinaliza que sim e eu entro. Paloma era a responsável pelo atendimento de Frida, uma rottweiler de 8 anos que já há alguns anos vinha tratando um câncer no intestino. Margareth, sua tutora, tinha na faixa de 50 anos. Frida, deitada de lado na maca do consultório, era apalpada por Paloma, que já vinha acompanhando o caso a um tempo. Ao término da “investigação”, Paloma confirma algo positivamente à Margareth, algo era o melhor a ser feito diante do contexto e histórico de perseverança de Frida e de suas condições físicas. Iria participar pela primeira vez de uma eutanásia.

Enquanto Paloma se ausenta do consultório para providenciar os materiais e a documentação de autorização do procedimento, Margareth me fala um pouco mais de si e de sua filha. Frida residia com Margareth e Rosa, *mãe* e *avó* da cachorra, respectivamente. De acordo com a tutora, apesar de ter sido a responsável pela adoção de Frida, a cachorra passava mais tempo com sua mãe, já idosa, à qual fora dada de “presente” por ela. A cachorra tornara-se então a fiel companheira de Rosa. Ambas estavam sofrendo muito pelo câncer de Frida, que há dois anos se manifestara, fazendo o que era possível para recuperar a qualidade

de vida da cachorra, que vinha se submetendo a tratamentos quimioterápicos. Embora o tratamento atuasse positivamente no tempo de vida de Frida, as dores ficavam cada vez mais constantes e intensas, seu corpo fora pouco a pouco se transformando. Diante dos inchaços e da perda de ânimo de sua companheira, Margareth me diz: *“Ela foi perdendo a sua natureza, foi perdendo sua animalidade”*.

Lamentando não ter mais como adiar sua partida, confessa: *“Adiei a dor por egoísmo”*. Assim, pelos poucos momentos que pude conversar com Margareth, ainda muito pouco familiarizado com a situação e do que perguntar diante dessas situações, fui me dando conta do quão complicada seria essa pesquisa, caso continuasse a perseguir tal “objeto” de estudo. Considerando-se que boa parte dos dados fossem coletados a partir de situações similares àquela, como eu poderia me fazer valer de uma melhor contextualização? Sabendo-se do estreito contato que teria com os tutores, do momento da morte enquanto impróprio para conversas e do fato de que minha presença fosse vista como incompatível com o momento da perda, uma das questões iniciais foi aprender a olhar para o silêncio e fazer dele o meu instrumento de análise. Margareth me deixou à vontade. Ainda que embargada pela tristeza, me ofereceu um banco e me deixou ficar ao seu lado enquanto chorava ao encarar os últimos momentos com Frida, passando a mão sobre ela. A cachorra se encontrava bastante calma, algo muito diferente do que se esperaria ao ver uma rottweiler (lembro das recomendações de minha avó quando eu era criança). Da mesma forma, lembro-me de duas outras falas ao final dessa pesquisa, ambas eram relativas a animais que, por conta de tratamentos prolongados a que também foram submetidos, se encontravam muito debilitados. *“Essa já não é a Lilly que conhecemos”*; *“Ela [Lupina] já perdeu toda a sua dignidade”*. Assim, a condição de animalidade de Frida, Lilly e Lupina era posta em xeque ao se, supostamente, retirar a agência desses animais, condicionada a uma “vontade de viver”, à sua “vitalidade”, interpretada de acordo com os sinais demonstrados pelo animal, como vimos no capítulo I. Logo, animalidade estaria associada a uma potencialidade de agência do animal.

Margareth, ao se sentir amparada frente à tranquilidade de sua filha, relembra *“Ela é muito dócil! Mesmo com a dor nunca deixava minha mãe vê-la sofrendo! Sabia que minha mãe já tinha mais idade e já era fraca e por isso não reclamava da dor que estava passando na sua frente”*. Frida era de fato extremamente dócil, grande e negra. Tocar em Frida era perceber que havia beleza naquilo que tanto assustava as pessoas ao ouvir sobre minha pesquisa. Momentos como a morte, especificamente aquelas decorrentes das intervenções

humanas, nos revelam sobre a potência que a vida pode oferecer: se incubir do destino final de um ser a partir das relações partilhadas de gratidão.

Paloma esclarece que Frida não sofrerá nenhuma dor. Margareth se culpa pelo processo a que Frida foi submetida. Afirma que, apesar de luta enfrentada por ambas, todo o esforço resultou apenas em cansaço físico e mental para as três (contando com sua mãe). Em resposta, Paloma lhe consola *“Eu sempre digo aos tutores que o momento da morte, quando podemos oferecer a eles, é um ato de cuidado”*. Margareth liga para sua mãe, comunica sua decisão e recebe seu apoio, ambas discutem sobre a dor que Frida vinha sofrendo e concordam que realizar a eutanásia naquele momento seria a melhor decisão para a cachorra.

Paloma realiza o procedimento enquanto Margareth acaricia o corpo de Frida. A tutora agradece os oito anos de companhia oferecidos e pede para que Frida não se preocupe, que ela estaria ali e jamais permitiria que fosse feito qualquer procedimento que resultasse em dor. Frida, que já estava extremamente calma, dorme à medida em que o sedativo é aplicado. *“Posso aplicar o T-61?”*, Paloma pergunta. Margareth, em prantos, autoriza. Paloma deixa a sala, não me sinaliza nada (talvez porque eu a esteja acompanhando pela primeira vez), não sei ao certo se devo sair ou ficar, Margareth demonstra um certo conforto com a minha presença (ou pelo menos eu tenha essa impressão), começa a me falar sobre o quão difícil era ter que fazer aquilo, mas que não era a sua primeira vez nessa situação, sabia bem como aquilo deveria ser feito. Me abraça, agradece pelo compadecimento.

Paloma retorna ao consultório, Margareth lhe questiona *“Eu fiz a coisa certa, não fiz?”*, Paloma assente e pergunta à Margareth sobre a destinação final do corpo. A tutora responde que *“O animal sofreu até agora, a partir daqui ele já não sente mais”* e autoriza que Frida seja recolhida pela prefeitura. *“Razões espirituais”*, e complementa, *“... corpo é só matéria”*. Em seguida, pergunta à Paloma se ela sabe de alguma fêmea para adoção, seu desejo é por uma cachorra da mesma raça e porte de Frida. Paloma lhe responde que recorrerá aos grupos de Whatsapp que participa e, caso houver algum animal dentro do perfil, lhe comunicará.

Não seria algo isolado. Muitas vezes me vi diante da mesma solicitação enquanto fazia minha pesquisa. Também me lembrava dos túmulos no cemitério em que nomes sucessórios eram recorrentes. Assim, de um lado, a singularização do animal por meio das relações de afeto e aprendizado, de outro, uma demanda específica de companhia. O interesse em investigar as motivações que faziam Margareth e outros tutores adotarem essa prática era

incompatível com a admissibilidade de se fazer essa pergunta em campo, embora buscasse formas alternativas de fazê-lo, visto o pouco tempo que tinha disponível com os tutores.

Paloma me questiona “*E aí, o que achou da experiência?*”. Ao recapitular todo o processo e considerar o que tinha acabado de presenciar, lembrei-me do trecho em que Didion é devidamente informada sobre a morte de sua filha [humana] ao ser considerada uma “cliente bastante equilibrada” (2006, p.10). Sem saber muito o que dizer naquele momento, pontuei sobre o fato de Margareth perguntar sobre sua decisão e se manter “racional” diante de todo o procedimento.

Chico

O caso de Chico me foi apresentado por Carla durante uma de nossas conversas, eu estava interessado sobre a atuação dos medicamentos *pet* e a mesma ilustrou algumas das questões em debate a partir do ocorrido com Chico, um ex paciente. Como já relatado, pela minha falta de experiência com animais de companhia, eu pouco sabia sobre a rotina estabelecida entre tutores e animais, seja sobre suas atividades domésticas ou relativas à práticas veterinárias. Várias daquelas práticas e histórias contadas em campo me deixavam um pouco surpreso. Jamais imaginaria sobre as “manipulações” que cães exerciam sobre seus humanos em troca de benefícios (casos em que o cães se recusavam a fazer as necessidades em casa para passear ou dar uma volta na rua são exemplos sempre memoráveis) ou sobre coisas mais simples do dia a dia, como um tratamento de gripe, por exemplo.

Pois bem, em um certo momento da pesquisa, quando já havia desenvolvido uma certa familiaridade com as patologias acometidas a cães e gatos, sendo elas de origem genética ou não, o uso dos medicamentos foi algo que me chamava bastante atenção diante da dita humanização dos animais e da potencial “dissolução das fronteiras entre espécies” suscitada. Notando uma certa proximidade entre os medicamentos humanos e aqueles prescritos a cães e gatos, desenvolvi o interesse em averiguar um pouco mais tais associações, de forma a considerar a mediação dessas drogas nas relações entre tutores, animais e veterinárias. Ao compartilhar um corpo que se afeta, tal qual um corpo que partilha estilos de vida, patologias, males e formas de tratamentos aparentemente equivalentes (especialmente a medicamentação), como pensar os limites entre espécies? O objetivo ao contar a história narrada por Carla é pensar como tais limites são interpretados e vivenciados por tutores e

animais ao se considerar o corpo enquanto denominador comum passível de tratamentos interespecies.

Tanto o Gardenal© (fenobarbital – Bayer), prescrito para o tratamento de epilepsia quanto o Diazepam© (benzodiazepínico – Roche), utilizado enquanto sedativo para muitos dos procedimentos veterinários (SEGATA, 2012, p.189), são medicamentos de uso comum entre humanos, cães e gatos . Por outro lado, mesmo com a equivalência desses medicamentos, devemos nos atentar à forma de agência estabelecida pela indústria farmacêutica ao regular esses corpos, sendo, de alguma forma, mais um ator incluso nos vínculos entre animais e humanos. Assim, se a biopolítica se apropria dos corpos humanos enquanto os (re)produz como território de dominação (FOUCAULT, 2015), com os animais parece haver um novo esquema de governo dos corpos. Porém, as medidas adotadas nessas relações de poder firmam-se em premissas antropocêntricas e especistas, a fim de regular uma hierarquia da dominação entre espécies e manter um crescente processo de individualização, onde os bens atuam enquanto demarcadores de fronteiras. Da mesma forma, *por falar em Foucault...*, que a clínica atua enquanto instrumento de singularização e *locus* privilegiado do exercício de poder-saber sobre tais corpos (FOUCAULT, 2013) (será que podemos falar também em controle populacional?).

Assim, se podemos pensar no modo com que a medicina atuou sobre os corpos de forma a corporificar o saber científico, isto é, produzir saberes a partir da exploração desse corpo-objeto (ORTEGA, 2008, p.108), também é interessante pensar como essa prática também pôde ser conduzida através das relações entre humanos e animais nas práticas veterinárias e demais pesquisas científicas. Lembrando que, mesmo para a produção de saber na medicina humana, dissecações com animais, por muito tempo, foram a base investigativa de nosso próprio funcionamento (ORTEGA, 2008, p.86) (e ainda devemos lembrar que tais corpos ainda são base investigativa para a produção de fármacos destinados a consumo humano).

Pensando o corpo enquanto *locus* privilegiado da produção de poder-saber, pego como exemplo o trabalho de Sá (2013). O autor nos apresenta sua pesquisa ao lado de primatólogos que se debruçam sobre os modos de vida dos muriquis na Estação Biológica de Caratinga - MG. Assim, segundo o autor, enquanto são estudados, esses macacos também produzem novas formas de fazer ciência e, como estávamos discutindo a respeito da relação corpo-saber, Sá nos relata que “o treinamento dos neófitos, através da reprodução da técnica científica, é,

portanto, o momento de fixação da experiência humana no corpo do macaco” (SÁ, 2013, p.128).

Artemis, durante a realização de um exame clínico com seus cachorros em agosto de 2017, questiona Carla sobre a falta de um medicamento nas prateleiras das *petshops* e drogarias pet: o Fortekor. Esse medicamento, que é bastante importante no tratamento de animais com problemas e/ou insuficiências cardíacas, chega a ser muitas vezes de uso contínuo, portanto, para o resto da vida do animal. Dessa maneira, Artemis, que já se encontra na faixa dos 60 anos e mora apenas com os seus cães, se indigna ao relatar a situação para Carla e a mesma lhe informa que, por uma atual decisão do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), o uso desse medicamento em modalidade estritamente veterinária tornou-se obrigatória. Ou seja, segundo Carla esclarece *“Olha, esse medicamento está mesmo em falta e eu vou ser sincera com você, isso é algo que eu nem deveria falar, mas esse remédio existe na versão humana e o efeito é o mesmo, e inclusive ele fica na faixa de uns 30% mais barato, mas eu sou obrigada por lei a receitar o veterinário”*. Assim, a fronteira que estabelece a separação entre as modalidades desse medicamento (embora tal regra também se aplique a outros tipos de medicamentos) é puramente demarcada por interesses econômicos, e não por distinções entre as espécies.

Chico era um golden retriever de oito anos de idade que nunca havia apresentado nenhum problema grave de saúde até o dia em que começou a desenvolver um intenso quadro de tosse. Submetido a uma consulta com Carla, a mesma diagnosticou o cão com tosse canina e lhe prescreveu o Enalapril© (maleato de enalapril - Agener), um inibidor da ECA - enzima conversora da angiotensina, cujo um dos sintomas é a produção de tosse em cães e gatos, doença comum dentre os animais que Carla atendia. A tutora, que vinha fazendo o tratamento conforme indicado por Carla, embora advertida sobre o tempo necessário do consumo do medicamento, após três meses de tratamento (em que a tosse estava pouco a pouco diminuindo), relatou o caso ao seu pai. Ao escutar sobre o tratamento que Carla tinha indicado a Chico, seu pai repreendeu o diagnóstico da veterinária veementemente, pois, segundo ele, que era médico [humano], o uso do Enalapril provoca exatamente aquilo que se tinha em voga combater. Assim, determinou que a filha suspendesse o uso do Enalapril e o substituísse por um que receitava a seus pacientes que apresentavam o mesmo sintoma. Apesar das dúvidas, a jovem moça resolveu seguir o conselho de seu pai. Passados três dias, o cão veio a óbito e Carla soube da suspensão do medicamento pela tutora. Acontece que o Enalapril, como

receitado por Carla, tinha efeitos adversos em humanos, assim como o remédio receitado pelo pai da moça, que, mesmo atuando sobre tosse humana, não podia ser ingerido por cães.

Ao me contar essa história, Carla destacou dois pontos. O primeiro acerca da projeção de humanidade ao se medicamentar animais com remédios destinados a humanos, situação, de fato, as vezes possível dada a equivalência entre sintomas. Mas, nem sempre, considerando que as diferenças físico-químicas de tais organismos. O segundo refere-se ao seu sentimento de desvalorização enquanto profissional, algo que recorrentemente é citado pelas veterinárias ao longo de toda a minha pesquisa. Nesse caso específico, Carla ainda discorre que essa desvalorização é feita *“até por quem deveria ter mais sensibilidade à minha profissão”*, se referindo aos médicos, mas alerta que *“médicos desvalorizam ainda mais a nossa profissão por sempre se colocarem numa posição acima de nós”*, desabafo ouvido em campo outras vezes. Da mesma forma, Laís conta que é bastante comum a administração de remédios humanos a animais com base nas semelhanças entre os sintomas, citando como exemplo o uso de anti-inflamatórios, causando efeitos opostos ao desejado, como o desenvolvimento de úlceras, pela incompatibilidade do composto ao organismo do animal. Carla completa afirmando que, quando se trata de tutores médicos, as ocorrências de tais práticas são bem mais frequentes.

Ainda sobre o sentimento de desvalorização e das diferenças entre a prática médica e veterinária, Laís conta da situação em que, ao internar sua mãe num hospital particular, chama a atenção do médico pela forma com que o mesmo informa sobre a gravidade de seu estado. De acordo com Laís, o médico fora extremamente indelicado por agir como se estivesse apresentando-lhe um relatório de caso e não lhe noticiando o quadro clínico de uma pessoa. Em resposta, Laís reivindica uma postura mais humana do médico e lhe dispara *“Eu, que sou veterinária, não trato os meus pacientes da forma como você me tratou”*. Laura (veterinária intensivista) também pondera sobre os tutores [médicos] de seus pacientes: *“Eles ficam querendo saber quais os remédios estão sendo aplicados, são pessoas bem mais difíceis de receber”*.

Um último ponto ao qual não me sentiria confortável de negligenciar, dada a relevância do tópico para as profissionais da área, é trazido por Isadora. Sempre achei muito interessante o quanto a área da veterinária destinada a animais de estimação era ocupada predominantemente por mulheres. Porém, essa informação pôde ser contextualizada de forma

mais adequada a partir de uma conversa que tive com Isadora, cujos seguintes pontos puderam ser melhor compreendidos:

a) há uma evidente demonstração de desvalorização da medicina veterinária comparada à medicina humana e, segundo as veterinárias, também era comum que tutores médicos menosprezassem a ciência feita por elas durante as consultas.

b) poucos dias antes do término da pesquisa estava conversando com Isadora, quando ela me falava sobre o fato de quase 90% da medicina veterinária destinada a atender animais domésticos de pequeno porte era exercida por mulheres²².

c) nessa mesma conversa, Isadora mencionou um fato que eu nunca antes havia escutado e que também chocou uma estagiária que estava próxima a nós: a grande maioria das veterinárias que atuam em clínicas destinadas à animais de estimação não têm carteira assinada, salvo “*raríssimas exceções*”²³ (palavras dela e de muitas profissionais averiguadas posteriormente). Depois disso, a veterinária que estava ao meu lado começou a perguntar às suas colegas de sala, via whatsapp, se elas sabiam desse dado. Pelo que ficou entendido, nada era pronunciado sobre isso durante o curso de medicina veterinária.

A partir dessas informações pude entender sobre como hierarquias dentro de áreas de atuação comum se articulavam de maneiras tão diretas ao gênero/sexo dessas profissionais, implicando as condições financeiras em que estão expostas. Como bem salientou Haraway, à medida em que o trabalho se torna “feminizado” pela estrutura capitalista, ele se torna vulnerável. “Ser feminizado significa: tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva (...)” (HARAWAY, 2009, p. 69).²⁴

²² O dado trazido por Isadora, embora tenha se dado a partir de uma ênfase estatística, ou seja, imprecisa, mas com intenção de mostrar a grande inserção das mulheres nesse campo de atuação, me chamou atenção. Ao procurar por dados mais precisos acerca de tal percentual fui levado a inconclusões. As estatísticas mais precisas mostram que o percentual de participação feminina no número total de profissionais brasileiros é de 49% segundo os dados do CRMV “predominância feminina observada no Amazonas (52%), Distrito Federal (57%), Espírito Santo (50,1%), São Paulo (59%) e Rio de Janeiro (60%)” (CÃES & GATOS VET FOOD, 2018). Porém, nota-se uma certa estranheza ao verificar que, com todas as veterinárias que pude conversar, a informação da maioria feminina na profissão era reafirmada, isso pode ser explicado por dois fatores: a) inserção feminina exponencial nesse mercado nos últimos anos, uma vez que o salto percentual passou de 20 a 49% em pouco mais de 20 anos (CÃES & GATOS VET FOOD, 2018), além disso, dados do Inep mostram um percentual na margem dos 70% de participação feminina nos cursos superiores de medicina veterinária em 2016 (NEXO JORNAL, 2017), b) outra razão pode estar numa proporção maior de veterinários homens atuando na medicina veterinária em animais de grande porte, apesar da inconclusão acerca deste dado.

²³ As razões para isso, conforme me foi apresentado por essas profissionais, é o alto custo com impostos enfrentados pelas clínicas, condição que impede a prática da carteira assinada.

²⁴ Aqui, para essa reflexão, penso nas profissões feminizadas em geral: veterinária, psicologia, odontologia... cujas profissões, em quadro geral, não asseguram carteira assinada. Desse modo, ao se fazer essa ponderação,

Contudo, ao se colocar em perspectiva tal interpretação (vulnerabilização de trabalhos feminizados), Isadora pede cautela. Segundo sua perspectiva, a falta de carteira assinada não deve ser interpretada enquanto uma vulnerabilização, uma vez que, conforme me esclarece, a condição é inviabilizada devidos aos altos impostos pagos pelas clínicas veterinárias. Além disso, salienta que a carteira impediria os ganhos dela e de suas colegas. Assim, na sua visão e na de muitas dessas profissionais, a vulnerabilização da profissão não acontece necessariamente a partir da condição trabalhista apresentada.

Assim, a forma como tais assimetrias são colocadas em jogo também nos indicam sobre tais fronteiras estabelecidas perante àquelas que se dedicam a esses “outros humanos” (SEGATA, 2012). Enquanto muito se divagou a respeito das diferenças entre humanos e animais, compreendida enquanto uma “condição de espécie” (INGOLD, 2005), também foi questionada a ideia de uma correspondência entre tais espécies (sobretudo humanos e seus animais de companhia), considerando-se nossas identificações com esses outros seres. Segata sugere que “a relação entre humanos e animais não se sustenta apenas pela suposta partilha, por assim dizer, de um universo cultural. Ela se nutre, igualmente, de equivalências biológicas que permitem a partilha de diagnósticos e tratamentos medicamentosos à base de fármacos” (SEGATA, 2012, p.100).

A prática de prescrever, para animais, medicamentos desenvolvidos para humanos, tem crescido substancialmente ao longo dos últimos 15 anos. As empresas farmacêuticas têm iniciado experimentação com uma estratégia mais direta: vender drogas de modificação comportamental e de estilo de vida especificamente para animais de estimação. Os animais da América, ao que parece, possuem problemas de saúde bem americanos. Mais de 20% dos nossos cães estão acima do peso; o Slentrol, da Pfizer, foi aprovado pelo FDA no ano passado como o primeiro medicamento contra a obesidade para cães do país. Os cães vivem em média 13 anos, consideravelmente mais tempo do que viviam no passado; o Anipryl, da Pfizer, trata disfunções cognitivas para que animais de estimação esquecidos possam se lembrar da localização do pote de ração para o jantar ou a porta do cãozinho. Para os cães solitários, com ansiedade de separação, a Eli Lilly trouxe ao mercado sua própria droga Reconcilia no ano passado. A única diferença entre ela e o Prozac é que o Reconcilia é mastigável e tem sabor de carne. (VLAHOS, 2008, p.451)

O autor, que neste artigo discute a incidência da depressão em cães, narra sua busca ao tentar compreender a administração e a eficácia dos medicamentos produzidos para esses animais. Ao questionar um fabricante sobre as diferenças da atuação do medicamento em

pretendo avaliar a posição ocupada por essas carreiras dentro de um contexto geral e na relação de sexo/gênero do perfil profissional.

organismos humanos e caninos, acaba tendo como resposta “*É tudo igual*” (SEGATA, 2012, p.188) (apesar de observarmos que nem tanto...), assim, Segata compreende que:

É a partir do reconhecimento de certas propriedades que podem ser compartilhadas entre humanos e animais que se estabelecem modos de identificação e relação, como a convivência no mesmo lar, o uso de roupas, a fisiologia e o diagnóstico e tratamento de certas patologias antes apenas atribuídas aos humanos e, mais recentemente, a administração de medicamentos dessa mesma natureza. (SEGATA, 2012, p.189)

Ao pensar como tutores, ao vivenciar o fenômeno da medicamentação, ou seja, o “fenômeno cultural amplo que diz respeito às interseções entre droga, medicina e sociedade e inclui a demanda dos pacientes por esse tipo de medicamento” (WINOGRAD, 2011, p.42), realizam práticas que desestabilizam a noção de espécie, tal como ao ponderar sobre as assimetrias presentes entre as medicinas veterinárias e humanas, somos levados a refletir sobre quais são esses locais em que a animalidade e a humanidade se tangenciam e acirram suas diferenças.

Nimbus

Durante boa parte da pesquisa em campo, principalmente na primeira metade desse período, por conta da baixa incidência de óbitos durante a realização da pesquisa, minhas observações foram muito focadas nos atendimentos realizados por Carla. Além de ser uma das principais referências em cardiologia de Belo Horizonte, Carla mantinha uma clientela antiga, muitas vezes acompanhando animais “pertencentes” aos pais e que agora já estavam sob responsabilidade de seus filhos. Como a clínica conta com vinte e quatro anos de história, o acompanhamento de membros pertencentes a mais de uma geração na família era possível. Dessa forma, na ausência dos casos de morte, os atendimentos de Carla se mostravam relevantes uma vez que traziam à tona histórias de vida, intensas histórias de companheirismo entre animais e seus tutores.

Se pensarmos as relações visibilizadas por esses sujeitos enquanto “histórias de família”, nos termos de Cabral e Lima (2005, p.360), podemos observar como os relatos sobre a história de relação com seus animais se baseiam naquilo que esses autores evidenciam como processos mais amplos na produção de si, tensionando a noção tradicional de indivíduo e

abrindo margem para um ego relacional. Se aqui a teoria da individuação é fundamentada nas relações entre humanos, cabe a essa pesquisa demonstrar como os laços produzidos entre espécies podem nos ajudar a entender esse processo através de outros modos de relação. Nessa perspectiva, seguimos as pistas formuladas por Haraway com a noção de “becoming with” (2008). Ou seja, a partir dos relatos narrados não somente nos atendimentos de Carla, mas presentes em muitas das consultas (porém com um peso maior nas consultas de cardiologia, dado o tempo de convivência de Carla com tais tutores/animais), pode-se constatar um modo específico de construção de si relativo à rede de parentesco a qual o sujeito se relaciona, incluindo os animais. Desse modo, aquilo que Cabral e Lima conceituam enquanto “horizonte do parentesco” (p.371) é, dentre as famílias assim chamadas “multiespécies” (LIMA, 2015), preenchido por espécies não humanas. Estas, ocupando os mais intensos graus de proximidade. É importante se atentar ao fato que, de um lado, o animal ocupa mais uma dentre as posições familiares, de outro, essa posição se destaca entre as demais. O valor de tais relações tende a se tornar singular pelo tipo de experiência e coabitação que essa partilha provoca.

Considerando-se um amplo conjunto de histórias que me foram contadas, trago um breve exemplo para encerrar o capítulo, tendo em vista sua adequação ao tema aqui discutido: as negociações presentes no processo de humanização e o “afrouxamento” da noção de espécie. No caso de Nimbus, tais discussões são apresentadas por meio das formas de classificação e produção de categorias culturais que podem ser observadas durante os relatos de Daniela (tutora).

Nimbus foi levado para uma consulta com Carla devido a um quadro de tosse que vinha apresentando (os quadros de tosse são muito comuns! Carla, inclusive, preparava naquelas semanas um material sobre o assunto devido a um convite para falar sobre o tema). Em decorrência de sua idade avançada, 17 anos, a consulta também se prestaria ao papel de fazer um *check-up* geral no poodle. Nessas situações, a veterinária primeiramente faz um levantamento das condições de vida do animal: com quem mora, onde mora, contato com outros animais, o que come, apetite, ingestão de água, frequência de atividades físicas, se vem apresentando mudanças no comportamento, histórico de saúde, normalidade de cocô/xixi, utilização de medicamentos... Depois, é feito um exame detalhado do corpo do animal, estado do pelo, peso (a balança se situa na recepção e ao abrir o cadastro do paciente na sua chegada, o peso é atualizado), equilíbrio, manchas/pintas pelo corpo, reflexos, sentidos...

Nimbus é cego de um olho, apresenta um quadro clínico muito positivo tendo em vista sua idade, porém o seu peso é um fator de preocupação. Segundo Carla, o animal deveria perder 3 kg para entrar em seu peso ideal. Os investimentos na saúde do animal deveriam focar nesse objetivo. Porém, o que me chama atenção no caso de Nimbus são alguns outros pontos relativos à categorias presentes nos discursos de Carla e Daniela ao falar sobre o estado de saúde de Nimbus e das práticas vivenciadas pelo cachorro e sua família.

Ao ser questionada sobre os hábitos alimentares de Nimbus, Daniela esclarece que a preparação dos alimentos e o horário das refeições são administradas por sua mãe, uma vez que a permanência de seus pais em casa se dá em tempo integral, diferentemente dela, que atua em grupos de teatro e por isso não dispõe do tempo que gostaria para cuidar de Nimbus. Mas pontua que sua mãe decidiu administrar a ração de Nimbus nos mesmos horários que realizam a refeição, pois, segundo a tutora, esse foi o modo que *“acharam mais adequado”*. Assim o cachorro não se sentiria “tentado” enquanto os humanos fazem suas refeições, como também a hora de alimentação de todos os membros da casa seria comumente regulada. Assim, o hábito de partilhar o momento da refeição revela um caráter ritualizado da prática de comensalidade pela família.

Há sempre um interesse especial das veterinárias nesse quesito. A alimentação configura-se enquanto um dos elementos mais importantes para se medir a qualidade de vida do animal, tanto daquilo que é dado a ele quanto dos sinais demonstrados pelo animal em aceitar ou não os alimentos. É muito comum que essa informação possa ser utilizada para se discutir a relação entre afeto e alimentação, já que a alimentação em demasia deve ser trabalhada com o tutor, pois, de acordo com Carla *“animais sempre tiveram sobrepeso pela confusão que os tutores têm em relacionar o carinho à comida”*. Pensando-se nessa relação, Miller (2002) tem razão ao apontar que “o amor tem se tornado fundamentalmente um objeto, em função das práticas diárias de preocupação, cuidado e de uma sensibilidade particular para com os outros, no âmbito das quais o comprar tem um papel central” (MILLER, 2002, p. 33).

A relação estabelecida pelo vínculo do afeto à comensalidade é também discutida no texto de Kulick (2014) em queo autor debate a ‘obesidade’ dos animais enquanto um fator de humanização dos mesmos, tanto pela assimilação do estilo de vida humano pelos animais, nos quais a comida processada e industrializada faz parte do dia-a-dia de ambos, quanto pela categoria em contexto médico, utilizada para associar o modo com que tutores cuidam de seus animais ao modo em que pais cuidam de suas crianças. Assim, tais aproximações são

utilizadas pelo autor ao se discutir casos em que a guarda de animais e crianças foram retiradas de pais cujo descaso é “comprovado” mediante estado de obesidade apresentado por aqueles sob sua tutela, considerados “incapazes”. Por fim, a sugestão de Carla é a substituição da ração tradicional pela alimentação natural, prática que tem melhorado a vida de muitos dos pacientes e *“atingindo resultados incríveis”*, ideia que Daniela levará para a sua mãe, *“se faz comida pra três, se faz pra quatro...”*.

Durante o atendimento, Nimbus experimenta o espaço. Rodeia os aparelhos, atravessa a mesa, fica debaixo da cadeira de Carla, volta para o colo da mãe. Se mostra ansioso e desce, é a *“síndrome do jaleco branco”*, brinca Carla, ao falar sobre o estresse causado aos pacientes quando os mesmos identificam que estão sob avaliação médica. *“Coisa que acontece também aos humanos”*, brinca um outro tutor ao escutar isso. Depois de entrar e se sentir encurralado entre a parede e um dos lados do móvel, Nimbus, sem falar nada, solicita apoio. Carla pergunta a Daniela se é comum que o cão por vezes fique parado constantemente em frente a paredes ou, em casos como aquele, não consiga sair sozinho de espaços mais estreitos. Daniela confirma. Carla, então: *“Sabe o que é isso? Senilidade. Tá ficando gagá, que nem gente mesmo! Quando o animal para e fica assim, olhando pro lado... ou quando o animal entra e não consegue mais sair é porque já está senil. É a mesma coisa que a gente tem quando está mais velho!”*. *“É normal, é a ordem das coisas”*, esclarece.

Assim, o corpo e a experiência do animal, tal qual em humanos, o circunscreve nas dimensões simbólicas do tempo, categorizado histórica e culturalmente, como esclarece Ariès (1981) em seu livro intitulado *“História social da criança e da família”*. O objetivo do autor é evidenciar como as classificações etárias foram construídas ao longo do tempo em contexto ocidental (já vimos as críticas que o autor recebe pela generalização). Logo, passamos a entender a idade não enquanto um fenômeno natural-biológico, mas a partir de uma modalidade cultural de classificação.

Daniela fala então das relações que o animal tem com a família. *“Lá em casa é assim, me sinto cuidando de três velhinhos. As consultas no médico, por exemplo, um dia eu levo minha mãe, no outro meu pai, no outro o Nimbus, e assim eu vou revezando entre os três, o que tiver pior eu levo primeiro e os outros vão esperando”*. Se aqui o animal compartilha com os avós o estado de senilidade e de velhice, ou seja, partilha um tempo e um corpo que vivenciam o mundo de uma forma equivalente, Daniela se dispõe a demarcar as diferenças entre ela e os pais. Enquanto sua mãe fica responsável pela comida, ela é a encarregada de

administrar e aplicar os remédios a Nimbus, quando os mesmos são injetáveis, pois, segundo Daniela, sua mãe não tem a destreza necessária para a aplicação. Dessa forma, a partilha de um tempo e de um corpo acarreta na suspensão das diferenças entre essas espécies, sendo a experiência [do tempo, do corpo, do mundo] um denominador comum entre ambos. A experiência sendo o modo com que tecemos o mundo:

“[...] my environment is the world as it exists and takes on meaning in relation to me, and in that sense it came into existence and undergoes development with me and around me. Secondly, the environment is never complete. If environments are forged through the activities of living beings, then so long as life goes on, they are continually under construction.” (INGOLD, 2000, p. 20)

Pude acompanhar Daniela na sua tentativa de substituir a ração de Nimbus pela alimentação natural, como sugerido por Carla. Orientada a procurar a endocrinologista volante da clínica, habilitada para montar um cardápio equilibrado para Nimbus com base em suas condições clínicas e déficits nutricionais, Daniela segue à risca as recomendações. Porém, em torno de dois meses de sua primeira consulta com Carla, o animal veio a óbito por morte natural. Daniela, que já havia me comentado sobre o que iria fazer nesse momento, decidira enterrar Nimbus no quintal de sua propriedade.

IV

“Uma eutanásia de presente”

“O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa.” (Valter Hugo Mãe)

“Andava por ali a ver no vazio coisas de mentira. Andava a ver o vazio das coisas. Porque, sem a Sigridur, tudo perdera o conteúdo. Estava oco. Como se ela fosse o dentro de tudo. O dentro dos peixes e o dentro das pedras, o dentro de todas as mãos e dos sons, o dentro das paisagens, das subidas acentuadas, do medo de cair, da profundidade do mar, a chuva de todos os dias.” (Valter Hugo Mãe)

Certo dia, numa dessas conversas triviais durante uma disciplina na faculdade, uma amiga me perguntou: “*Pras veterinárias, fazer eutanásia é uma coisa muito tranquila, não é!?*”. Em um primeiro momento assenti que sim, tomando como base os casos que vinha acompanhando ao longo de todo o período em campo. Por mais que houvessem certas normas implícitas de conduta, que em muito revelavam uma certa moralidade ao se colocar a possibilidade à tona, fazer uma eutanásia nunca se colocou enquanto em empecilho, um problema. Claro, em momentos onde tal decisão fosse condizente com o quadro apresentado pelo animal. Porém, senti que essa resposta não deveria ser dada de forma tão pragmática, uma vez que a vida não o é. Apesar da aparente tranquilidade em lidar com o procedimento, uma decisão pode ser o gatilho responsável por desencadear uma série de controvérsias entre as veterinárias. Se a eutanásia é encarada com tranquilidade, o processo percorrido até se chegar a tal decisão nem sempre é. Justificativas entram em disputa, posicionamentos divergem o tempo todo, entre veterinárias, entre veterinárias e tutores, entre veterinárias e

animais, entre animais e seus tutores. Todos os agentes fazem valer sua perspectiva. Se um dia aquele animal tomado como quase morto pela equipe veterinária se recupera, tutores fazem questão de mostrar a vontade de sobrevivência do companheiro. Se a equipe veterinária prossegue o tratamento de pacientes cujo estado se mostra muito debilitado a pedido do tutor, há aquelas que tentam a todo custo fazer o animal sensibilizar seus humanos, a contragosto daquelas que se posicionam contra tal ato de rebeldia à norma implícita do ritual de eutanásia. Relações e perspectivas são o tempo todo negociadas.

Com base em eventos que acompanhei mais de perto ao término desta pesquisa, apresento algumas situações cujas relações interespecíficas nos ajudam a compreender parte de dois processos: o que se refere às controvérsias sociotécnicas entre veterinárias, animais e seus tutores em momentos de decisão e o processo de individuação visibilizado por tutores ao narrar sua condição de pessoa vinculada a modos específicos de coabitação e coafetação. É importante ressaltar que, se não fosse minha presença cada vez mais demarcada em campo, tais dados não seriam possíveis de serem obtidos, já que para tê-los foi preciso um comprometimento cada vez maior com a pesquisa. Assim, em sua maioria, essas histórias são fruto dos últimos quatro meses de pesquisa, momento em que pude dedicar maior tempo em campo, chegando a permanecer entre 6 a 9 horas diárias com a frequência de 4 a 5 dias por semana.

Como dito anteriormente, a temática dessa pesquisa encontra pouco aporte teórico em contexto brasileiro, porém, tomando por base uma bibliografia estrangeira sobre o assunto, alguns dados presentes nesses estudos são caros de análise. Haja vista a “naturalidade” com que o procedimento é executado entre as profissionais da área, pesquisas como as de Fogle & Abrahamsom (1990), Dickinson; Roof & Roof (2011) e Sugita & Irimajiri (2016) são importantes para compreendermos como tais práticas são vivenciadas por essas profissionais, levando-se em consideração padrões culturais e motivações dos atores envolvidos. Alguns dados, mesmo referentes à prática executada em outros contextos, seja em solo norte-americano ou europeu, são relevantes no sentido de evidenciar transformações presentes no ramo da medicina veterinária em “contexto ocidental” (mesmo com os problemas dessa ampla classificação).

Apesar das peculiaridades de cada um desses trabalhos, várias similitudes podem ser traçadas. Os três trabalhos foram desenvolvidos por meio de questionários e enviados a profissionais veterinários envolvidos na criação e clinicagem de animais de pequeno, médio e

grande porte, presentes em contextos rurais e urbanos. O objetivo era compreender como veterinárias lidam com a questão da morte, sua percepção acerca da eutanásia e o nível de envolvimento emocional estabelecido com os tutores. Entre esses dados, alguns me chamam particularmente a atenção, tendo em vista o objetivo aqui proposto: a) na pesquisa desenvolvida por Fogle & Abrahamsom em 1990, 74% dos veterinários afirmaram que fariam eutanásia em animais saudáveis a pedido dos tutores (p.145a), dado muito contrastante com a conduta veterinária atual no Brasil; b) apesar das constantes tensões relativas a decisão da eutanásia, constata-se a unanimidade sobre a responsabilidade que tutores têm sobre essa escolha; c) mesmo com o intervalo de tempo em que as pesquisas foram realizadas (1990-2011), o percentual relativo ao “despreparo acadêmico” para lidar com questões sobre morte e com os tutores nesse momento se mantêm, sendo que 96% se sentiam mal instruídos academicamente para lidar com o assunto e nas suas relações com os tutores durante esse momento em 1990, enquanto que os dados de 2011 mostram que apenas 35% dos profissionais veterinários concordam que sentem-se plenamente preparados para lidar com o assunto de acordo com sua formação acadêmica.

O terceiro trabalho, feito em contexto japonês, contribui para que possamos estabelecer um contraste com o modelo ocidental no que se refere a modos de relação com o morrer. Mesmo o questionário tendo sido aplicado em 2009 e direcionado a veterinárias em contexto rural e urbano, o índice referente à média de eutanásia praticada por mês é chocante se comparado aos estudos norte-americanos e europeus do mesmo período. De acordo com Sugita & Irimajiri (2016), com base nas respostas enviadas pelos participantes, a média de eutanásias é de 2,48/ano (p.297) ao passo em que os dados de Dickinson & Roof evidenciam média de 7,53/mês (p.167). O principal motivo, segundo os autores, explica-se pela religião dos participantes (26.3% budistas, 1.3% religião ‘shinto’, 2.6% cristãos, 1.5% multi-religiosos e 68.3% como ‘outros’), em que a morte induzida de animais se enquadra enquanto avessa aos princípios das religiões mais seguidas.

Se ao longo de toda essa monografia procurei elencar elementos presentes nos momentos de decisão, é nesse capítulo que explorarei mais a fundo acerca de conflitos envolvidos, tanto no que se refere às motivações e anseios de tutores frente a essa decisão, quanto a uma postura veterinária que, por muitas vezes, é capaz de inflamar controvérsias entre a equipe veterinária. Do mesmo modo, as temáticas relativas à construção da pessoa e à ideia de individuação, sugeridas ao longo dessa monografia, terão maior destaque.

Recorro a um outro fragmento de memória. De algum modo, memórias provenientes de tempos tão diferentes são as responsáveis pela construção desse texto, que por vezes pode parecer tão linear. Conversando com um professor do departamento, me mostro interessado por bibliografias que tratem do processo chamado de ‘individuação’, **ou seja, a forma com que indivíduos se constroem a partir de suas relações**, evidenciando um caráter mais polifacetado e menos autocentrado do eu. O mesmo me pergunta da razão de tal interesse e eu lhe falo de minha pesquisa *“É que lá na clínica eu vejo isso muito forte na relação com que os tutores têm com seus animais, eles falam muito disso!”*. O professor me observa com um olhar desconfiado e fala: *“Bem, ‘as pessoas falam muito isso’... o mais provável é que seja você que esteja chamado isso de individuação, as pessoas não costumam falar disso...”*. Ponderei por um bom tempo se estava caindo nas armadilhas projecionistas que, intencionalmente, sempre queremos nos livrar. Mas não, ao se trabalhar com relações humano-animais, ao contrário da tendência observada pelo meu orientador, as pessoas adoravam falar sobre isso. Embora não fosse nomeado de “individuação”, esse fenômeno era constantemente visibilizado pelas pessoas que passavam pela clínica, dada a importância que essa forma de existência tinha na vida daquelas pessoas. De alguma maneira, se orgulhar pelo modo com que suas vidas eram intrinsecamente ligadas às dos animais, fazia com que esses sujeitos se impusessem contra a convencionalidade das normas sociais impostas, colocando em xeque a validação de várias regras culturais. Assim, os animais produziram tipos de saberes, de práticas, de existência e de afetação que não caberiam na dita sociedade humana, cujos animais não são pensados enquanto sujeitos propriamente ditos.

Logo, ao contrário de uma ideia em que a humanidade é projetada nos animais, somos nós que nos aceitamos animalizar, aprender com o seu modo interno sobre o mundo dos humanos. Portanto, o “devir” proposto por Deleuze e Guattari (2007), compreende-se enquanto afetação, potencialidade transformadora, sempre contínua e em ação, uma vez que os seres em relação constroem-se a todo momento pela afetação que estabelecem entre si. Assim, não devem ser entendidos enquanto entes ontologicamente distintos, *per si*, que existem no antes, mas que existem apenas em relação. “Tudo olha pra tudo, tudo vive o outro”, já nos alertava Clarice (2009). Mais do que “um movimento por meio do qual é possível arrancar a identidade tida como substancial para construir outro território existencial” (RAMOS, 2016, p.185), o devir é condição de existência. Assim, pensemos as relações a seguir nos termos de Barad (2003), onde, ao invés de compreendermos as relações entre

entidades previamente construídas, temos entidades em-construção através de suas relações contínuas e inacabadas, movimento denominado de “intra-ação” pela autora.

“Eu sou uma péssima referência pra isso, não me estude”. Apesar das advertências de Artêmis, ela era um caso exemplar. Perto dos seus 70 anos, Artêmis escolhera viver com seus filhos caninos ao ficar isolada de seus outros filhos humanos. Com a vida de cada um de seus filhos já encaminhada, Artêmis vive sua vida em seu sítio numa cidade da região metropolitana de BH, cerca de 24 km da capital mineira, com seus cães, todos provenientes de resgates. Sempre que eu acompanhava as consultas de seus cachorros, a tutora me contava da sua “louca” relação com seus cães, era considerada “muito carente” por todos da clínica, qualquer oportunidade para uma conversa não podia ser desperdiçada. Seus cachorros eram sua vida, sua vida era dedicada aos cuidados deles.

Conheci Artêmis em agosto de 2017, quando ela levava Ener Jayza para exames de rotina, estava suspeitando que o cão estivesse com algum problema para se locomover. Na recepção, brinca com a separação que os humanos fazem entre eles e os animais. *“Nos últimos meses do tratamento do meu falecido marido, que estava tratando de esclerose hipertrófica, ele tinha feito uma cirurgia e não estava fechando de jeito nenhum a cicatriz, ela era bem grande [situava com a mão uma considerável região da coluna], aí eu ficava falando pra ele passar ‘Vetagloss’ [potente cicatrizante de uso veterinário], por mim não tinha problema nenhum dele usar, mas ele ficava negando. E nada da cicatriz fechar, até que um dia ele passou e não é que resolveu!? O Ener por exemplo, usa viagra humano pra tratamento cardíaco, por que ele não podia passar Vetagloss!? É tudo a mesma coisa, mas o Vetagloss é muito melhor que essas pomadas de humanos!”*.

“Meu terapeuta fala que eu tenho que aprender a ser feliz sozinha, mas isso é uma bobagem, já falei pra ele, ninguém é feliz sozinho, a gente sempre precisa de algo para poder viver a felicidade, e comigo são os meus cachorros que me fazem feliz”. Ao lembrar de seus filhos [os humanos], lamenta a ausência deles e reafirma o quão importante são os seus outros. Assim, a partir da fala de Artêmis, recordo-me de algo sugerido no estudo de David et al. (2003), que, a partir de entrevistas realizadas com *petlovers*, tutores, ao conviverem com a experiência da morte de seus animais revelaram a falta de sentirem necessários.

“Eu infelizmente dou mais prioridade à saúde deles do que à minha, vou muito mais ao veterinário do que nas consultas que eu preciso! Queria ter ido àquele espetáculo de balé

que comentei com as meninas, mas não, um deles adoeceu e o dinheiro que eu tinha guardado foi todo! Mas eu só sou feliz se eles estão felizes!”

Artêmis, ao falar sobre Ener, resgatado quando fora visto por ela na beira da estrada em condições precárias, conta que continua resgatando animais à contragosto, relata que já não tem mais idade e estado emocional adequado para continuar fazendo isso. De fato, era impressionante o ânimo que Artêmis tinha em subir e descer escadas pela clínica, levar seus cães de um consultório a outro, apesar das dores “da idade” relatadas por ela. Paula, na recepção, fala que Artêmis só tem essa força e disposição por conta dos seus animais e que, mesmo muito apegada e dependente de todos eles, nos momentos de morte ela se mostrava muito tranquila *“Sabia que tinha feito tudo o possível por eles.”*

Artêmis se dizia “imprópria” para a minha pesquisa porque, segundo ela, a relação que mantinha com seus animais não era uma relação “normal”, sentia-se ligada à eles mais do que devia, porém era como vivia a felicidade e se realizava enquanto pessoa naquele momento. Porém, sem saber, ela compartilhava e muito seus modos de relação com vários outros tutores que frequentavam a clínica. Muitas dessas relações seja com seus animais, sejam com os humanos. Histórias em que os animais assumiam a centralidade da experiência de muitas dessas pessoas, ao passo em que os humanos as deixavam... companheiros partiam, filhos se mudavam. A reciprocidade era um contrato permanente que somente os animais podiam se comprometer.

Em meados de janeiro desse ano eu conheci Márcia, ela tinha vindo de Uberlândia, onde residia, para que Carla pudesse avaliar a condição de Lilly, sua companheira de 17 anos, que vinha apresentando o quadro de tosse canina. Aquela consulta era importante para a tutora por Carla ser sua amiga de algumas décadas (tinham relações acadêmicas, já que Márcia era formada em veterinária), se tornando também uma visita para falar sobre a vida. A recém separação de Márcia era motivo de preocupação por resultar em alguns entraves financeiros que a deixara sem ter onde morar, e claro, não estava sozinha, precisava cuidar de seus 10 cães e 11 gatos, agravando a situação. Segundo Márcia, o estopim para o divórcio foi ter 5 de seus cachorros mortos aos cuidados do marido enquanto realizava uma viagem. Precisava de um tempo, troca sugestões com Carla, pensa em um retiro de descanso acompanhada de Lilly em Monte Verde, mas lá ocorrera sua lua-de-mel com o tal, não queria que essas lembranças atrapalhassem a estadia das duas. Ao contar sobre a quantidade de animais, Márcia já logo ressalta: *“brinco que liguei minhas trompas, não posso mais”*. Adora falar de sua relação com

seus animais, eu fico extremamente interessado pelo modo com que cada um deles traz uma série de recordações à Márcia e ao final da consulta, após várias deixas, peço seu contato para que possamos marcar alguma conversa, mesmo que por Skype, ela gentilmente me concede seu número. Como minhas pretensões me norteavam para um fim próximo da pesquisa, resolvo guardar seu número para que pudesse entrar em contato nos “finalmentes” do campo (não recomendado!).

Na segunda (dia 05/03) pela manhã, chego à clínica e faço o habitual: guardo meus pertences, troco de roupa, vejo os novos pacientes internados no canil, caso algum caso me chamasse a atenção eu pediria informações à Laura ou Fernanda (estagiária que dedicou bons meses de sua vida dando total apoio às veterinárias da clínica e sendo uma ótima companhia nos meses finais de pesquisa), e seguiria à recepção para averiguar a fila de espera e trocar notícias e novidades (fofocas) com as recepcionistas.

Antes de me dirigir ao saguão de entrada, Laura faz questão de me contar sobre a nova paciente que dera entrada na noite anterior. A yorkshire de 17 anos foi internada devido a uma contaminação por sódio. Já bastante debilitada, ela também apresentava quadro de pancreatite (doença inflamatória grave) e septicemia, estado em que o animal possui infecção generalizada, seja por vírus, fungos ou bactérias. Laura conta que, em quadros como esse, pensando-se na qualidade de vida do animal, a eutanásia seria a solução mais adequada, até porque o quadro clínico tinha lhe causado complicações neurológicas. *“O agravante é que a tutora é professora de veterinária e muito amiga da Dra. Carla. Ela deixou a cachorra sob os cuidados da clínica, chegando já com os exames prontos”*, conta Laura. *“A cachorra é a companhia da tutora, ela inclusive participa das aulas ministradas por ela”*. *“O problema todo ainda é que a tutora está com câncer e disse à Isadora que só está fazendo o tratamento quimioterápico por conta da cachorra e estabeleceu um pacto com ela, enquanto ela vivesse, ela continuaria o tratamento. Então a gente está com receio, o caso é bastante grave”*. Ao me contar de toda a história, Laura sabia o que isso significava, um bom “caso” de pesquisa. A cachorra é Lilly e a tutora era Márcia, que gentilmente se ofereceu para trocar umas palavras comigo há pouco mais de um mês.

Paciente: Lilly

Tutora: Márcia

Raça: yorkshire

Peso: 2,55 kg

Suspeita: contaminação por sódio

pancreatite

septicemia

Era uma semana complicada. Além do caso delicado de Lilly (e Márcia), também havia atenção redobrada à Kika, poodle de 15 anos com quadro grave de anemia hemolítica, sua tutora era motivo de apreensão coletiva por conta da falta de posicionamento sobre o que fazer com a companheira. “Complicado”, enquanto categoria classificatória entre os “casos” presentes, referia-se muito mais aos humanos do que àqueles acometidos diretamente pelos tratamentos. Ou seja, os casos eram classificados como “complicados” com base naqueles tutores que dificultavam o tratamento por não assumir uma postura esperada pela equipe veterinária. Tal esquema classificatório diferencia-se daqueles apontados por Menezes (2006), cujo trabalho de campo fora realizado numa Unidade de Tratamento Intensivo de um hospital particular do Rio de Janeiro. Os dados evidenciam a produção de categorias nas quais os pacientes são classificados de acordo com a ordem de sua enfermidade e sua “posição” de sujeito. Segundo Menezes (2006), questões como possibilidade de cura, status social e idade influenciariam nas decisões sobre cada paciente, uma vez que o esforço a ser despendido pelos médicos responsáveis seria avaliado sob esses critérios.

O médico demonstra a necessidade de se basear em critérios tanto técnicos, advindos do campo do saber médico, como éticos ou bioéticos. Durante o período de pesquisa, alguns critérios – explícitos e implícitos – foram sendo evidenciados, de forma a constituir um ‘sistema’ semi-organizado de classificação dos pacientes, a partir do qual o intensivista assume determinadas posturas e decide condutas. Essa classificação não é um sistema no sentido clássico de uma totalidade. É antes um sistema móvel, em que as categorias não são auto-excluentes nem estáticas, de modo que os doentes podem ser qualificados de distintas formas simultaneamente e podem ser reclassificados ao longo do tempo de internação. Cabe mencionar que a sistematização – mais ou menos organizada – dos ‘tipos’ de doentes não é restrita a esse CTI e também ocorre em unidades semelhantes e em outros serviços hospitalares. (MENEZES, 2006, p.64-65)

Logo, crianças e aqueles que ocupam um status social mais elevado, cuja família mostra-se disposta a gastar mais pelo tratamento são os principais casos de desafio profissional. De um lado, ao se salvar a vida de uma criança, esses profissionais assumem se sentir mais realizados, sabendo-se que, de acordo com uma certa idiossincrasia clínica, o valor

[profissional, moral...] da recuperação de um paciente mais novo é superior ao de idosos, cuja expectativa de vida é avaliada como baixa caso a recuperação venha a acontecer, diferentemente de crianças e jovens. De outro, quando médicos lidam com pacientes/famílias que dispõem de recursos financeiros para a realização de vários tratamentos, a pressão assumida, tal qual o prestígio almejado, são superiores aos demais casos ali encontrados.

O 'sistema' classificatório é fundado basicamente em três eixos. O primeiro núcleo de categorias comuns funda-se genericamente em uma ordem técnica, avaliável pelo saber médico. Passo a denominá-lo de eixo de 'viabilidade', ao qual pertencem categorias como 'viável', 'inviável', 'responsivo', 'highlander' e 'morredor'. O eixo de viabilidade é referido ao saber médico, sendo as referências biológicas extremamente relevantes.² O segundo eixo é regido por atributos sociais, indicando a posição do indivíduo em contexto social mais amplo e sua inserção na instituição. Passo a nomeá-lo de eixo 'social' e abarca categorias como 'anônimo', 'vip' e 'estigmatizado'. O terceiro eixo também se funda em características sociais, referido à dimensão das normas e regras relativas ao comporta- 66 mento de um doente internado no CTI. As categorias 'cooperativo' e 'rebelde' são constituintes deste eixo – o 'institucional'. (MENEZES, 2006, p.65)

Além de ambos os casos, um terceiro paciente surge pouco depois deste período, em que minha atenção estava direcionada à Lilly e Kika. Hunt, vira-lata de aproximadamente 5 anos, que estava sob os cuidados de Carlos havia alguns meses, apresentava um estado cadavérico ao chegar à clínica. Com ossos salientes, o cão estava apresentando forte hemorragia, cansaço, falta de apetite e vômitos constantes. O caso também era enquadrado como 'complicado', o tutor recusava-se a tomar qualquer iniciativa de eutanasiá-lo, algo que a maioria da equipe veterinária tinha como sugestão.

Naquela segunda aguardo a chegada de Márcia no horário de visitas, as veterinárias já haviam me informado sobre a confirmação da visita da tutora no horário da tarde. Ao chegar à clínica, ela me reconhece e me pergunta se eu estava sabendo sobre o estado de sua companheira, eu lhe digo que estava ciente de sua internação e da delicadeza de seu quadro, mas não muito sobre o estado naquele momento. Essas situações eram bastante difíceis, pois, ao assumir uma certa posição de mediação entre as veterinárias e os tutores, minha opinião era constantemente solicitada, tal qual o papel de "informante" que às vezes também era cobrado *"Como ela está?" "Você soube dos resultados dos últimos exames?" "Você acha que ela está melhorando?" "O tratamento está fazendo efeito?"*... Eu considerava mais prudente não dar opiniões que pudessem parecer pessoais, reafirmando exclusivamente pareceres veterinários quando considerava pertinente, do contrário só me restava o silêncio. Mesmo sem assumir uma postura de "neutralidade", sabia que minha opinião poderia ser

tomada enquanto um problema para aquelas profissionais, cuja legitimidade de sua profissão já era o tempo todo questionada.

Enquanto visitava Lilly, Márcia me conta sobre a sua situação após o divórcio e o que vinha acontecendo em sua vida pessoal desde a última consulta na clínica. Se mostra extremamente fragilizada e eu fico com receio, mas acabo lhe perguntando sobre a possibilidade de uma conversa com ela no dia seguinte quando fosse visitar a cachorra, tendo em vista a sua abertura com a minha pesquisa desde nosso primeiro encontro. Sem quaisquer objeções, se mostra bastante disposta.

Antes de minha chegada pela manhã na terça-feira, Márcia esteve com Lilly e Laura relata que a tutora se recusou a tomar qualquer postura de decisão sobre a morte da cachorra e solicitou que fosse repetida a ultrassonografia. Durante a tarde, Mari, a tutora de Kika, chega à clínica acompanhada do marido, dois filhos e nora. A poodle passara por mais uma transfusão de sangue na noite anterior e as notícias eram solicitadas o quanto antes pela família, que, segundo foi me informado pelas veterinárias, não parava de ligar durante toda a noite solicitando novas notícias da cadela. Como explicado por Laura, os resultados de uma transfusão de sangue ocorrem apenas depois de cinco dias após realização do procedimento. Esse seria o tempo necessário para se fazer novos exames e analisar qual o impacto do procedimento no organismo do animal, restando apenas acompanhamentos diários de forma a verificar a aceitação do sangue pela paciente, porém o momento pedia calma e paciência. Como a tutora havia chegado momentos antes do horário de visitas, mas se recusava a esperar para ver Kika, Laura decide levar a cachorra até a recepção e me confessa que fará isso, ao contrário do protocolo usual, para mostrar à tutora que a cachorra está prostrada, *“Eu não sou a dona morte não, mas...”*. *“Se eu trazer ela até aqui [no canil], a Kika vai se animar e eu não quero isso, eu quero que ela veja que a cachorra dela está mal!”*. A intensivista me aponta sua irritação com Mari, uma vez que a tutora se recusa a perceber a gravidade da situação, além de não compreender o modo com que os procedimentos devem ser realizados. Assim, a intenção da veterinária, nesse ponto, é visibilizar o estado de Kika.

Segundo uma certa crença, o tutor que está aflito com o estado do animal, ao vê-lo aparentemente “motivado”, de acordo com sinais que o animal supostamente demonstra, tem a certeza que o animal está pedindo para viver e que ainda não é a hora de se tomar nenhuma decisão. Assim, Laura toma suas estratégias. Lembro-me de Leila, proprietária da empresa

“Táxi dos Bichos”²⁵, ao me contar sobre a morte de seu cão, enquanto aguardava algum procedimento no paciente encaminhado à clínica:

“Eu era muito dedicada ao meu cão, ele foi pro hospital dias antes de morrer por conta da saúde, já estava velhinho... Passei os dez últimos dias com ele na clínica, chegava a dormir lá. Eu sei que a veterinária de lá só perde as esperanças no último caso e eu lembro que quando foi no último dia, ela me disse pra aproveitar os últimos dias com ele em casa. Eu desabei. Ele estava muito tristonho lá em casa, com muita dor, e eu percebi que era a hora dele ir, então eu o levei para a clínica, eu ia fazer eutanásia. Quando eu cheguei com ele na porta da clínica, ele fez cocô, pulou, latiu para os outros cães que estavam lá. A moça da veterinária veio e me perguntou “Ué, o que vocês está fazendo aqui?” e eu respondi “Nada não, só viemos dar uma visita!”. Depois dele ter feito aquilo tudo eu tinha certeza que não era a hora dele ainda! Trinta minutos depois da gente chegar em casa ele morreu.”

Apesar da mediação desempenhada por Laura, sendo sua função como intensivista, Natália é a veterinária responsável pelo caso de Kika, uma vez que recebera a família e fizera a internação da cachorra. Natália, ao contrário de Laura, que estava visivelmente inconformada com a família e expressava diversas vezes sua vontade de sugerir a eutanásia, se mostrava “polida” ao informar a situação para os tutores. Ao ouvir Laura pronunciando que, se pudesse, abordaria o casal com a ideia da eutanásia, Natália prontamente já rebate *“Mas não podemos, eles é que têm que decidir”*. Durante o acolhimento da família por Natália naquela tarde, a veterinária se atém em informar o quadro clínico diário e os futuros passos no tratamento do animal, sem fazer quaisquer menções à gravidade do caso de Kika, como feito por Laura ao levar a cachorra à tutora na recepção.

Perguntei à Laura se ela já questionou a tutora acerca da possibilidade da eutanásia, mesmo que indiretamente ou por meio de eufemismos constantemente utilizados por elas *“Já não estão nos sobrando alternativas”, “O caso é muito grave e as medidas já não farão mais efeito”, “Do jeito que o caso está só nos resta esperar, já não está tendo nada mais que possamos fazer”, “O quadro a partir de agora já se encaminha pro fim...”*. Laura diz que não *“Ela, assim como a tutora da Lilly, são clientes antigas, muito amigas da Dra. Carla, se*

²⁵ Serviço de transporte oferecido por Leila e sua irmã de modo a facilitar a ida de animais ao veterinário. Segundo conta, pela proximidade que os clientes (humanos) acabaram tendo com o serviço, eles já nem acompanham mais os bichos, ficando Leila como a encarregada de acompanhar os procedimentos.

eu falasse isso com eles, a Carla acharia muito ruim". Num outro momento de stress, Laura desabafa: *"Quem deras se a gente tivesse o poder de decidir o que fazer com aqueles animais que o tutor não tem condições de tomar essa decisão. Na verdade a gente chama de 'tutor' pra tentar livrar essa coisa de bicho ser considerado uma coisa, uma propriedade, mas acontece que, querendo ou não, ele é de alguém. Se fosse tutor mesmo, eu falava assim pro Henrique "Olha, você é o tutor da Lupina, mas ela está morrendo e você não faz nada, então agora ela está sob minha responsabilidade, sob minha tutoria e eu vou eutanasiar ela". "Lembra do Bolt, Ítalo? Ele estava sangrando até morrer e os tutores não queriam fazer nada, então eu falei baixinho assim pra as veterinárias que estavam do meu lado "Eu vou dar um propofol pra ele!" [solução que induziria uma parada cardíaca no animal] e aí a Paloma já ... "Não faz isso não!"*".

"O pacto", como foi chamado o caso de Lilly e Márcia, era motivo de atenção a todos. Veterinárias, estagiárias, recepcionistas e auxiliares, todas estavam envolvidas com o caso pela peculiaridade da questão. Não que fosse de se estranhar tais vínculos. Ao chegar em campo para a realização da pesquisa, desde o meu primeiro até o último dia, foram me contadas diversas histórias cujo vínculo estabelecido entre o animal e o seu humano causavam espanto àquelas profissionais e, por vezes, consideravam tais relações como patológicas, uma vez que o tutor despendia toda a sua vida em função dos seus animais. A história de Melk (cuja tutora não aceitava seu quadro clínico e o conduzia a vários tratamentos por meses) foi me contada por todos os membros da clínica, sem exceção. Também era questionado pelas veterinárias acerca dessas relações, eu geralmente direcionava minha resposta à questão da super dependência, do apego enquanto valor, mas ainda com um certo receio de ofender gratuitamente alguém. Ainda sobre esse aspecto, Laura narra que *"A gente estava conversando isso na última reunião. As pessoas muitas vezes se preparam para a morte da mãe, do pai, do irmão, mas não se preparam, não sabem se preparar para a morte dos seus animais"*.

A partir da leitura de alguns dos estudos que se dedicam a explorar o fenômeno da morte de animais de companhia, podemos constatar falas que corroboram para a questão levantada por Laura. Encontramos relatos nos quais a dor pela morte de animais de estimação é vivenciada de maneira mais acentuada quando comparada à morte de familiares nos estudos de Davis et al. (2003, p.65), em que a dor pela perda é comparado à morte do marido e em Laing e Maylea (2018, p.226), cuja comparação se refere à morte do pai. Ademais, quando

falamos sobre a posição assimétrica assumida pelos animais de companhia no capítulo anterior, desse entre-lugar de um “parente, mas mais-que-parente”, situado numa rede/contexto familiar, tais questões me faziam refletir sobre um outro ponto. Animais são considerados membros da família, são considerados filhos, são postos em relação e tratados pelas terminologias de parentesco, seja com os outros animais da família, seja com os membros humanos, logo *“Pitonho é primo de Thor, irmão de Pituxa”* [rede de parentesco não-humana], mas também *“Pitonho é meu filho, irmão do Gabriel, a avó dele está preocupada com seu estado...”* [rede de parentesco humana]. Entretanto, a posição ocupada por Pitonho em relação aos parentes consanguíneos o coloca a margem de todas essas categorias, assim como ocupa um outro lugar para o seu tutor. O que venho a sugerir com isso, com base nos casos presentes neste capítulo, é que as relações humano-animais são, em boa medida, modos específicos daquilo que chamamos de “processos de individuação”, argumento que venho tentando construir desde os capítulos anteriores e que aqui encontra terreno fértil para a questão.

Assim, quando Laura nos conta que a perda de um animal é muitas vezes sentida de formas diferentes daquelas experienciadas com humanos, podemos entender, caso comprem a ideia que proponho, do porquê isso acontece. Para tal, as reflexões levantadas por Carsten (2014) ao se apontar para os novos rumos dos estudos de parentesco, também se mostram interessantes de serem aqui discutidos. A autora, ao comentar sobre a ideia de “mutualidade do ser” de Sahlins (2013), pondera acerca os desvios feitos pelo autor e compartilha de suas escolhas: ao invés do parentesco ser estudado por “aquilo que ele é”, aquilo “que ele faz” parece nos guiar a maiores possibilidades. Assim, ao recordar histórias pessoais, a autora enumera algumas das “substâncias” que produzem o parentesco (intimamente ligadas à ideia trazida por Sahlins) e que o coloca em constante relação: memória, afeto, tempo, sangue, espaço, experiência. Assim, ao se pensar o modo como o parentesco é produzido, negociado, regulado e perpetuado, tais elementos são imprescindíveis para a sua “dissolução” ou “acúmulo”. Com base na proposta conceitual da autora, a relação de parentesco estabelecida entre humanos e animais torna-se ainda mais evidente: se humanos e animais companheiros possuem vínculos assimétricos em relação àqueles estabelecidos entre humanos, isso se dá pelo acúmulo de parentesco característico das trocas de substâncias entre as duas espécies, vínculos intersubjetivos pautados pela partilha de memórias, experiências, afetos, tempos e espaços cuja dimensão partilhada é a mais estreita e individual possível. Assim, pelo alto grau

de intimidade estabelecido nessas trocas, podemos observar maneiras distintas do que conhecemos por individuação, segundo falas muito características dos sujeitos dessa pesquisa.

Eu já havia preparado tudo, reservado algumas opções de espaços mais tranquilos, deixado uma jarra d'água separada e algumas questões já formuladas, porém, quando Márcia chega para a visita de Lilly no horário da noite, a mesma me pergunta se tudo bem conversarmos durante sua visita, eu concordo, mas fico apreensivo. O estado de Lilly era cada vez mais frágil e todos sentiam que a cachorra não viveria por muito mais tempo, ao mesmo tempo que ninguém também podia ultrapassar a linha da formalidade, sabiam do pacto, o que estava implicado na questão. Apesar de eu só saber disso semanas depois, Isadora, que atendeu Márcia e Lilly quando chegaram às pressas na clínica, conta que *“Fiquei arrependida por ter pensado em falar que, apesar da Lilly, ela teria os outros 11 cães, quando ela me falou que a Lilly era única. Ela me falou que uma só continuaria viva enquanto a outra também tivesse”*. Após o atendimento de emergência, Isadora tinha tirado férias naquela segunda (o dia anterior).

Márcia pede um banco mais alto para que possa observar Lilly em sua “cela” enquanto conversa comigo. As veterinárias já estavam cientes que eu teria uma conversa com a tutora e, ao perceberem que ela será realizada dentro do canil, durante a visitação, tentam nos deixar a sós. Sei que estão apreensivas, dependendo das informações que Márcia me der, as mesmas poderão (talvez) direcionar mais diretamente alguma informação. Sei que, de alguma forma, eu tomar o tempo de Márcia também é uma forma de aliviar o peso sobre elas, que se mostram intimidadas durante as visitas, sabendo que qualquer tipo de discurso poderia afetá-la. Também estão preocupadas com Lilly, é claro, e querem saber (precisam) sobre até onde o caso poderá se estender.

Eu lhe explico sobre o caráter da entrevista, Márcia já sabe por que quero entrevistá-la. A razão há muito já extrapolou a temática “relações humanos e animais”, ela sabe dos meus interesses e me adverte *“Eu sou uma pessoa muito de boa com as coisas, pode citar meu nome, pode falar quem eu sou, sinta-se à vontade para perguntar qualquer questão, eu não me importo com nada disso.”* Eu levo bem a sério o que as pessoas me dizem em situações como essa.

Apesar do roteiro previamente programado, começando pelas primeiras relações de Márcia com os seus animais e como as “negociações” entre ela e seus filhos foram se

desenvolvendo, achei mais prudente começar falando de Lilly, já que a vida da cachorra era a principal questão para a tutora no momento.

“Bom, a Lilly surgiu na minha vida no mesmo ano que meu pai morreu. Quem me deu a Lilly foi uma ex estagiária minha que eu gostava muito e ela criava animais. Na verdade eu fui visitá-la para comprar um gatinho que ela criava. Como eu ia morar sozinha, um gato é mais tranquilo. Aí eu cheguei lá e ela estava demorando muito, mas quando chegou veio com esse “negocinho”, não tinha nem 30 dias e ela falou assim “É sua”. A mãe tinha abandonado os filhotes, aí eu levei a Lilly comigo. Eu já estava com passagem comprada de ônibus e eu pensei “Essa cachorrinha, neném desse jeito vai aprontar!”. Coloquei ela numa sacolinha, daquelas de carregar animais e fui daqui a Uberlândia e ela foi quietinha! A minha relação com ela é 24 horas, ela vai em todos os locais comigo, onde ela não entra, eu não entro. E ela me ensinou um monte de coisa. Ela que me segura nos meus ataques de fúria porque ela sempre foi calma e pra ela não tremer, essas coisas, eu aprendi a me controlar. Eu nunca quis aprender a dirigir, quando eu completei meus 18 anos meu pai falou assim pra mim “Aprende a dirigir que eu te dou um carro” e eu falei que não, eu tenho pavor de dirigir, mas por causa dela eu aprendi a dirigir porque ela odiava. A gente ia pra UFU (Universidade Federal de Uberlândia) de ônibus e ela ia brigando comigo. Então assim, a minha relação com ela é uma relação de apêndice mesmo, eu sinto falta dela como se tivesse faltando algo de mim. Lá na UFU todo mundo conhece ela, meus ex-alunos souberam dela e eles me mandam e-mails.”

Lembro-me de Laura ter mencionado o fato de Lilly frequentar as aulas de Márcia e peço para que me fale um pouco sobre essa rotina.

“Ela ia! Palestras, congressos, tudo! A Lilly já presenciou tudo na minha vida e por isso eu brinco que ela sou eu e eu sou ela. Eu falo que eu tenho 10 cães e 12 gatos, mas ela eu não tenho. E ela tem os mesmos hábitos que eu, ela é mandona, ela é uma educadora nata! Se você entrasse na minha sala e não cumprimentasse ela primeiro, ela ia lá e te chamava a atenção. Não podia chegar atrasado, senão ela ia até você latindo, a mesma coisa se alguém conversasse. Quando foi ano passado ela se aposentou por conta própria e na mesma época ela desceu da minha cama e já começou a dormir na cama dela, foi aí que eu falei: “Ela está

começando a me preparar!”. Ela não ia mais à UFU e todo mundo que eu encontrava, perguntava.”

Depois de saber um pouco sobre a história de Lilly, resolvo perguntar sobre sua história de convívio com os animais.

“Eu sempre tive, desde criança! Eu sempre tive muitos porque eu pegava na rua. Eu tinha um sítio e nesse sítio ninguém podia mexer nos porcos, nas galinhas, nos ovos, nada! Eu contava, então assim, os porcos tomavam banho, ninguém podia comer nada! E lá em casa, que era perto da Pampulha, era muito grande, então foi depois que eu cresci que eu fui ter menos de 20 animais. Meu pai sempre foi muito doido com animal, minha mãe não, mas eu e meu pai... inclusive, nós já tivemos um leão! O leão era de um circo, e eu sempre odiei circo! Ai não sei como meu pai ficou sabendo que tinha um filhote que estava sendo maltratado no circo. Como meu pai era uma pessoa influente, ele foi lá com a polícia e resgatou ele sem pensar no que fazer com o animal e a gente morou com o leão até os 6 meses de idade dele quando ele foi encaminhado pro zoológico. Ele era um gatinho pra gente. Já tive cabrito, na escola de veterinária eu andava com os meus 17 cabritos e aí quando tinha que fazer experimento os meus nunca davam certo, você pode adivinhar por que [risos] Fiz medicina primeiro, mas eu sempre quis medicina veterinária. Hoje eu vejo que eu também não serviria pra medicina veterinária porque amar demais significa “Não faça” e foi por causa disso que eu optei por seguir a carreira acadêmica. Eu falei “Gente, pra que que eu sirvo, né!?” e até hoje eu não sei disso ainda, na verdade.”

A história de convívio com os animais desde a mais tenra infância também era algo compartilhado por boa parte das pessoas que passavam pela clínica, principalmente entre aquelas que expressavam a dificuldade frente à hipótese da interrupção dessas relações. Até mesmo entre aqueles que vieram a estabelecer relacionamentos “tardios” com outras espécies, deixando-se “render” (SMUTS, 2012, p.142) pela disposição de conexão requerida pelo animal, falam dessa dificuldade perante a ausência dos não-humanos. Compartilho da visão de Smuts, que enuncia “Uso a palavra “rendição” intencionalmente, porque relacionar-se com outros dessa forma exige que se renuncie ao controle sobre os outros e sobre a maneira de eles se relacionarem conosco” (ibidem).

Também se faz necessário ressaltar que, muitos desses tutores, ao longo de suas caminhadas ao lado de seus animais, ao lidarem com o “término” de alguma dessas relações, se veem decididos a não mais se renderem a tais companhias, calculando a dor estabelecida pelo “contrato” a que se dispõem a assinar. Acontece que, como temos visto ao longo dessa monografia, a dor da ausência se impõe sobre o cálculo realizado por essas pessoas. Artêmis (assim como falas presentes no capítulo III, onde tutores relatam suas dificuldades em abandonar tais vínculos), como vimos no início deste capítulo, se queixa porque se rende aos seus animais, porque apesar da dor, é a dor partilhada que lhe dá sustento. Assim, nas palavras de Marras “sofrer é uma prática de ‘tornar-se com’. O sofrimento é afetivo e efetivo” (2014, p.252), e é esse “tornar-se com” que nos interessa nesse momento.

Decido perguntar sobre o divórcio que Márcia havia comentado na consulta com Carla e para que ela me falasse um pouco sobre a morte dos seus cães ao deixá-los sobre a guarda do ex marido.

“De acordo com ele 5 animais morreram brigando. Dois lá fora, que eram irmãs, grudadíssimas uma com a outra e três lá dentro. Os de dentro eu até poderia acreditar porque era machos, mas as fêmeas, irmãs... essas foram jogadas da janela de um carro e eu peguei. E minha gatinha que não saía lá de casa e que ele odiava, ela sumiu agora há pouco. Ela foi a primeira pessoa que descobriu que eu estava com câncer. Ela só ficava no meu pescoço, e eu só engordando... foi diagnosticado hipotireoidismo a princípio, depois câncer na tireóide e depois viram que estava na faringe. E ela só ficava aqui no meu pescoço. Aí me mudei pra essa casa e ela não dormiu comigo nem nessa sexta, nem sábado, nem domingo. Gato é um bicho muito sensetivo, não sei, mas ela sumiu. Meus gatos, todos eles têm sua personalidade. Tenho a Mira, fresquíssima. Tenho o Zeca que parece cachorro, a Âmbar que conversa, cada um tem um jeitinho lá em casa.”

Aproveito para perguntar sobre a personalidade de cada um dos seus filhos.

“Cada um é de um jeito. O Tesouro é terrível, mexe com todo mundo, o cão chupando manga, você chama ele o dia inteiro! Se ele fosse criança ele estava tomando 400mg de ritalina. A Fofoca, que é uma mistura de ‘daschund’ com vira-lata, eu tenho a seguinte impressão: ela se vê como um filhotinho de 4 meses, ela tem fobia social, ela tem bronquite, quando tem

stress ela tosse e enfia debaixo da cama. Tem a Pedrita que não tem uma perna, no entanto, ela tem uma auto estima impressionante, ela se acha linda e ela é horrorosa, ela é dada com todo mundo! Tem a Lessi que é estilo humilde! A Tulipa é aquela tia implicante, ciumenta com tudo, tudo ela implica! A Pérola é uma ‘hunter coli’ que já foi campeã nessas competições, uma ladie. Fuxico, não podia falar que ele era feio que ele odiava, te avançava! A Ronix, parece que ela fumava maconha, ama manteiga! Além da personalidade, cada um tem sua preferência, mas o peixe é consenso, nenhum deles suporta, a não ser salmão, tenho que explicar que salmão é peixe pra eles [risos]. Mora eu, meus animais e uma moça que me ajuda.”

E então pergunto sobre a Lilly.

“Se ela acha que é você que tem que dar um pedaço de alguma coisa pra ela, não adianta eu chegar e dar, ela falou que é você, é você! Quando eu ia na minha mãe eu ficava muito com ela, já idosa, né... a ai a Lilly viu essa aproximação e passou a detestar a avó dela, juro, você pode pensar que eu estou doida, mas é assim! Então... ela é uma pessoa! Ela se humanizou ou era humana, não sei, eu sei que ela é diferente. Ela fala na linguagem dela, eu entendo perfeitamente, é como se ela estivesse verbalizando e vice-versa, nós conversamos. As pessoas me perguntam “Como é que você sabe que ela quer isso?” e eu respondo “Uai, ela fala!”, então é isso.”

Márcia compartilha a perspectiva de Smuts. Na visão da primatóloga, a relação estabelecida entre ela e sua cachorra pode ser definida enquanto uma relação interpessoal, pois:

Na linguagem que estou desenvolvendo aqui, o relacionamento com outros seres enquanto pessoas nada tem a ver com o fato deles possuírem ou não características humanas. Tem a ver isto sim, com o reconhecimento de que eles são sujeitos sociais, como nós, cuja experiência idiossincrática e subjetiva de nós desempenha o mesmo papel em suas relações conosco com a nossa experiência subjetiva deles desempenha em nossas relações com eles. Se eles se relacionam conosco como indivíduos, e nós nos relacionamos com eles como indivíduos, é possível para nós ter uma relação *pessoal*. [...] Assim, se nós realmente pensamos a pessoalidade como uma qualidade essencial que podemos “descobrir” ou “deixar de descobrir” no outro, em vista do que foi aqui exposto, a pessoalidade conota um jeito de ser *em relação aos outros*, e assim ninguém além do sujeito pode atribuí-la ou removê-la. Em outras palavras, quando um ser humano se relaciona com outro indivíduo não-humano como objeto

anônimo, mais do que como um ser com sua própria individualidade, é o humano, e não o outro animal, que renuncia à pessoalidade. (SMUTS, 2012, p.141-142)

A fim de entender um pouco mais sobre a história desses relacionamentos, pergunto como Márcia seria caso não tivesse convivido com tantos animais durante toda a sua vida. Se, em sua opinião, seria uma pessoa completamente diferente.

“Sim, eu optei por não ter filhos, nunca gostei de crianças. Não sei se eu gostava, mas eu nunca tive convívio com criança porque eu fui a criança. Então eles [os animais] foram pra mim os meus amigos de infância, minha educação... porque a minha mãe era velha, meu pai mais velho ainda, minhas irmãs todas mais velhas com muita coisa pra fazer. Eu não tinha ninguém. Sabe com quantos anos eu fui aprender a ler e a escrever? Três! Mas não é porque eu era inteligente não, mas eu não tinha o que fazer. Então eles eram os meus amigos de infância e se eu não morri, nem me suicidei nesses últimos tempos foi por causa deles. Se eu não tivesse eles eu não teria nada que me segurasse, eu não tenho vínculos. Minha mãe tem 93 anos, eu sou sozinha por parte humana. Eu sempre me senti muito sozinha e eles que me preencheram. Tanto é que eu não sou uma pessoa de amigos, eu tenho dois amigos.”

Já era hora de voltar à Lilly, e pergunto o que a difere de seus outros companheiros.

“A Lilly é diferente. Eu considero meus animais como filhos, mas ela sou eu. Essa é a primeira vez que a gente está se separando.”

Me lembro que nesse momento, ao ouvir a resposta de Márcia, fiquei pensando em como prosseguir a conversa. Eu não estava surpreso pelo o que ouvira, mas com a simplicidade com que tal afirmativa foi pronunciada. “Ela sou eu”. Uma espécie de “tilt” entrara em ação, aqueles momentos em campo onde cada fragmento, cada ponta, aparentemente solta, passa a fazer todo o sentido. Durante o campo ouvi várias coisas que me fizeram pensar sobre muitas das relações ali presenciadas, mas esse foi, certamente, um dos principais “curto-circuitos” que senti ao longo da pesquisa, fazendo-me reorganizar as peças coletadas. Portanto, nada faz mais sentido que a passagem de Haraway: “The partners do not precede their relating; all that is, is the fruit of becoming with: those are the mantras of companion species.” (HARAWAY, 2008, p.17).

Portanto, tomando de empréstimo o conceito de “mutualidade do ser” proposto por Sahlins (2013), ao falar sobre a qualidade do parentesco (mas que também nos faz refletir acerca dos processos de individuação, caro para esse debate), tento pensar sobre as relações proferidas não somente por Márcia (mas também por ela), tal como muitas aqui expostas ao longo de toda monografia. Se considerarmos a construção de si enquanto produto das redes de relações firmadas com aqueles que trocamos afetos, entendemos o caráter não-individualista e atomizado do eu. Os animais, assim, como os seres preponderantes de tais relações e dos processos de enredamento.

Sem ter tido a oportunidade (ou me sentido suficientemente confortável) de fazer esse questionamento para outros tutores com quem havia conversado, perguntei se Márcia já sentiu que, em algum momento, humanizava Lilly.

“Nunca. Engraçado, eu não vejo isso, nos outros eu vejo, mas na Lilly não. Na Lilly é uma coisa natural dela. Eu nunca ensinei nada pra ela, ela simplesmente é. Eu sou espiritualista, não sou espírita, mas aquela história que alguns animais são diferentes por terem um nível de evolução maior, eu não tenho dúvida. Eu já tive dois assim, ela e a Leila. A Leila distinguia cores perfeitamente, o azul... ela torcia pro cruzado, ela escolhia os programas de TV. Ela adorava Malhação, ela pedia pra minha mãe ligar a TV. Eu chamava ela de quimera. E outra coisa, ela [a Lilly] nunca se misturou com os outros animais, ela era o líder da matilha, todos os outros animais respeitavam ela. Se pisar na patinha dela, ela não tolera. Então ela sempre teve personalidade, não é loucura minha não! Quem conhece a Lilly sabe dessas coisas dela.”

Caminhando para a questão da morte, indago se Márcia se vê minimamente preparada para a possível partida de Lilly.

“Não. Pior que não, e olha que ela me preparou. Mas é o que eu tô falando aqui pra ela, que ela pode ir, eu vou chorar muito, mas... Eu não sei, eu acho que o meu grande problema é com o momento. De dois anos pra cá eu tive muitas perdas, então eu acho que perder ela vai ser o ponto máximo da perda. Eu acho que o problema é o momento, se fosse em outro momento eu acho que eu ia aceitar mais, liberar ela mais. [...] Eu sempre ouvi muita crítica

da família inteira “Você é doida!”, eu sempre ouvi esse tipo de coisa. Ninguém respeita muito que foi uma escolha e que foi a partir dessa escolha que eu me sustento. Num dado momento dessa trajetória eu quis fazer parte de um grupo da minha família, mas eu não dei muito conta não. Eu não vou adotar mais, depois de todos vai ser eu comigo mesma, viajar o mundo, com mochila nas costas... Eu fico me questionando às vezes se esse número todo de animais foi realmente por amor ou pra preencher algum vazio. Mas eu acho que não. Então agora eu estou decidida que eu vou parar depois deles. Eu tenho consciência dos meus erros, eu não sei lidar, eu não sei só vê-los como animais. São eles que fazem o que querem comigo. Gente tem que educar, animal tem que educar, eu trabalho o dia inteiro. Então gente como eu que não sabe educar não pode, da mesma forma como eu achei que não tinha vocação pra ser mãe de gente, eu equivocadamente achei que teria pra ser mãe de animal, mas também não tenho não! Tem que reconhecer, temos que ter autocritica! A Lilly é educada por ela mesma, porque se dependesse de mim seria igual os outros.”

Através das narrativas presentes nessa monografia, seja no capítulo II, em que tutores visibilizam o esforço feito por seus animais em prepará-los/comunicá-los sobre sua partida, tal como a fala expressa por Márcia, acerca do planejamento feito por Lilly em prepará-la para o momento da partida, não haveria discordância maior (entre aqueles que partilham o mundo com seus animais) frente à ideia expressa por Elias de “Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles [seres humanos], dentre todos os seres vivos, sabem que morrerão.” (ELIAS, 2001, p.10).

- E sobre o seu câncer...?

“Eu tinha uma sessão pra fazer hoje, mas não fui. Minha prioridade é ela. Eu já não estava muito afim de fazer nada e pode ter certeza que se eu fizesse, não seria por mim, mas por eles. Eu me mantenho por causa deles, e a partir do momento que eu não tiver mais eles, eu vou me sentir livre pra fazer o que eu quiser. Eu não quero mais ter vínculo com nada, nem com coisa inanimada, nem animada, nem minha mãe eu terei mais. Mesmo sem ela (Lilly) que é muito importante na minha vida eu tenho os outros 21, cada um é um que tem sua historinha triste e eu me sinto responsável por eles.”

- Se você tivesse que decidir fazer a eutanásia na Lilly, como você se sentiria?

“Essa possibilidade está sendo cogitada. Eu conversei com a veterinária e o que resolvemos foi esperar o resultado desses exames... Eu não quero ficar sem ela, mas também ver ela desse jeito... eu tenho que parar de ser egoísta. Ela vai me entender, porque eu não quero ela assim e eu tenho certeza que ela não gostaria de ficar assim. Eu acho que uma das grandes vantagens da medicina veterinária é isso, você poder dar esse descanso. Gostaria muito que os humanos vissem isso, porque não é uma questão de desumanidade... Eu não tenho nenhuma coisa com morte, eu acho que quando chega no momento você precisa descansar. E eu tenho certeza que ela ainda não foi por minha causa, mas eu estou aqui falando pra ela que eu a libero.”

Não era atípica a frequência com que eu ouvia comentários a respeito da “grande vantagem” da medicina veterinária. Apesar da dor visibilizada, a ideia de que *“Já que não podemos fazer isso com as pessoas, pelo menos podemos oferecer aos animais”* (Sandra, tutora de Bibi, 16 anos, comentário feito na sala de espera, enquanto aguardava uma consulta e ouvia sobre minha pesquisa) era frequentemente trazida à tona, às vezes também carregando-se o pesar da proibição da prática aos humanos, sabendo-se que, uma vez vivida e assimilada a experiência, essa escolha transformava-se na ação mais prudente a ser executada. Também, de alguma forma, a experiência compartilhada entre as profissionais da medicina veterinária, amenizava o possível sentimento de culpa, muitas vezes enfrentado pelos médicos [prática humana]. Assim “Veterinarians can to some extent side-step the feeling of failure physicians face of patients dying, however, by telling themselves that “we humanely euthanize them” (CARBONE, 2010, p. 38). Portanto, era interessante pensar na correlação dos termos: a eutanásia vista enquanto uma prática humanizada, se transformava enquanto artifício veterinário, da mesma forma com que a “desumanização médica” era pontuada entre essas profissionais, ao se orgulharem de tratarem seus pacientes de forma humanizada, garantindo-lhes sua dignidade enquanto seres portadores de subjetividades e questões próprias.

05:59, quarta-feira, 07/03: “Lilly voltou para casa! Às 5:22 ela terminou sua missão” (Márcia numa mensagem para mim via Whatsapp)

Indagada sobre a destinação de seus animais, Márcia havia me falado sobre a posse de dois jazigos no cemitério A Reviver, mas que também optava pela cremação. Não quis perguntar sobre Lilly naquele momento. Marta (veterinária que geralmente atendia no período da noite) relata que, ao ligar para Márcia 15 minutos depois da morte de Lilly (causada por uma parada cardíaca), a tutora lhe perguntou se sua companheira havia partido e Marta lhe confirma. Segundo a veterinária, Márcia disse que escutou Lilly chamá-la minutos antes da ligação e que sua partida ocorrera porque havia sido liberada na noite anterior (fato que aconteceu durante a entrevista e foi ressaltado por Márcia em nossa conversa). Ao mandar uma mensagem para Márcia no dia que se comemoraria o aniversário de sua companheira, meses depois de nossa entrevista e do término da pesquisa, a tutora me conta que optou por enterrá-la em seu jazigo, porém, com uma plaquinha diferenciada, ao contrário de seus animais de maior porte residentes em Uberlândia, que opta por incinerar. Ademais, complementa *“Mas sou a favor de cremar... eu quero ser cremada e minhas cinzas jogadas no Reviver”*. Márcia, ao ler está monografia, me pede um favor: *“Eu queria que você pontuasse que o pacto ainda permanece, mas eu fiz uma promessa a ela de cuidar dos irmãos, então eu ainda tenho os irmãos dela e ao contrário do que todo mundo pensava sobre esse pacto e ficasse preocupado, a Lilly sempre foi mais forte do que qualquer outra coisa, mas o pacto permanece. Eu tenho certeza de que vou me encontrar com ela mais cedo do que eu penso.”*

Kika, que ainda não conseguia ser precisamente avaliada, por conta da adaptação de seu organismo ao sangue recebido, recebia pontualmente visitas de sua família. Todos os dias a ida dos tutores era aguardada com apreensão. Isso se dava pela falta de paciência da família em aguardar novos posicionamentos do caso, sendo necessário um esforço contínuo de repetição das informações por parte das veterinárias, também pelas ligações que a família realizava ao longo de todo o dia. Somava-se ainda a incredulidade sentida pelas veterinárias, uma vez que os tutores perguntavam incansavelmente, um por um, sobre os procedimentos, a frequência da ingestão de água, os remédios aplicados, os horários das refeições. Era forte o sentimento de deslegitimidade da profissão.

Apesar de Laura informar que *“Ela tá muito fraquinha, a gente não pode ficar exercitando ela demais, a gente até brinca que ela tem uma hemácia pra cada coisa, então é algo muito bem equilibrado!”*, a tutora pede para que a cachorra seja autorizada a passear

pelo corredor e retruca “*Mas ela vai ficar presa aí?*”. Laura lhe esclarece que a cachorra sai sim de sua gaiola, mas em momentos adequados durante o dia, porém “*Pelo pouco de sangue que ela tem, ele precisa circular no corpo inteiro*”. Passados alguns dias da transfusão, no horário do banho de sol, Kika é levada para o corredor, onde sua mãe a estimula a andar, mas a cachorra mal consegue se apoiar nas quatro patas. Apesar dos sinais clínicos de Kika indicarem a estabilidade do caso, ou seja, a total fragilidade de sua saúde, Mari lamenta “*Amanhã é o aniversário do meu filho, o pai dela, ele queria tanto ter ela em casa...!*”.

Kika morre no final daquela semana em decorrência das complicações de seu quadro.

Hunt chega dias depois à clínica com quadro de leishmaniose severa. A missão é restabelecer sua condição física, que, como anteriormente já citada, se encontrava em estado cadavérico pela proeminência de seus ossos. Como agravante, o cão necessita de transfusão constante de sangue e sua alimentação é bastante precária. Sem conseguir ingerir alimentos sólidos, a alternativa é induzir a alimentação através de sondas nasais, porém, ao tentar, as narinas apresentam sangramento em grande quantidade. Alimento sempre será um dos principais fatores de bem-estar e qualidade de vida, seja no tratamento realizado pela clínica, seja no convívio doméstico. Assim, apesar da descrença da equipe veterinária diante do quadro, o tutor insiste algumas vezes em questionar se o cachorro tem se alimentado de alguma forma: “*Mas soro também alimenta, né!?*”. Laura o adverte que nenhum composto pode substituir a alimentação. O tutor sabe o que significa Hunt não se alimentar. Hunt não comera nada desde que dera entrada (na noite anterior).

Carlos, apesar de sua insistência diante do quadro debilitado do companheiro, não faz com que as veterinárias fiquem apreensivas, como no caso anterior. Também não é um tutor que as veterinárias consideravam como “entrave” para o tratamento. Ele era simpático, “*tem uma história bonita*”, me diziam, era uma questão de fé. Segundo a estagiária Fernanda, era uma questão de “reciprocidade”, “palavras do tutor”, disse ela. A história que circulava era de que Carlos fora combatente de alguma guerra e, diante da perda dos companheiros, além das histórias de apoio entre os soldados, Carlos tinha por princípio não desistir. Hunt era mais uma batalha.

O tutor pedia para que as veterinárias lhe mostrassem todas as possibilidades de tratamento e, se possível, tentassem uma por uma. Hunt também se tornou um desafio para as veterinárias. Apesar de aparentar uma condição física muito vulnerável e péssimas respostas alimentares, os exames físico-químicos de Hunt não eram tão ruins, e o cachorro se mostrava

estável. Após alguns dias na clínica Hunt começa a andar, fazer suas necessidades físicas e comer comida sólida. As veterinárias se surpreendem, todas concordavam que ele estava melhorando. Mas esses dias se alternavam com um Hunt quieto e sem fome, com sangramentos contínuos. Assim, as veterinárias voltavam a duvidar de suas chances de recuperação *“Eu espero que seu pai esteja certo e todas nós erradas”*, fala Laura sentada ao lado do cão. Hunt tenta se animar para o pai ao vê-lo chegar e abana seu rabo. *“Ahhh vendo ele abanando o rabinho assim pra mim eu não tenho coragem [de se considerar uma eutanásia], ele tá querendo lutar!”*.

“O que eu tenho é medo de tomar essa decisão e me arrepender depois, que nem aconteceu com a Batatinha”. Uma das coisas que tinha aprendido até então é que a morte vai muito além das rupturas que se convém imaginar, ela também tem caráter produtor. Produtora de novas formas de existência, de novos tipos de laços com aqueles que se vão, afinal, *“sofrer é tornar-se com”* (MARRAS, 2014). Ela também produz formas de ressignificação das relações humano-animais.

Vanessa, tutora de vários cães atendidos pela clínica, por vezes considerada *“além dos limites”*, me diz com toda certeza *“Depois que meu primeiro cão morreu e eu não participei da eutanásia eu me arrependi muito, depois dele eu acompanhei a eutanásia de todos os meus bichos, eu entendi o quão importante era minha presença para eles naquele momento”*. Nessa perspectiva, a morte revela seu caráter produtivo, ou seja, a partir de sua potencialidade transformadora, atua para a produção de novos tipos de relação, compromissos, formas de coexistência, de saberes. Também tem a potencialidade de produzir laços com aqueles que se foram, aqueles que ficam e os que estão por vir, uma vez que novos sentidos sobre a morte e o morrer se revelam. A confissão de tal arrependimento é frequente, apesar dos que decidem não acompanhar o processo serem minoria.

Durante uma consulta de rotina no consultório de Carla, a tutora começa a falar da experiência de uma amiga, relutante em se decidir pela eutanásia, apesar do quadro já terminal de seu cão. Fala sobre seus conselhos à amiga e pela escolha de se fazer uma eutanásia, *“É o mais correto”*. A tutora, que já realizou o procedimento algumas vezes, diz que aprendeu com as experiências anteriores. Porém, também por conta desses processos de aprendizagem produzidos pela experiência da morte, conta que deixou bastante explícito para a amiga sobre a necessidade de se acompanhar *“Eles fazem tudo por nós, estão sempre ao nosso lado, é nosso dever ficar do lado deles!”*. Carla ri, fala que costuma brincar com

aqueles tutores que terão que fazer isso pela primeira vez *“Eu brinco com o tutor que além dele ter que estar presente, ele também dá uma eutanásia de presente”*. “Estar também é dar” (complementaria Clarice (1998, p.16).

A eutanásia, desta forma, é compreendida como um dos maiores atos de gratidão com aquele que lhe oferecera uma vida de companhia. Portanto, se a gratidão é visibilizada enquanto estratégia de manutenção hierárquica (pela impossibilidade imposta de retribuição nos mesmos termos) nas relações assimétricas entre patroas e empregadas (COELHO, 2006, p.71), aqui, o sentimento aparece enquanto uma dádiva sem possibilidade de contra-prestação equivalente “imposta” do animal ao seu humano, conforme a frequência de comentários como “eles estão sempre do nosso lado, fazem tudo por nós”.

Logo, a eutanásia atua como dádiva (me pergunto se podemos pensá-la, a partir de tudo visto em campo, enquanto uma última prestação do esquema dadivoso sistematizado entre o animal e o seu tutor). Por isso, não oferecê-la (quando entende-se necessário) pode ser interpretado enquanto uma quebra de contrato, uma quebra com o compromisso firmado por ambos (tanto na perspectiva dos tutores após o procedimento, ao se lamentarem pelo adiamento da decisão e o seu dever em fazê-lo, quanto na das veterinárias em sempre evidenciar a sua necessidade e importância, ressaltando o afeto atrelado ao ato). *“A eutanásia é um ato de cuidado”*, já dizia Paloma. Assim, ao se olhar para a eutanásia enquanto um presente último estabelecido pelo circuito dadivoso, em que cabe ao prestador sempre retribuir os presentes doados pelo seu ‘outro’, ação que mantém a relação entre ambos (MAUSS, 2013), entendemos o desafio produzido pelo cumprimento do acordo (por acordo, leia-se obrigação): ao se “dar” uma eutanásia, vínculos são mantidos, ao mesmo tempo em que despedidas acontecem. Conforme as narrativas apresentadas nessa monografia, a eutanásia ainda atuaria diante de mais um fator agravante: a obrigação em se retribuir à altura aquilo oferecido por um animal companheiro, cujas prestações ofertadas foram sua própria vida de companhia. Por fim, encontramos dois modos de conceber a prática da eutanásia: enquanto algo que se faz e algo que se dá (CARMACK, 2003 *apud* DICKINSON; ROOF & ROOF, 2011, p.167), ambas praticadas indissociavelmente.

Carlos me esclarece acerca da “Lei da reciprocidade” que tinha dito as veterinárias. Conta que há muitos anos sofreu de uma doença grave, mas que foi encorajado pelo seu médico a tentar várias formas de tratamento, acabando por obter a vitória sob o problema. Assim, será ele o responsável por oferecer ao cão, a vitória para a sua, considerando-se a

atuação dessa lei em sua vida. *“Tenho o Hunt há seis meses... minto, cinco! Dos cães que eu tenho lá ele é o mais agarrado comigo. Quando ele chegou ele não precisou de mais nada, só de mim”*, fala Carlos sobre o animal que fora resgatado das ruas. *“Minha mãe fala que eu estou gastando uma fortuna com o Hunt, mas quando ele chegou [na clínica] não havia nenhuma expectativa e agora ele já tem dois dias!”*

O quadro do cão não avança, também não retrai, mas ele se mostra cada vez mais cansado. Laura conversa com Hunt *“Hunt, se você tá cansado e querendo descansar, por favor, não abana o rabo pro seu pai, por favor!”*. Além de Hunt e Kika, também me recordo de Laura dizer à Lupina, que se encontrava com câncer na bexiga e decidira parar de se alimentar que: *“Mostra com o olhar pro seu pai que você não aguenta mais”*. Laura pontua que, naquele dia, o cachorro não abanara o rabo. Na quarta-feira, 28/03, deixo a clínica no final da tarde, Hunt apresenta uma melhora surpreendente e Carlos é comunicado via telefone. Na quinta, 29, fico sabendo que Hunt tinha sido apenas outro caso de animal com repentina melhora seguida de falecimento. A síndrome conhecida pelos médicos como “melhora da morte” (CONSORTE, 1983, p.54) tinha agido mais uma vez.

CONCLUSÕES

Natureza e cultura são fronteiras em negociação, são margens que se borram quando entendemos que o social é produzido por um conjunto de seres que performatizam o mundo. Ou melhor, são margens que se diluem a partir das nossas enunciações, mas que, enquanto prática, enquanto vida, são sempre indissociáveis: o mundo é um nó em movimento (HARAWAY, 2003, p.6). Se o debate direto acerca da partilha natureza-cultura foi sumariamente omitido dessa monografia, não o poderia deixar de ser nas conclusões, local mais propício que nunca para recuperar o seu devido valor nesse trabalho, agora que os dados se encontram devidamente sedimentados (muito mais como gostamos de pensar do que verdade propriamente dita). Se a minha intenção aqui recairá sobre as exclusões de meu próprio texto, que assim o seja desde a questão central.

Títulos não se fazem por acaso, os fazemos segundo uma ordenação lógica, tentamos dar àquilo que escrevemos um senso de ordem, de linearidade, de progresso, de rumo. Sendo os títulos uma forma de desafiar aquilo que eu próprio escrevo: minha capacidade de sistematização, faz-se necessário entender o que eles têm pra nos mostrar. Como dito acima, o debate tão caro à disciplina antropológica relativo à oposição natureza x cultura não foi devidamente encarado mais diretamente. Assim o fiz porque tais narrativas foram as linhas que compuseram o tecido desse texto, estão em toda parte. Se a morte (por eutanásia, mas creio que não exclusivamente) é um processo, produto resultante de atos performativos, discursivos e materiais, tal como se produz novas formas de relação, de sentido e de existência, suas fronteiras estão o tempo todo falando de corpo, de símbolo, de prática. Biologia, semiótica, cultura. Se uma eutanásia constitui (e é constituída por) modos de aprendizado, de sentidos, de potencialidades, é porque afetar-se (FAVRET-SAADA, 2005) é tomar consciência da nossa condição de “tornar-se com” (HARAWAY, 2008). Portanto, cada fala presente neste trabalho deve ser considerada um modo específico de reflexão sobre as negociações em voga na relação entre esses dois termos. Portanto, “Os movimentos em favor dos direitos dos animais não constituem negações irracionais da singularidade humana: eles são um lúcido reconhecimento das conexões que contribuem para diminuir a distância entre a natureza e a cultura.” (HARAWAY, 2000, p.45).

Por uma questão de estranhamento ao modelo conclusivo (me falta adaptabilidade), vou praticar algo que guardo como desejo escondido desde o início da graduação (estamos na Antropologia, espero que me perdoem): farei uma conclusão pouco usual (eu sei), mas que a vejo como mais uma fonte de informações, além de ideias sistematizadas (sim, terá). Com isso, conversando comigo mesmo sobre as críticas que eu próprio faço ao meu trabalho, proponho as seguintes considerações:

Ao fazer uma releitura sob o meu próprio texto, percebo que devo alertar os leitores para algo: as veterinárias não são obcecadas por eutanásias! (caso alguém tenha tido tal impressão) Se ao longo de todo esse percurso me interessei por alguns casos em particular e tentei descrevê-los ao longo desse trabalho, esse processo foi concebido a partir de recortes muito únicos e pessoais. Como tentei demonstrar ao longo dos capítulos, a preocupação com o bem-estar do animal é o maior imperativo nas práticas que pude acompanhar nesse um ano de pesquisa. Assim, a partir de idiosincrasias presentes na prática veterinária, a eutanásia só é viabilizada face à necessidade visibilizada pelo animal, e se esse o é, a eutanásia pode ser sim compreendida enquanto uma medida “humanizada” e indispensável. Como tentei demonstrar, se realizar uma eutanásia é algo naturalizado para essas profissionais, o caminho percorrido nem sempre o é. É então necessário salientar o quão difícil é enfrentar todo um contexto no qual a vontade dos animais (considerando-se a percepção assumida por veterinárias e tutores acerca das vontades e desejos impostos pelo animal), dos tutores e, muitas vezes dessas profissionais, é divergente.

Outro ponto que se requer um nó: por que ao longo de toda a etnografia não há um relato sequer sobre a morte dos nossos companheiros felinos? (vocês me perguntariam...) Gatos são mesmo *sui generis*, eu diria. Acho que as veterinárias concordariam. E sabendo-se a importância da representatividade, devo minhas explicações. Bem, durante o campo a presença de felinos sempre foi muito inferior a de cães e foi apenas no meu último dia que pude presenciar a morte de algum deles! (deu-se, inclusive, por eutanásia) De acordo com as veterinárias, raríssimas eram as ocasiões que se eutanasiava um gato, lembro de uma delas me dizer que nem sequer tinha tido tal experiência (não, ela não era recém graduada). Pelo que me consta, a partir de minhas investigações junto a elas, todas parecem concordar com Lessing: “os gatos decidem morrer. Rastejam até algum lugar fresco, devido ao calor que circula em suas veias, se agacham e esperam morrer” (2017, p.70). Também há de se notar

que gatos não demonstram tão facilmente o que estão sentindo. Assim, é difícil perceber quando eles estão com algum sintoma.

Tendo em vista que comecei o “acerto de contas” pelas veterinárias, assim o continuo.

Se a eutanásia foi o modo com que a morte se apresentou para mim em campo, as divergências expostas pelas veterinárias com a prática médica humana era a grande questão para essas profissionais²⁶. Se estamos tão intrigados sobre essa suposta diluição das fronteiras entre animais humanos e não humanos, considerar a perspectiva daquelas que atuam em algumas dessas práticas supostamente diluídas, seria uma maneira bastante interessante de avaliar as tensões por trás desses debates (espero ter feito a minha parte para que algumas dessas questões fossem postuladas). Duas dessas diferenças valem a pena serem aqui pontuadas, uma vez que, ao longo desse “produto” etnográfico, talvez tenham ficado à margem das discussões.

A primeira refere-se a uma diferença fundamental: os profissionais incumbidos de lidar com a morte nesses dois campos de atuação (medicina humana/veterinária). Enquanto a prática médica humana conta por vezes com uma hierarquização dessa função, a veterinária assume essa responsabilidade. Assim como evidenciado por SANTOS (1983), a notícia do falecimento dos humanos em contexto hospitalar é, muitas vezes, dada por profissionais que não os médicos responsáveis pelo caso. Essa terceirização da informação da morte atua enquanto um mecanismo de defesa de tais profissionais, que repassam tal função a enfermeiros ou pessoas que se encontram numa posição “inferior” dentro da hierarquia hospitalar, algo impraticável dentro do contexto analisado. Assim, não é de se espantar a frequência com que as veterinárias queixavam-se de suas formações acadêmicas para lidar com os tutores no processo da morte e do morrer.

A segunda diferença é uma questão interna, mais pessoal, mas que também encontrava amparo em uma de minhas interlocutoras (Laura, você foi extremamente importante para a condução deste trabalho). Eu encontrara a humanidade que faltava à prática médica numa clínica veterinária. *“Eu não quero tratar a Lolly como um caso, eu quero tratar ela como o sujeito que ela é, com as qualidades que ela tem, com as relações que nós possuímos”*, me dissera Laura em meio aos nervos da vida de uma intensivista. Nós tivéramos essa conversa. Conte-lhe sobre as etnografias médicas que eu lera durante as aulas de Antropologia da

²⁶ Há uma grande quantidade de dados que seriam suficientes para que pesquisas sobre o tema fossem desenvolvidos, avaliando as queixas e as assimetrias entre esses dois campos de atuação.

morte. Contei-lhe sobre como, muitas vezes, o profissional da saúde humana dirigia-se a casos e não a pessoas dotadas de subjetividades. “A estrutura hospitalar do macro-hospital não propicia vínculos com pessoas porque não interna pessoas: interna “casos”. (SANTOS, 1983, p.21). Laura tinha ficado com essa questão em mente, gostava de conversá-la comigo. Do mesmo modo, as falas de Laís, ao comparar suas consultas à maneira com que foi tratada no hospital ao internar sua mãe. Sem dúvida, ao longo desse um ano de pesquisa, estive num ambiente onde pacientes eram tratados como pessoas, não pelo status ontológico adquirido, mas enquanto seres dotados de intersubjetividades e agências reconhecidamente próprias, algo retirado de muitos de nós ao nos consultarmos, ao fazer uma cirurgia (lembro-me de quando fui operado e, frente a variabilidade das alternativas em jogo, nenhuma delas me foi apresentada).

Antes de dar minhas considerações finais acerca daquilo que realmente me propus estudar, a eutanásia, devo fazer outra observação. Uma questão mais acadêmica, dessas noções terminológicas que fazem diferença naquilo que escrevemos. Ao adotar o termo “animais de companhia” ao longo do texto, pretendi mostrar que, diferentemente do que se poderia ter adotado, as práticas entre os animais e seus humanos extrapolam aquilo que se convém denominar de “domesticidade”. Portanto, evitei o uso da expressão “animais de estimação” por duas razões. A primeira foi apresentada no capítulo II: tentei utilizar terminologias cujo caráter relacional das relações humanos-animais tivesse destaque, assim, muito me vali da noção de “animais de companhia”, tomando Haraway (2003) como inspiração. A segunda razão é simplesmente ramificação da primeira: humanos e seus animais de companhia partilham do processo de “tornar-se com” (HARAWAY, 2008). Portanto, indiscutivelmente: animais são tão domesticados por seus humanos quanto humanos o são por seus animais.

A domesticação é geralmente compreendida como o controle humano sobre outras espécies. Que tais relações podem também transformar os humanos é algo frequentemente ignorado. Além disso, tende-se a imaginar a domesticação como uma linha divisória: ou você está do lado humano, ou do lado selvagem. (TSING, 2015, p. 184)

Por fim, como tentei dizer ao longo dos capítulos dessa etnografia, não fui o autor da ideia original da temática aqui apresentada. Indo em busca de uma clínica onde pudesse observar o modo como tutores lidam com a morte de seus animais, tendo como premissa a

ideia de “humanização dos não-humanos”, o campo se revelou enquanto um agente mais forte que eu nessa pesquisa: fui arrastado à temática da eutanásia. Apesar das aflições causadas nas pessoas com quem pude conversar sobre a pesquisa, o tema aqui investigado não é algo para se preocupar: a eutanásia se revela enquanto ato de gratidão, uma das ações mais potentes da vida, dar um fim confortável a quem se ama. Assim, tanto nos momentos em que me via diante da cena de tutores abraçados aos seus animais, enquanto lhes era aplicado o anestésico quanto em momentos cujos tutores se recusavam a presenciar sua partida e eu algumas vezes tinha a chance de abraçar ou consolar o animal nesse momento, a morte se revelava enquanto um gesto de cuidado. Conforme pude observar no final deste trabalho, oferecer uma eutanásia é um modo específico de ofertar a última parcela do contrato dadivoso firmado entre ambos, tendo o animal sido responsável por partilhar sua vida ao lado de seu humano. O então chamado “processo de individuação”, tema presente em toda a etnografia, tenta assim demonstrar como os vínculos entre humanos e animais são capazes de produzir novas formas de coexistência, coabitação e coafetação. “The partners do not precede their relating; all that is, is the fruit of becoming with: those are the mantras of companion species.” (HARAWAY, 2008, p.17).

Portanto, a partir das discussões levantadas ao longo deste trabalho, penso que se debruçar sobre as relações entre animais humanos e não humanos tem a potencialidade de tensionar conceitos amplamente utilizados pelo campo antropológico. Assim, noções tão caras à essa disciplina como as de “natureza”, “cultura”, “indivíduo”, “família”, “eu”, “sociedade”, “espécie” e “parentesco” podem tomar outros contornos ao considerarmos modos distintos de co-constituição. Contudo, é preciso salientar que: se cheguei à tais reflexões é porque os “meus nativos” as fazem todo o tempo. Orgulham-se do modo com que subvertem e resistem a essas noções. Sabem que o antropocentrismo presente nesses conceitos é, de longe, insuficiente para fundamentar suas formas de coexistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONIZIO, Juliana & BAPTISTELLA, Eveline dos Santos. *O papel do consumo na construção de relacionamentos entre humanos e pets*. Rio de Janeiro. Revista: Ponto Urbe, v.19, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. *O Aberto: o homem e o animal*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2013.
- ARIÈS, Philippe. As atitudes perante a morte In. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro Francisco Alves, 1977.
- _____. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BARAD, Karen. *Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter*. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 28, n. 3, 2003.
- BATESON, Gregory. "Problems in Cetacean and Other Mammalian Communication. In: *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 364-378, 2000.
- BENEDICT, R. *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BEVILAQUA, Cimea. *Direitos(s) e agências não-humanas*. Como julgar os atos de um animal?. In: BEVILAQUA, Cimea; VANDER VELDEN, Felipe (Org.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. 1ed. Curitiba: Ed. UFPR / Ed. UFSCar, 2016.
- CABRAL, João de Pina; LIMA, Antonia Pedrosa de. 2005. *Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social*. Revista Etnográfica, vol. IX (2), p. 355-388, 2005.
- CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, L; CAMPBELL, C. (org) *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CARBONE, LARRY. *Expertise and advocacy in animal-welfare decision making: Considerations for a veterinary curriculum in animal welfare*. Journal of Veterinary Medicine Education 37, p. 36–39, 2010.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os mortos e os outros*. São Paulo: Hucitec, 1978.

CARSTEN, Janet. *A matéria do parentesco*. R@u - Revista de Antropologia da UFSCar, 6 (2), 2014.

COELHO, Maria Claudia. Hierarquia, trocas materiais e emoções: o exemplo da gratidão. In. *O valor das intenções*. Dádiva, emoção e identidade. Editora FGV, 2006.

CONSORTE, Josidelth. A morte na prática médica. In. *A morte e os outros na sociedade brasileira*. MARTINS, José de Souza (org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

DAVIS, Helen; IRWIN, Peter; RICHARDSON, Michelle & O'BRIENMALONE, Angela. *When a pet dies: Religious issues, euthanasia and strategies for coping with bereavement*, Anthrozoös, 16:1, 57-74, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Volume 4. São Paulo, Editora 34, 2007.

DESPRET, Vinciane. *The body we care for: figures of anthropozoo-genesis*. Body and Society, 10(2-3), 111-134, 2004.

_____. *Os dispositivos experimentais*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 23 – n. 1, p. 43-58, 2011.

_____. *What Would Animals Say If We Asked the Right Questions?* Translated from the 2012 French edition by Brett Buchanan. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

DICKINSON, George E; ROOF, Paul D. & ROOF, Karin W. *A Survey of Veterinarians in the US: Euthanasia and Other End-of-Life Issues*, Anthrozoös: A multidisciplinary journal of the interactions of people and animals, 24:2, 167-174, 2011.

DIDION. Joan. *O ano do pensamento mágico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

DOUGLAS, Mary. “Porque as pessoas querem bens?”, “Os usos dos bens” in *O Mundo dos bens*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*, seguido de, Envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. Cadernos de Campo, São Paulo, ano 14, n. 13, 155-161, 2005.

FOGLE, Bruce & ABRAHAMSON, David. *Pet Loss: a survey of the attitudes and feelings of practicing veterinarians*, Anthrozoös, 3:3, p.143-150, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade vol. 1 : a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed. 2013.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2011.

GIUMBELLI, Emerson. “Prefácio” In. SÁ, Guilherme. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GOMES, Edlaine & MENEZES, Rachel. *Seu funeral, sua escolha: rituais fúnebres na contemporaneidade*. Revista de Antropologia, v. 54(1): 89-131, 2011.

HARARI, Yuval. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: companhia das Letras, 2016.

HARAWAY, Donna. *The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

_____. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

_____. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente”, Horizontes Antropológicos 17 (35): 27-64, 2011.

HOCHSCHILD, Arlie. Trabalho emocional regras de sentimento e estrutura social. In. COELHO, Maria Cláudia (org). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 169 - 209, 2013.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge, 2000.

_____. *O que é um animal?* Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia – Niterói, EdUFF, n. 22, p.129-150, 2007.

KULICK, Don. *Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies*. Mana, v. 15, n. 2, p. 481-508, 2009.

LAING, Melissa; MAYELA, Christopher. *They Burn Brightly, But Only for a Short Time: the role of social workers in companion animal grief and loss*, Anthrozoös, 31:2, 221-232, 2018.

LESSING, Doris. *Sobre gatos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

LIMA, Maria Helena. *Mercado pet e família multiespécie: transformações e ambiguidades nas relações com cães e gatos no Brasil*. Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. Uma amizade sincera In. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1978.

MÃE, Valter Hugo. *A desumanização*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

MALMIERCA, Elena. *How to deal with clients when their pets die*. Ateuves ASIS Veterinaria 2, p. 12–18, 2007.

MARRAS, Stelio. *Virada animal, virada humana: outro pacto*. Scientiæ studia, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 215-60, 2014.

MENEZES, RA. *Diffíceis decisões: etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MILLER, Daniel. *Teoria das compras*. São Paulo: Nobel, 2002.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

RAMOS, João. *A (cosmo)lógica das relações humanos e animais nas religiões afro-brasileiras*. Porto Alegre: Iluminuras, v. 17, n. 42, p. 166-189, ago/dez, 2016.

ROSA, Barbara & WINOGRAD, Monah. *Palavras e pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade*. Psicologia & Sociedade, n.23, p.37-44, 2011.

SÁ, Guilherme. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SAHLINS, Marshall. A tristeza da doçura ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____. *What kinship is-and is not*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

SANTOS, Célia. Os profissionais de saúde enfrentam-negam a morte. In. *A morte e os outros na sociedade brasileira*. MARTINS, José de Souza (org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, p.65-98, 2011.

SEGATA, Jean. *Nós e os Outros Humanos*, os Animais de Estimação. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2012.

_____. *Os cães com depressão e os seus humanos de estimação*. Anuário Antropológico/2011-II, 2012.

_____. *A agência de um projeto*, o paraíso vegetariano e outros inconvenientes com a humanidade dos animais de estimação na Antropologia. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 17, volume 24(1), 2013.

SMUTS, Barbara. Reflexões. In: COETZEE, J.M. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SUGITA, Hizuru & IRIMAJIRI, Mami. *A Survey of Veterinarians: Attitudes toward Euthanasia of Companion Animals in Japan*, Anthrozoös, 29:2, 297-310, 2016.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

TSING, Anna. *Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras*. Florianópolis: Revista Ilha. v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

VLAHOS, James. *Animais de estimação movidos a drogas*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 11, n. 3, 2008.

VIANNA, Beto; SÁNCHEZ-CRIADO, Tomás & GÓMEZ-SORIANO, Rubén. *Das emoções-visões aos afetos-versões: uma crítica do discurso psicológico em Vinciane Despret*. In: III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, Belo Horizonte, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A noção de espécie em antropologia*. Entrevista de Álvaro Fernández Bravo, 2012. Disponível em < <http://hemisphericinstitute.org/hemi/en/e-misferica-101/viveiros-de-castro> > Acesso em: 20 de novembro de 2018.

Guia Brasileiro de Boas Práticas em Eutanásia em Animais - Conceitos e Procedimentos Recomendados. Editado pela Comissão de Ética, Bioética e Bem-Estar Animal/CFMV. Brasília, 2012

Site Cães & Gatos Vet Food. *Presença da mulher na medicina veterinária e zootecnia está crescendo*. 2018. Disponível em: <
<http://www.caesegatos.com.br/presen-a-da-mulher-na-medicina-veterin-ria-e-zootecnia-est-cr-escendo> > Acesso em: dezembro de 2018.

Site Nexo Jornal. *Gênero e raça de estudantes do Ensino Superior no Brasil por curso e área*. 2017. Disponível em: <
<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estud-antes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea> > Acesso em: dezembro de 2018.